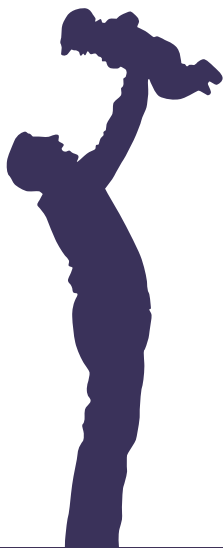


Série *Pós-Graduação 8*



# FAMÍLIA EM FOCO

desafios contemporâneos

Organizadores  
Eliane Paroschi  
Francisca Costa  
Vandeni Kunz

UNASPRESS



## Centro Universitário Adventista de São Paulo

Fundado em 1915 — [www.unasp.edu.br](http://www.unasp.edu.br)

**Missão:** Educar no contexto dos valores bíblicos para um viver pleno e para a excelência no serviço a Deus e à humanidade.

**Visão:** Ser uma instituição educacional reconhecida pela excelência nos serviços prestados, pelos seus elevados padrões éticos e pela qualidade pessoal e profissional de seus egressos.

Administração da Entidade Mantenedora (IAE)	<b>Diretor Presidente:</b> Domingos José de Souza <b>Diretor Administrativo:</b> Élnio Álvares de Freitas <b>Diretor Secretário:</b> Emmanuel Oliveira Guimarães <b>Diretor Deptº de Educação:</b> Antonio Marcos Alves
Administração Geral do Unasp	<b>Chanceler:</b> Euler Pereira Bahia <b>Reitor:</b> Martin Kuhn <b>Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:</b> Tânia Denise Kuntze <b>Pró-Reitora de Graduação:</b> Afonso Ligório Cardoso <b>Pró-Reitor Administrativo:</b> Andrenilson Marques Moraes <b>Pró-Reitor de Relações, Promoção e Desenvolvimento Institucional:</b> Allan Novaes <b>Secretário Geral:</b> Marcelo Franca Alves <b>Diretor de Desenvolvimento Espiritual Adjunto:</b> Jael Enéas de Araújo
Faculdade Adventista de Teologia	<b>Diretor:</b> Reinaldo Wesceslau Siqueira <b>Coordenador de Pós-Graduação:</b> Vanderlei Dorneles <b>Coordenador de Graduação:</b> Ozeas Caldas Moura
Campus Engenheiro Coelho	<b>Diretor Geral:</b> José Paulo Martini <b>Diretor Administrativo:</b> Elizeu José de Sousa <b>Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:</b> Francisca Pinheiro S. Costa <b>Diretor de Graduação:</b> Francislê Neri de Souza <b>Diretor de Desenvolvimento Espiritual:</b> Edson Romero Marques <b>Diretor de Desenvolvimento Estudantil:</b> Rui Manuel Mendonça Lopes
Campus Hortolândia	<b>Diretor Geral:</b> Lélcio Maximino Lellis <b>Diretor Administrativo:</b> Claudio Knoener <b>Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:</b> Eli Andrade da Rocha Prates <b>Diretor de Graduação:</b> Suzete Araújo Águas Maia <b>Diretor de Desenvolvimento Espiritual:</b> Jael Enéas de Araújo <b>Diretor de Desenvolvimento Estudantil:</b> David Prates dos Reis
Campus São Paulo	<b>Diretor Geral:</b> Douglas Jeferson Menslin <b>Diretor Administrativo:</b> Denilson Paroschi Cordeiro <b>Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:</b> Maristela Santini Martins <b>Diretor de Graduação:</b> Sílvia Cristina de Oliveira Quadros <b>Diretor de Desenvolvimento Espiritual:</b> Antonio Braga de Moura Filho <b>Diretor de Desenvolvimento Estudantil:</b> Ricardo Bertazzo
Campus Virtual	<b>Diretor Geral:</b> Martin Kuhn <b>Gerente Acadêmico:</b> Everson Muckenberger <b>Gerente Administrativo:</b> Ivan Albuquerque de Almeida <b>Gerente de Produção e Distribuição de Material:</b> Valcenir do Vale Costa <b>Coordenador Geral de Polos:</b> Evaldo Zorzim



Imprensa Universitária Adventista

Editor: Rodrigo Follis

Editor Associado: Felipe Carmo

**Conselho Editorial:** José Paulo Martini, Afonso Cardoso, Elizeu de Sousa, Francisca Costa, Adolfo Suárez, Emilson dos Reis, Rodrigo Follis, Ozéas C. Moura, Betania Lopes, Martin Kuhn

A Unaspres está sediada no Unasp, campus Engenheiro Coelho, SP.

Série *Pós-Graduação 8*



# FAMÍLIA EM FOCO

desafios contemporâneos

Organizadores  
Eliane Paroschi  
Francisca Costa  
Vandeni Kunz

1ª Edição 2017

**UNASPRESS**

Imprensa Universitária Adventista

**UNASPRESS**

Imprensa Universitária Adventista

Caixa Postal 11 — Unasp  
Engenheiro Coelho-SP 13.165-000  
(19) 3858-9055

www.unaspstore.com.br

Família em foco : desafios contemporâneos

1ª edição — 2017  
e-book

Editoração: Rodrigo Follis, Felipe Carmo  
Revisão: Leonardo Gulbert, Ricardo Santana  
Normatização: Giulia Pradela, Vinicius Aguiar  
Programação visual: Fábio Roberto

**Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Família em foco : desafios contemporâneos / Eliane Paroschi, Francisca Costa, Vandeni Kunz ( org. ). – 1. ed. – Engenheiro Coelho, SP : Unaspres - Imprensa Universitária Adventista 2017. PDF

ISBN: 978-85-8463-083-7

1. Aconselhamento 2. Psicologia - Aspectos sociais

14-03589

CDD-302.2

---

**Índices para catálogo sistemático:**  
1. Aconselhamento: Teoria : Sociologia 302.2  
2. Psicologia: Sociologia 302.2

041230

Editora associada:

 Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



Todos os direitos reservados para a Unaspres - Imprensa Universitária Adventista.  
Proibida a reprodução por quaisquer meios, *sem prévia autorização escrita da editora*,  
salvo em breves citações, com indicação da fonte.

# Sumário

## 09 Habilidades sociais de comunicação e suas possíveis implicações para o relacionamento entre casais

Érica Cavalcante Rodrigues  
Daniele C. Lopes  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

## 23 Habilidades sociais e relacionamento conjugal: uma ponte entre marte e vênus

Francilene Fróes Prado Gonçalves  
Daniele C. Lopes  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

## 35 O conselheiro como facilitador do *insight*

Flávia Elisa de Sousa Fonseca  
Naomi Vidal Ferreira  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

## 49 Aconselhamento ético cristão de pessoas homoafetivas

Edson Luiz Reis Pinto  
Naomi Vidal Ferreira  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

## 63 A importância do autoconhecimento do conselheiro e o estabelecimento da relação com o cliente

Iracéli Cristiani Hubner Zukowski  
Naomi Vidal Ferreira  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

75 A importância do autoconhecimento do conselheiro  
e o estabelecimento da relação com o cliente

Iracéli Cristiani Hubner Zukowski  
Naomi Vidal Ferreira  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

87 Como criar filhos resilientes: influência  
das práticas parentais

Marta Pereira Delgado Terrão  
Ivana Gisel Casali Robalinho  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

99 Permanência na doutrina familiar:  
influência das figuras parentais

Wilson Felix da Cruz  
Ivana Gisel Casali Robalinho  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

115 A influência da figura paterna na orientação sexual

Diego Pires Almeida  
Ivana Gisel Casali Robalinho  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

127 Educação sexual no contexto familiar

Marli dos Santos Martins Portugal  
Ivana Gisel Casali Robalinho  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

137 Desenvolvimento do filho único:  
fatores familiares associados

Rosane Góis da Silva Stingelin  
Ivana Gisel Casali Robalinho  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

- 149 Contrastes conceituais das configurações familiares: enfoque histórico  
Eliane dos Santos Marques  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz
- 161 Divórcio: uma realidade enfrentada também pelos filhos  
Alenária Costa de Oliveira Bezerra  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz
- 175 Identidade da mulher no casamento: contrastes entre modelos judaico-cristão e contemporâneo  
Clarice Alves de Moura  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz
- 187 Diferenças entre família nuclear e família cristã  
Daniela Paula da Silva Pereira  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz
- 201 Entre a Bíblia e o Alcorão: similaridades e contrastes entre o modelo familiar cristão e muçulmano  
Gabriella da Silva Dutra Portes  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz
- 215 Mudanças sociais: impacto sobre relacionamentos matrimoniais  
Claiton Correia da Luz  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi  
Vandeni Clarice Kunz

227 O papel da nutrição e do exercício  
no tratamento da depressão

Karen Camila de Oliveira Pereira  
Vandeni Clarice Kunz  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

243 O aconselhamento para adolescentes portadores  
de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade

Elizete Ferreira  
Valter Roberto Oliveira  
Vandeni Clarice Kunz

257 Método pilates como tratamento  
de doenças mentais no adulto: estudo de caso

Suélen Gomes dos Santos Marques  
Vandeni Clarice Kunz  
Francisca Pinheiro da Silveira Costa

# Habilidades sociais de comunicação e suas possíveis implicações para o relacionamento entre casais

Érica Cavalcante Rodrigues<sup>1</sup>

Daniele C. Lopes<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** De acordo com a literatura sobre terapia de casais, a comunicação aparece como um fator determinante para a satisfação conjugal. O objetivo deste artigo é descrever as habilidades sociais de comunicação, tendo como embasamento o campo teórico-prático do

.....

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: ericavca@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação Especial pela UFSCar. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: danielecalopes@hotmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

Treinamento de Habilidades Sociais, a fim de possibilitar a ampliação de conhecimento sobre esta temática, que tem intrínseca inter-relação com a comunicação e satisfação conjugal. Descrever e informar sobre este tema é relevante porque as habilidades sociais de comunicação fazem parte do cotidiano do casal e são cruciais para melhorar a satisfação conjugal e ajudar a solucionar problemas, além de serem centrais em intervenções terapêuticas com casais.

**Palavras-chave:** Habilidades sociais; Comunicação; Casais; Satisfação conjugal.

10

**Abstract:** According with the literature about couples therapy, the communication appears as a determinant factor for the marital satisfaction. This article objective is to describe the social communication abilities, having as foundation the theory-practice field from the Social Abilities Training, as that way enables the knowledge magnification about this subject that have an intrinsic interrelationship with the communication and marital satisfaction. Describe and inform about this subject is relevant because the social abilities of communication are part of the couple's routine and is one of the points for improving the marital satisfaction and helps to solve problems, besides they are central in therapeutic interventions with couples.

**Keywords:** Social abilities; Communication; Couples; Marital satisfaction.

## Introdução

A dificuldade de comunicação entre os casais é um fenômeno complexo e, por ser um assunto de relevância, pesquisadores sobre esta temática resolveram dar atenção ao tema e ensinar habilidades de comunicação para casais (SILVA, 2006). Pesquisas mostram (HERNANDEZ, 2003; GUIMARÃES, 2009) que a falta de comunicação entre casais é um dos principais fatores que levam a brigas e distanciamento um do outro, até chegar à separação.

Silva (2009, p. 7) declara que “ao melhorar a interação conjugal pode haver mudanças em outras áreas, tais como redução de estresse e melhoria da satisfação conjugal”. A busca pela satisfação conjugal é constante e, de acordo com Silva (2006, p. 1), essa busca é “fundamentada em décadas de pesquisas que indicam que o bem-estar individual está fortemente relacionado a estar casado”. Hernandez (2003) diz que por meio da comunicação são valorizados aspectos como compreensão, apoio e confiança, que constituem elementos importantes para uma relação saudável.

Para melhor entendimento, Norgren et al. (2004) definiram satisfação conjugal como um conceito subjetivo onde as necessidades e os desejos são satisfeitos, assim como corresponder ao que o outro espera, definindo um dar e receber recíproco e espontâneo. Assim, como a comunicação envolve falar e o outro ouvir, na vida de um casal este fato tão simples do dia a dia entre as pessoas pode se tornar em algo difícil (SILVA; VANDENBERGHE, 2008).

Pesquisas como a de Gottman et al. (1976) mostraram diferenças entre pessoas estranhas e casais durante uma conversa; no caso da conversa entre cônjuges, ocorrem interrupções por um dos parceiros, sentimentos são feridos e sempre um se magoa mais que o outro, e isso não ocorre em conversas com pessoas estranhas. Pode-se levantar a hipótese de que a comunicação entre casais pode ser distorcida pelo grau de intimidade que um tem com o outro, fazendo com que o casal discuta um assunto e desvie para outro, tente adivinhar a intenção do outro, fique repetindo a discussão sem progresso ou sem a solução do problema e, por fim, podem ser fatores que podem tornar a comunicação aversiva (CAREY et al., 1999).

12

Sendo assim, parece relevante discutir sobre a importância da comunicação para as relações conjugais. Este artigo tem, portanto, como objetivo descrever as habilidades sociais de comunicação, para ampliar o conhecimento sobre o tema e ilustrar as possíveis inter-relações com a comunicação conjugal.

## Desenvolvimento

As habilidades sociais conjugais fazem parte de um campo teórico-prático mais amplo de conhecimento que é o de Treinamento de Habilidades Sociais (VILLA, 2005). Para a compreensão deste campo, dois conceitos são fundamentais: o de habilidades sociais e o de competência social, tal como descrevem Del Prette e Del Prette (2001):

As habilidades sociais referem-se à existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as demandas das situações interpessoais. A competência social tem sentido avaliativo que remete aos efeitos do desempenho social nas situações vividas pelo indivíduo [...] qualificando, portanto, a proficiência de um desempenho e referindo-se à capacidade do indivíduo de organizar pensamentos, sentimentos e ações em função de seus objetivos e valores articulando-se às demandas imediatas e mediatas do ambiente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, p. 31).

Para melhor compreender o termo competência social, pode-se enfatizar cinco critérios para avaliar a competência social: (a) a consecução do objetivo, em termos de consequências específicas da tarefa social; (b) a aprovação social da comunidade verbal; (c) manutenção ou melhora da qualidade da relação; (d) comportamento que produz o melhor efeito no sentido de equilibrar reforçadores e (e) assegurar direitos humanos básicos enfatizando, assim, a importância de maximizar as trocas positivas entre os interlocutores e os resultados de médio e longo prazo da competência social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010a).

Os dois termos conhecidos como habilidades sociais e competência social, não podem ser entendidos como sinônimos e a definição de cada um deles remete necessariamente à definição do outro (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010a). Destaca-se que as habilidades sociais são condição necessária, mas não suficiente para competência social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010a), pois para ter competência social é preciso ter habilidades sociais, mas ter habilidades sociais não garante competência social.

As habilidades sociais podem ser agrupadas em classes, de acordo com a funcionalidade do desempenho social. As principais classes de habilidades sociais para a vida adulta descritas por Del Prette e Del Prette (2013) são: Habilidades sociais de comunicação, Habilidades sociais de civilidade, Habilidades sociais empáticas, Habilidades sociais assertivas, de direito e cidadania, Habilidades sociais de trabalho e Habilidades sociais de expressão de sentimento positivo (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013). Especificamente em relação à classe de habilidades sociais de comunicação esta é composta por quatro subclasses que são: fazer e responder perguntas, gratificar e elogiar, pedir e dar feedback, iniciar, manter e encerrar conversação.

14 Como quaisquer habilidades sociais, as habilidades sociais de comunicação podem ser analisadas de forma molecular, em relação à dimensão pessoal, comportamental, situacional e cultural (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010b). Entre os principais componentes das habilidades sociais têm-se os comportamentais, os cognitivo-afetivos e os fisiológicos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010b). Conforme Del Prette e Del Prette (2010b), os componentes comportamentais das habilidades sociais são os verbais de conteúdo, os verbais de forma (ou paralinguísticos) e os não verbais. Os componentes cognitivo-afetivos, por outro lado, envolvem conhecimentos prévios, expectativas e crenças, estratégias e habilidades de processamento e, por fim, os componentes fisiológicos abrangem taxa cardíaca, respiração, resposta galvânica da pele, fluxo sanguíneo e respostas eletromiográficas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010b). Neste artigo serão descritos apenas os componentes comportamentais verbais de

conteúdo (ou somente verbal), verbais de forma ou paralinguísticos e não verbais das habilidades sociais de comunicação.

Sobre o componente verbal das habilidades sociais, Del Prette e Del Prette (2010b) descrevem que é consciente, explícito, racional e está associado aos sons (palavra, fala, vocalização) e ao próprio conteúdo da fala. Em relação aos componentes verbais das habilidades sociais de comunicação, ou seja, as próprias habilidades sociais de comunicação, pode-se destacar as habilidades de fazer e responder perguntas, elogiar, agradecer, gratificar, pedir e dar feedback, iniciar, manter e encerrar conversação.

Del Prette e Del Prette (2010b) caracterizam os componentes não verbais como à expressão não sonorizada. Os componentes não verbais envolvem: olhar e contato visual, sorriso, expressão facial, postura corporal, gestos, movimentos com a cabeça, contato físico e distância/ proximidade. Por fim, Del Prette e Del Prette (2010b) definem que o componente paralinguístico está relacionado com a forma da fala envolvendo aspectos como: volume de voz, timbre da fala, sons (riso, choro, suspiro), velocidade da fala, latência e duração da fala. Salienta-se que a coerência entre os componentes verbais, os não verbais (o que está sendo “dito” pelo corpo) e a forma da fala (paralinguísticos) também são critérios para a avaliação de um desempenho socialmente competente, além da funcionalidade.

Para melhor entendimento, serão descritas cada uma das habilidades sociais de comunicação em relação ao componente verbal. Especificamente, em relação à habilidade de *fazer perguntas*, esta pode ser algo simples, segundo Del Prette e Del Prette (2013), sendo

importante verificar a forma, a entonação, o volume da voz e a gesticulação, para não intimidar a outra pessoa.

De acordo com Del Prette e Del Prette (2013), o *responder perguntas* depende de fatores como a decodificação de sua forma, conteúdo e função. Se o receptor decide responder o que lhe foi perguntado implicitamente, pode-se dizer que a pergunta feita, foi agressiva, ou uma provocação, sendo assim o comportamento do receptor será sair da situação, ou irá reagir optando pelo contra-ataque assim o casal se torna impossibilitado de solucionar o problema (SILVA; VANDENBERGHE, 2008).

Outra habilidade social de comunicação importante é *gratificar*, que significa algo que se concede sem obrigação, que frequentemente está presente em outras classes de habilidades sociais como as de expressão de sentimento positivo, empatia, solidariedade, de fazer amizade e de cultivar amor e, por isso, é um ingrediente importante para as relações satisfatórias e equilibradas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013).

*Elogiar* é outra habilidade social de comunicação. Segundo Del Prette e Del Prette (2013), o elogio é um comentário positivo a uma pessoa ou a alguma coisa feita por ela e a competência em elogiar consiste em fazê-lo sinceramente e ter coerência entre o pensar e agir e entre o que, a quem, como e quando elogiar.

Outra habilidade social de comunicação é o *feedback*, que é uma descrição verbal ou escrita do desempenho de uma pessoa e que, segundo Del Prette e Del Prette (2010b, p. 68), “nas relações sociais, o feedback ajusta-se ao significado de retroalimentação, que pode

operar uma manutenção ou alteração no padrão de comportamento”, sendo fundamental para a regulação dos desempenhos.

Sobre *iniciar, manter e encerrar conversação*, Del Prette e Del Prette (2013), destacam que envolvem muitas outras habilidades sociais e comportamentos, tais como escolher um momento apropriado, apresentar-se, ouvir o outro, elogiar dar e pedir feedback, são ferramentas a serem usadas que podem contribuir para iniciar e manter uma conversação.

Tais habilidades sociais são fundamentais para um casal e podem ser aprendidas por meio de diferentes processos de aprendizagem como: modelação (aprendizagem por meio de observação de modelos de pessoas próximas), manejo de consequências (esquemas de reforço) e instruções (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999). Algumas pesquisas descrevem como ensinam habilidades sociais de comunicação para casais, tal como a de Rose (1977), que utiliza as habilidades de comunicação para treinar os casais a melhorarem seus conflitos. Rose (1977) relatou que os casais que apresentavam habilidades sociais tinham trocas de mensagens mais positivas, comunicavam-se de maneira focalizada e específica e davam e recebiam feedback para solucionar alguns de seus conflitos.

O treino de comunicação utilizado em intervenções terapêuticas é também bastante eficaz para “quebrar barreiras e levar a aceitar mais efetivamente as reformulações que emergem durante a terapia” (SILVA; VANDENBERGHE, 2008, p. 167). Assim, a aprendizagem de habilidades sociais favorece também a resolução de problemas entre

o casal (SILVA, 2009). Silva e Vandenberghe (2009, p. 59) afirmam ainda que ao se realizar, intervenção específica sobre comunicação “o casal pode se conscientizar dos padrões destrutivos de comunicação, eles podem aprender numa sessão de terapia que é possível usar a comunicação a favor de progressos”.

Norgren et al. (2004) realizaram uma pesquisa com casais casados há pelo menos 20 anos, com nível educacional alto, maioria de religião católica por meio de um questionário com perguntas sobre: informações gerais, ajustamento conjugal, lista de classificação de problemas, avaliação de estratégias de resolução de conflito e comunicação, lista de motivos que levam o casal a permanecer junto e lista de componentes da satisfação conjugal. Os resultados desse estudo mostraram que a comunicação é uma das principais variáveis interpessoais que parecem corroborar para que os casamentos de longa duração sejam satisfatórios.

Hernandez (2003) realizou uma pesquisa sobre os componentes do amor e da satisfação com casais casados de baixo nível de escolaridade e com filhos. Os resultados indicaram que a comunicação foi o preditor de satisfação conjugal mais significativo, tanto para os homens quanto para as mulheres.

De acordo com as pesquisas acima citadas, quando o casal apresenta comunicação adequada, utilizando as habilidades sociais de comunicação tais como fazer perguntas, dar feedback, elogiar e os seus componentes paralinguísticos (maneira de falar) e não verbais (gestos, postura, sorrisos, olhar etc.) aumentam as chances de obterem satisfação conjugal.

Se existe algum tipo de problema no relacionamento do casal, em uma intervenção pode-se planejar inicialmente um treinamento de habilidades sociais de comunicação para que os outros problemas possam, gradativamente, serem solucionados, uma vez que com as habilidades de comunicação o casal vai querer chegar a solução do problema e não ficar acusando um ao outro sem chegar a lugar algum. Por outro lado, a falta de conhecimento e a ausência de um repertório adequado de habilidades sociais de comunicação aumenta a probabilidade de que casais terminem seus relacionamentos por falta de diálogo, de conversa, de estabelecimento de relações equilibradas por meio da comunicação. Por isso, a importância de divulgar o conhecimento sobre as habilidades sociais de comunicação.

## **Considerações finais**

Com base no que foi descrito, as habilidades de comunicação fazem parte do cotidiano do casal e é um dos pontos centrais para melhorar a satisfação conjugal e ajudar a solucionar problemas. Os casais que aprendem as habilidades sociais de comunicação podem aumentar a satisfação conjugal e a resolução de problemas. Por isso, as habilidades de comunicação são tão importantes para um relacionamento saudável.

Finalmente, vale destacar que existem algumas limitações neste capítulo no que se refere à literatura, considerando que só foi consultada a literatura nacional e há poucas pesquisas sobre a temática

de habilidades sociais de comunicação. Assim, sugere-se que sejam realizados outros estudos para o aprofundamento do tema, inclusive, com inclusão de revisão da literatura internacional.

## Referências

CARNEY, M. P.; WINCZE, J. P.; MEISLER, A. W. Disfunção sexual: transtorno erétil masculino. In: BARLOW, D. H. (Org). **Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE Z., A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

20

\_\_\_\_\_. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Habilidades sociais e Análise do Comportamento: Proximidade histórica e atualidades. **Revista Perspectivas**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 38-49, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: Vivências para o trabalho em grupo**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOTTMAN, J. M.; NOTARIUS, C. I.; GONSO, J.; MARKMAN, H. J. **A Couple. S. Guide to Communication**. Champaign: Research Press, 1976.

GUIMARÃES, K. A. C. **A dificuldade de comunicação do casal. Um olhar sistêmico**. Trabalho de Conclusão de curso. (Pós-graduação em Atendimento e Estudos em Psicodrama), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

HERNANDEZ, J. A. E. Os componentes do amor e a satisfação. **Psicologia e ciência e profissão**, v. 23, n. 1, 2003.

NORGREN, M. B. P.; SOUZA, R. M. KASLOW, F.; HAMMERSCHMIDT, H.; SHARLIN, S. A. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, 2004.

ROSE, S. D. **Group therapy: a behavioral approach**. New York: Appleton- Century-Crofts, 1977.

SILVA, A. T. B. Intervenção comportamental para casais: um estudo de caso. **Revista de Psicologia**, ano 2, v. 2, n.1, 2009.

SILVA, L. P. **Enfoque na comunicação versus enfoque na solução de problemas em sessão única de casal**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, L. P.; VANDENBERGHE, L. A importância do treino de comunicação na terapia comportamental de casal. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 161-168, 2008.

SILVA, L. P.; VANDENBERGHE, L. Comunicação versus resolução de problemas numa sessão única de terapia comportamental de casal. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Campinas, v. XI, n.1, p. 43-60, 2009.

VILLA, M. B. **Habilidades sociais no casamento**: avaliação e contribuição para a satisfação conjugal. Tese. (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2pGHOQP>>. Acesso em 19 jun.2014.

# Habilidades sociais e relacionamento conjugal: uma ponte entre marte e vênus

Francilene Fróes Prado Gonçalves<sup>1</sup>

Daniele C. Lopes<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Estudos atestam a importância das habilidades sociais para a satisfação e manutenção do relacionamento conjugal, no sentido de contribuir para diminuição dos conflitos conjugais e estabelecer componentes socialmente habilidosos. Este artigo apresenta uma

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: francilenefg@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação Especial pela UFSCar. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: danielecalopes@hotmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

breve descrição da literatura nacional da área, com o objetivo de descrever as classes de habilidades sociais que podem estar relacionadas com a satisfação conjugal. É dado ênfase, especialmente nas classes de empatia, assertividade e comunicação, pois parecem ser essenciais como facilitadores da satisfação conjugal.

**Palavras-chave:** Habilidades sociais; Satisfação conjugal; Relacionamento.

**Abstract:** Studies attest to the importance of the social skills for the satisfaction and maintenance of the marital relationship, in order to contribute to the reduction of the conjugal conflicts and establish social skills components. This article presents a brief description of the national literature in this area, with the objective to describe the classes of social skills that can be related to marital satisfaction. It is emphasized specially the classes of empathy, assertiveness and communication, since it seems to be essential as facilitators of marital satisfaction.

**Keywords:** Social skills; Marital satisfaction; Relationship.

## Introdução

O campo teórico-prático das habilidades sociais tem sido alvo de interesse de pesquisa nesses últimos anos com uma vasta literatura, que inclui estudos teóricos de caracterização, de construção de instrumentos de avaliação, de recursos, técnicas

e procedimentos de intervenção, de avaliação e disseminação de programas de intervenção.

O termo habilidades sociais podem ser descritas como um conjunto de comportamentos socialmente aprendidos que trazem benefícios para os indivíduos e o ambiente da interação. Segundo Del Prette e Del Prette (2010) habilidades sociais constituem uma classe geral de comportamentos que possuem alta probabilidade de produzir consequências reforçadoras para o indivíduo e para as demais pessoas do grupo social. Segundo esses autores, o conjunto de habilidades sociais importantes para um bom relacionamento social inclui habilidades como comunicação, assertividade, empatia, civilidade e expressividade emocional (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

Pode-se dizer, também, que habilidades sociais é o conjunto de comportamentos que podem contribuir para que o indivíduo seja competente socialmente. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 46). Por competência social entende-se que é a avaliação ou julgamento de desempenho em relação às consequências para o próprio indivíduo e para os outros interlocutores envolvidos, principalmente quando na presença das habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 47).

Para que o indivíduo seja considerado socialmente competente avalia-se as consequências para o indivíduo e sua relação com os interlocutores em relação aos seguintes critérios: (a) atinge os objetivos da interação; (b) se tem aprovação social da comunidade; (c) mantém e/ou melhora a autoestima dos envolvidos; (d) mantém ou melhora a qualidade da relação; (e) observa o equilíbrio de poder dos envolvidos; (f) respeita e/ou amplia os direitos humanos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 47).

Em análise, a disponibilidade de um repertório de habilidades sociais é condição necessária, mas não suficiente para competência social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Para ter competência social é preciso ter habilidades sociais. Mas ter habilidades sociais não garante competência social.

As habilidades sociais são componentes importantes para o indivíduo lidar com as diversas demandas interpessoais em que a vida familiar se estrutura. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Como os conflitos não podem ser evitados, a forma de abordá-los e resolvê-los, dependem da competência social dos envolvidos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Como hipótese, pode-se dizer, portanto, que, para ter satisfação conjugal, é necessário que os envolvidos na díade conjugal sejam socialmente competentes.

26

A satisfação conjugal é um fenômeno complexo, onde várias vertentes devem ser consideradas dentro do relacionamento, tais como: o desenvolvimento do ciclo familiar, a presença de filhos, relacionamentos íntimos anteriores ao casamento, nível de escolaridade entre outros (SARDINHA et al., 2009 p. 395).

Segundo Villa (2002), parceiras de homens que apresentam bom repertório de habilidades sociais tendem a relatar maior satisfação com o relacionamento. A satisfação conjugal é, ainda, relacionada indiretamente com a capacidade de resolução de problemas, uma sub-classe de habilidades sociais (VILLA, 2002).

Sendo assim, ao analisar o contexto do relacionamento conjugal, pode-se dizer que, em muitos casais, o centro do conflito ou problema de relacionamento está na ausência de um repertório comportamental

suficiente para resolver questões e se relacionar socialmente de forma adaptativa e adequada (VILLA, 2002). Por isso, levanta-se a questão: quais as habilidades sociais são essenciais para uma vida conjugal duradoura e satisfatória?

Homens pensam erroneamente que as mulheres devem se comunicar, pensar e agir como eles e mulheres pensam erroneamente que os homens devem sentir, pensar e agir como elas (GRAY, 2005). Vários estudos empíricos e revisões teóricas (SARDINHA et al., 2009) atestam a importância das habilidades sociais para melhoria da comunicação entre o casal, para aumentar a satisfação conjugal e para manutenção do relacionamento conjugal, no sentido de formar uma ponte funcional entre as diferenças de gêneros e no processo de construção da vida a dois sem interferência na individualidade (GRAY, 2005). Como as habilidades sociais podem ser aprendidas, assim como a competência social, o presente artigo tem como objetivo descrever as principais habilidades sociais que parecem apresentar relação com a satisfação conjugal, no sentido de promover melhor interação entre o casal e desenvolver a consolidação da vida conjugal.

27

## Desenvolvimento

No contexto da transmissão de padrões de relacionamento interpessoal, as práticas culturais que caracterizam os processos de educação (formal ou informal) e de relacionamento familiar (pais-filhos, conjugais) envolvem também, necessariamente,

comportamentos sociais de indivíduos em interações sociais e se caracterizam por redes complexas de interdependência, tornando evidente a importância das habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010).

O contexto conjugal também possui sua especificidade em termos de demandas próprias, tanto para a resolução dos problemas compartilhados pelos parceiros como para a expressão de sentimentos e intimidade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001). Assim, entre os fatores que incidem sobre a qualidade do relacionamento conjugal, vários autores reconhecem a importância do repertório de habilidades sociais dos cônjuges (VILLA et al., 2007).

As habilidades sociais dizem respeito a comportamentos sociais necessários a uma relação interpessoal bem-sucedida, conforme parâmetros típicos de cada contexto e cultura, podendo incluir os comportamentos relacionados à comunicação (iniciar, manter e finalizar conversas; pedir ajuda; fazer e responder a perguntas, elogiar); civilidade (dizer por favor, agradecer, apresentar-se e despedir-se); empatia (escutar empaticamente, refletir sentimentos, expressar apoio, reduzir a tensão produzindo alívio, gerar disposição em partilhar dificuldades ou êxito, diminuir sentimentos de desvalia, vergonha, aumentar a autoestima, predispor à análise do problema e à busca de solução); expressão de sentimento positivo (fazer amizades, expressar a solidariedade e cultivar o amor); assertividade (fazer e recusar pedidos; defender-se; expressar sentimentos negativos como, desagrado; pedir mudança no comportamento do outro; lidar com críticas; admitir erro e pedir desculpas) e habilidades sociais de trabalho ou profissionais (coordenar grupo, falar em público, resolver

problemas, tomar decisões e mediar conflitos) (CABALLO, 2003; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001; FALCONE, 2002).

Além do conteúdo das habilidades sociais, são igualmente relevantes para a competência social os componentes não verbais (Ex.: olhar e contato visual, sorrisos, expressão facial, postura corporal, gestualidade, distância e proximidade) e paralinguísticos da fala (volume de voz, velocidade, tom, latência e duração da fala) os cognitivo-afetivos (Ex.: auto eficácia e leitura do ambiente), os fisiológicos (Ex.: respiração e taxa cardíaca) e aparência pessoal e atratividade física (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999).

Para Falcone e Ramos (2005), o conceito de comportamento socialmente competente deve incluir a capacidade de obter satisfação pessoal, por meio da expressão de sentimentos, da defesa dos próprios direitos (assertividade) e, ao mesmo tempo, da motivação genuína para compreender e atender as necessidades da outra pessoa (empatia) (FALCONE; RAMOS, 2005). Sendo assim, destacam-se a seguir, essas duas classes - empatia e assertividade - como importantes componentes para satisfação conjugal.

Segundo Falcone (1999, p. 24), a empatia caracteriza-se pela habilidade de compreender, de forma acurada, os sentimentos e a perspectiva da outra pessoa, bem como transmitir entendimento de tal maneira que está se sinta verdadeiramente acolhida e compreendida. A empatia envolve três componentes: (1) cognitivo caracterizado pelo entendimento dos sentimentos e pensamentos do outro; (2) afetivo, que infere a capacidade de experimentar compaixão, simpatia, preocupação do bem-estar, além de validar e nomear os sentimentos dos outros; (3) comportamental

entendido como manifestações verbais e não verbais de compreensão dos estados internos de outra pessoa (FALCONE, 2000).

Um cônjuge empático converge vários efeitos positivos no relacionamento como a redução dos problemas emocionais, aumento da qualidade da relação, redução de conflitos, ajustamento e satisfação. Por outro lado, o déficit em empatia ocasiona distorções na percepção, problemas de regulação e autocontrole emocional podendo culminar em um comportamento agressivo comprometendo o relacionamento (SARDINHA, 2009).

A assertividade envolve a afirmação dos próprios direitos e expressão de pensamentos, sentimentos e crenças de maneira direta, honesta e apropriada que não viole o direito das outras pessoas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Apesar de a assertividade ser uma estratégia, uma possibilidade de enfrentamento de situações que têm alta probabilidade de reação indesejada do outro (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010), segundo Sardinha et al. (2009, p. 400), a expressão assertiva dos desejos, sentimentos e necessidades facilita a solução de problemas interpessoais, aumenta o senso de auto eficácia e a autoestima, melhora a qualidade dos relacionamentos e promove a tranquilidade. Muitas vezes, compreender como o parceiro se sente, por meio da expressão adequada de sentimentos por parte deste, facilita que o cônjuge emita comportamentos e tenha atitudes que contribuam para a satisfação conjugal (SARDINHA et. al., 2009).

Parece razoável pensar que o sentimento de ser compreendido, acolhido e validado pelo cônjuge empático promove uma sensação de aceitação e valorização, levando à satisfação de um indivíduo com seu casamento [...]. Além disso, aquele que consegue expressar adequadamente seus sentimentos, prova-

velmente também se sentirá mais aliviado e feliz ao provocar bem-estar em seu cônjuge (SARDINHA, et al., 2009, p.16).

Além da empatia e assertividade, outro conjunto de habilidades sociais importante para a conjugalidade é a comunicação. Homens e mulheres se comunicam com linguagem muito diferente (WALSH, 2005, p. 110). Mulheres são mais emocionais e procuram construir uma relação baseada no entendimento, enquanto os homens tendem a focar na resolução de problemas de forma mais racional (WALSH, 2005, p. 110). Com a socialização diferente em relação ao gênero, as mulheres sentem com maior frequência, que seus parceiros não falam muito sobre o relacionamento, nem partilham tanto seus sentimentos, ou não escutam tanto quanto deveriam. (WALSH, 2005, p. 110). Os homens ao contrário, tendem a desejar que suas mulheres parem de incomodá-los o tempo todo (WALSH, 2005, p. 110).

As diferenças de gênero e as muitas formas de amor demandam diferentes formas de comunicação. A comunicação engloba aspectos verbais como saber fazer perguntas, responder, lidar com críticas, elogiar, agradecer, fazer pedidos; e não verbais como gestualidade, sorriso, expressão facial, forma de olhar e contato visual, e no caso dos cônjuges pelo toque e também aspectos relacionados à forma da fala (paralinguísticos) como volume de voz, entonação, velocidade, latência e duração da fala (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009).

Pode-se observar que indivíduos envolvidos em um relacionamento conjugal, estão buscando, no seu dia-a-dia, mesmo que ingenuamente, sem conhecer cientificamente o conceito, comportamentos socialmente habilidosos, dentro do contexto do casamento (VILLA, 2002). Del Prette e

Del Prette (2011) afirmam que o treinamento em habilidades sociais pode ser utilizado na prevenção de problemas conjugais ou para tornar as interações dos casais mais satisfatórias. Sendo assim, a satisfação conjugal pode ser estabelecida como meta num treinamento em habilidades sociais, promovendo as mudanças necessárias para que os cônjuges se tornem socialmente competentes e mantenham um relacionamento satisfatório.

## Considerações finais

32 Com base no exposto, pode-se pressupor que as habilidades sociais são essenciais para a satisfação conjugal. O aumento e aperfeiçoamento das habilidades sociais conjugais podem atender as demandas da relação, promovendo maior estabilidade e facilitando a resolução de conflitos. Pesquisas anteriores atestam ser a satisfação conjugal influenciada pelo nível elevado de habilidades sociais dos cônjuges (SARDINHA et al. 2009). No entanto, torna-se necessário que novas pesquisas sejam realizadas para constatar quais habilidades sociais são realmente relevantes para a satisfação conjugal, visando a melhoria do relacionamento e sanando as demandas dos conflitos conjugais.

## Referências

CABALLO, V. E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Santos editora, 2003.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Inventário de habilidades sociais (IHS-Del Prette)**: manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Psicologia das habilidades sociais**: terapia, educação e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Habilidades sociais e Análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. **Revista Perspectivas em análise do comportamento**, v. 1, n. 2, 2010.

FALCONE, E. Avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 1, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. Contribuições para o treinamento de habilidades de interação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 283-291, 2005.

\_\_\_\_\_. Habilidades sociais: para além da assertividade. In: WIELENSKA, R. C. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas em outros contextos. Santo André: Esetec. Santo André, 2001. v. 6.

FALCONE, E. M. O.; RAMOS, D. M. A atribuição como componente cognitivo das habilidades sociais e seu impacto na satisfação conjugal. In: GUILHARDI,

H. J.; AGUIRRE, N. C. (Orgs.). **Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade**. Santo André: Esetec. Santo André, 2005. v. 15.

FÉRES-CARNEIRO, T.; NETO, O. D. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia**, v. 20, n. 46, Ribeirão Preto, 2010.

GRAY, J. **Homens são de Marte e mulheres são de Vênus**. São Paulo: Rocco, 2005.

HERNANDEZ; EVANGELHO, J. A.; OLIVEIRA, I. M. B. **Os componentes do amor e a satisfação**. São Paulo: Psicologia Ciência e Profissão, 2003.

MURTA, S. G. Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p.283-291, São Paulo, 2005.

34

SARDINHA, A.; FALCONE E. M.O.; FERREIRA M.C. As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, Brasília, 2009.

VILLA, M. B. **Habilidades sociais conjugais em casais de diferentes filiações religiosas**. São Paulo: editora Santos, 2002.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

# O conselheiro como facilitador do *insight*

Flávia Elisa de Sousa Fonseca<sup>1</sup>

Naomi Vidal Ferreira<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** O aconselhamento é um processo interativo, caracterizado por uma relação única entre conselheiro e cliente e, independentemente das intervenções utilizadas para fornecer *feedback*, o uso adequado do processo exige responsabilidade e

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: flaelisa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: naomivferreira@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

envolve questões éticas. Após uma análise conceitual e teórica do conhecimento do comportamento humano, como pré-requisito ao conselheiro, e de dois métodos de fornecer *feedback* específicos, a saber: confrontação e interpretação, apresenta-se a importância de o conselheiro adquirir habilidades ao usar estes métodos, desenvolvendo uma relação de confiança, facilitando o *insight* do cliente, e garantindo a efetividade do aconselhamento através de uma conduta ética.

**Palavras Chave:** Aconselhamento; Feedback; Ética.

**Abstract:** Counseling is an interactive process, characterized by a unique relationship between counselor and client and, regardless of the interventions used to provide feedback, the proper use of the process requires responsibility and involves ethical issues. After a conceptual and theoretical analysis of knowledge of human behavior as the pre - requisite to the counselor, and two specific methods of giving feedback, namely: confrontation and interpretation, we highlight how important it is for the counselor to acquire abilities to use them, developing a relationship of trust, facilitating insight on the client, and ensuring the effectiveness of counseling through ethical conduct.

**Keywords:** Counseling; Feedback; Ethics.

## Introdução

O ser humano sente-se aflito quando percebe que suas habilidades ao lidar com as intercorrências da vida são insuficientes e que isto interfere na sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas. Este é um momento em que ele possivelmente busca ajuda, e a função do aconselhamento psicológico é esta: acolher uma pessoa que precisa de ajuda e compreensão (PATTERSON; EISENBERG, 2003). Ainda assim, May (2001, p. 21) afirma que “é função do conselheiro levar o cliente a aceitar a responsabilidade pela direção e pelos resultados de sua vida”.

Desta maneira, o aconselhamento é um processo que visa o *insight*<sup>4</sup>, porque pessoas que percebem suas habilidades e reconhecem suas necessidades através da autoconsciência, tem melhores condições de viver efetivamente. A fim de atuar como facilitador desse processo, o conselheiro deve desenvolver habilidades que lhe permitam compreender e ajudar as pessoas a realizarem as mudanças necessárias na vida e no conceito que elas têm de si mesmas (PATTERSON; EISENBERG, 2003).

Patterson e Eisenberg (2003) definem que o aconselhamento é chamado de processo por envolver uma sequência de acontecimentos, divididos em 3 fases: descoberta inicial, exploração em profundidade e preparação para ação. Sendo assim, a qualidade da relação é importante para propiciar um clima de crescimento inicialmente, o *insight* é facilitado pelo *feedback* do conselheiro na segunda fase e novas metas

37

.....  
<sup>4</sup> Palavra inglesa definida por Mário Pereyra (1997) como: “autoconhecimento ou entendimento que ajuda na avaliação da própria habilidade mental, reações físicas e atitudes pessoais”.

são traçadas na terceira fase. Especificamente na segunda fase, durante a exploração, a tarefa do conselheiro é ajudar o cliente a desenvolver novas consciências, que possam levá-lo ao crescimento. O *feedback* é o veículo primário através do qual ocorre a autoconsciência, ou *insight*, e a eficácia em atingi-lo está ligada à presença de algumas condições no conselheiro, a saber: o conhecimento do comportamento humano, a habilidade em proporcionar *feedback* e a conduta ética.

Deste modo, o objetivo do presente trabalho é discorrer a respeito dessas condições, fazendo uma breve análise conceitual e teórica da importância do conhecimento do comportamento humano, apresentando duas intervenções que proporcionam *feedback*, a saber, confrontação e interpretação e, por fim, ressaltando a conduta responsável e ética que o conselheiro precisa desenvolver a fim de facilitar a assimilação do próprio eu no cliente e realizar o aconselhamento de forma eficiente.

## Desenvolvimento

Compreender o comportamento humano implica em formular um conjunto de conceitos que ajudam a explicar as relações humanas, e aplicá-las às circunstâncias de cada indivíduo (PATTERSON; EISENBERG, 2003). De acordo com May (2001, p.13) “a eficiência do aconselhamento depende de nossa capacidade de compreender o que os seres humanos realmente são”. É essencial, ao conselheiro, adquirir esses conceitos a fim de compreender seu próprio comportamento e também as ações de seus clientes. Entender o comportamento

humano evita a impressão de rótulos e permite ao conselheiro considerar a singularidade de cada indivíduo, além de possibilitar a elaboração de hipóteses diagnósticas coerentes (MAY, 2001).

Patterson e Eisenberg (2003, p. 04), discorrendo sobre o risco de imprimir rótulos, declaram: “esses perigos são reais, mas não inerentes ao uso do processo de diagnóstico em si, mas derivam do uso inadequado do processo”. Eles consideram que:

Os profissionais que entendem o papel que a compreensão do comportamento humano tem em seu trabalho e que reconhecem a função do diagnóstico trabalharão para evitar esses perigos. Isso é parte de sua responsabilidade ética.

Como já foi mencionado, o foco da fase intermediária do aconselhamento é o fornecimento de *feedback*, visando proporcionar ao aconselhando um contato mais profundo consigo mesmo. Para que esse processo aconteça de forma construtiva, o conhecimento de si mesmo e do comportamento humano é um pré-requisito. Tal conhecimento fornecerá ao conselheiro condições favoráveis para decifrar reações esperadas ao proporcionar o *feedback* (PATTERSON; EISENBERG, 2003).

Para Almir Del Prette e Zilda Del Prette (2001), a habilidade de fornecer *feedback* é essencial para regularmos nosso desempenho e o das pessoas com quem convivemos, e visa relações saudáveis. Sem o *feedback*, não só o mundo físico, mas também o social, seriam confusos e, em muitas situações, as pessoas não saberiam como se comportar. No entanto, receber *feedback* nem sempre é confortável, e a dificuldade em recebê-lo está relacionada a defensividade, que revela medo da perda de auto-estima e *status* adquiridos.

O conselheiro pode minimizar essa resistência, segundo Patterson e Eisenberg (2003, p. 58) “ao assumir que provavelmente o cliente não aceitará da primeira ou segunda vez que for oferecido, não porque o conselheiro seja incompetente, mas porque a resistência ao *feedback* é natural”.

Por esse motivo, Del Prette e Del Prette (2001, p. 69) afirmam que:

a habilidade de prover *feedback* supõe, como requisitos, as de ouvir e prestar atenção ao comportamento do outro, falando diretamente à pessoa, chamando-a pelo nome, mantendo contato visual e usando tom de voz calmo, porém audível, além de descrever o comportamento observado ao invés de avaliá-lo.

40

À medida que desenvolve essa habilidade, o conselheiro pode utilizar-se de algumas ferramentas ou intervenções que facilitam a aquisição de consciência do eu no cliente, como a confrontação e a interpretação, muito utilizadas como métodos de oferecer *feedback* (PATTERSON; EISENBERG, 2003).

Na língua portuguesa, segundo o Dicionário Aurélio, confrontar é pôr frente a frente (FERREIRA, 2008), ou seja, colocar a atenção da pessoa em algo que ela não percebeu, auxiliando e esclarecendo.

A confrontação implica em dirigir a atenção do cliente a elementos do comportamento ou do pensamento, mas sem chegar a nenhuma conclusão a respeito do significado por trás deles. Ou seja, trazer ao foco pensamentos conscientes, situações e conflitos reais e também defesas superficiais (EIZIRIK; SCHES-TATSKY; AGUIAR, 2005).

Segundo Patterson e Eisenberg (2003, p.71) “um problema no processo de confrontação é que o cliente pode ficar confuso quanto a se o conselheiro é aliado ou adversário”. Ou seja, quando a confrontação é usada, mesmo com boas intenções, o cliente pode se sentir inseguro. Apesar da controvérsia a respeito do método, no entanto, o conselheiro deve usá-lo quando identifica uma discrepância ou contradição que necessitam ser questionadas. Confrontar é uma maneira de destacar a discrepância, não de culpar ou atacar, e deve ser feito com respeito (PATTERSON; EISENBERG, 2003).

Ainda assim, o conselheiro deve ponderar o uso desta intervenção. Langs citado por Eizirik; Schestatsky; Aguiar (2005, p. 354) diz o seguinte a respeito do uso demorado da confrontação “O uso frequente da confrontação pode revelar uma hostilidade contratransferencial (necessidade narcisística do terapeuta de interromper, dominar e controlar o paciente) ”.

Sob esse ponto de vista, a confrontação deve ser utilizada apenas com o objetivo de ajudar o cliente a ser mais introspectivo, associar sentimentos com sintomas, visando chegar a uma interpretação do que está reprimido inconscientemente (EIZERIK et al., 2005).

Outra intervenção bastante utilizada para fornecer *feedback* é a interpretação. Na língua portuguesa, segundo o Dicionário Aurélio, interpretar significa explicar, explanar o sentido de algo, seja palavra, texto ou lei (FERREIRA, 2008). Portanto, dar um significado àquilo que está acontecendo.

Segundo Zimerman (2000), interpretação é toda intervenção verbal por meio da qual o conselheiro torna consciente o que estava

inconsciente. É a explicação sobre as razões de um acontecimento e os motivos pelos quais ele continua a ocorrer. Os pioneiros da psicanálise interpretavam os significados inconscientes da livre associação de ideias. O paciente falava enquanto o analista apenas interpretava. Mas, com o passar dos anos, houve uma mudança nessa prática. Zimerman (2000, p.173) considera que “o prefixo ‘inter’ da palavra interpretação diz bem do caráter inter-relacional do vínculo terapêutico em que se processa um recíproco e contínuo intercâmbio de sentimentos”.

Azevedo (2004), que também examina o desenvolvimento do conceito de interpretação, ressalta a necessidade de que a interpretação não seja uma prerrogativa do analista e afirma que, dar ao paciente a função de associação livre e ao analista a função de interpretação, resulta numa maneira simplista de encarar esta relação. A autora mostra como, vendo a interpretação assim, a capacidade do analisando e a interação analista-analisando ficam colocadas num segundo plano. Para ela:

42

Não se tratam apenas de funções e atribuições diferentes: ao analista interpretar e ao analisando associar: na verdade se desenvolve na relação analítica um diálogo, há uma evolução de associações que, quando observada, pode ampliar, expandir e esclarecer a situação emocional (AZEVEDO, 2004, p. 19).

Azevedo (2004) propõe que sempre haverá uma interação entre a dupla. Nessa visão, o conselheiro passa a ser visto enquanto pessoa que participa da relação. O cliente também passa a ocupar um lugar diferenciado, que vai além de apenas verbalizar suas fantasias: ele passa a ser a pessoa com quem o conselheiro estabelecerá uma

relação comunicativa a fim de esclarecer a situação. Para Patterson e Eisenberg (2003), embora apresentem suas singularidades, a confrontação e a interpretação, quando utilizadas como ferramentas que facilitam o fornecimento de *feedback*, possuem algumas semelhanças e, por este motivo, o delineamento independente de seus papéis é controverso. Nesse sentido, os autores afirmam que:

a interpretação é um tipo de confrontação construtiva. Por definição, a interpretação vai além da presente conceituação de um problema pelo cliente e, portanto, sempre faz com que o cliente se confronte com uma nova ideia (porém, nem todas as confrontações são interpretações) (PATTERSON E EISENBERG, 2003, p. 119).

De fato, é comum que a confrontação e a interpretação caminhem juntas e tornem-se similares, visto que ambas podem proporcionar ao cliente uma reflexão sobre as consequências de seu comportamento inadequado (PATTERSON; EISENBERG, 2003). Na confrontação, o conselheiro oferece um *feedback* orientado para o crescimento e, segundo Paul Ricoeur (1977, p.29), “dizer algo de alguma coisa é, no sentido completo e forte do termo, interpretar”.

Por outro lado, em relação à conduta ética que o conselheiro deve manifestar durante todo o processo interativo do aconselhamento, independentemente das intervenções utilizadas para fornecer o *feedback* que facilite o *insight*, o uso adequado destas intervenções exige responsabilidade. Quando os recursos são mal utilizados pelo conselheiro, ao confrontar ou interpretar, buscando suprir seus

próprios desejos e necessidades a fim de aliviar suas ansiedades, tanto a responsabilidade quanto a ética ficam comprometidas (PATTERSON; EISENBERG, 2003). Neste sentido, os autores declaram:

Na relação do aconselhamento, o conselheiro tem consciência da intimidade da relação, mantém respeito pelo cliente e evita engajar-se em atividades que visem a satisfação de necessidades pessoais (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 216).

Para May (2001, p. 24) “o erro mais pernicioso que muitos conselheiros cometem é tentar encaixar o aconselhando dentro de um tipo específico — geralmente o tipo a que ele mesmo pertence”. Existe uma tendência no conselheiro de ver o cliente dentro das categorias de suas próprias atitudes, segundo seus padrões morais e dentro da estrutura geral de sua personalidade. Consequentemente, esta atitude viola a individualidade do aconselhando.

Por isso, segundo Maurano (1995), é ético que cada indivíduo investigue, por si mesmo, o seu desejo de ser conselheiro. Se ele não procura compreender seu desejo, questionando o que considera melhor para ele, ou ainda, o que ele considera “correto”, ou “ideal” para seu cliente, então isso pode ocupar o lugar principal na relação, impossibilitando que o desejo do cliente se manifeste. Além disso, quando alguém busca o aconselhamento, coloca o conselheiro num lugar privilegiado, o de ser capaz de suprir a falta, de aliviar a angústia do ser. Mas apesar de imaginariamente ocupar este lugar, o de ser capaz de fazer o bem, o conselheiro precisa colocar-se em segundo plano, pois o que está em questão é a emergência da pessoa que buscou o aconselhamento.

Por fim, Maurano (1995) explica que a ética propõe ao conselheiro acolher, mas nunca responder, à demanda que lhe é dirigida pelo aconselhando. O comportamento ético implica em renunciar à sugestão de deter todas as respostas, em favor de uma intervenção ativa na direção de ajudar o cliente a encontrar seu próprio caminho. É conduzir o cliente ao seu inconsciente e permitir que, por si só, alcance o *insight* e compreenda sua real condição, atuando apenas como facilitador desse processo, através do fornecimento de *feedback*.

## Considerações finais

Na segunda fase do aconselhamento, cujo foco é proporcionar ao cliente a possibilidade de obter o autoconhecimento e a assimilação do próprio eu através do *insight*, as intervenções do conselheiro precisam ser pautadas por seu conhecimento do comportamento humano, suas habilidades de oferecer *feedback* e seu comportamento ético. Essas características aumentarão a eficiência em fornecer um *feedback* ético e aliado ao cliente, através de uma postura adequada por parte do conselheiro. Quanto mais isso acontecer, maior a probabilidade da relação terapêutica ser positiva e dos resultados serem efetivos. O trabalho de aconselhamento envolve uma interação de ajuda. Pensar em ajudar alguém nos remete a fazer o bem, e isso nos faz refletir sobre a importância de fazê-lo com ética e responsabilidade. Nesse sentido, lidar com pessoas e se disponibilizar a ajudá-las envolve questões que vão além de interesse próprio.

## Referências

AZEVEDO, A. M. A. Artigo Interpretação: revelação ou criação. In: FRANÇA, M. O. A. (org). **Bion em São Paulo: ressonâncias**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2pD23w1>>. Acesso em: 10 de ago. 2014.

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

EIZIRIK, C.L; SCHESTATSKY, S.S, AGUIAR, R.W. **Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2onI7fn>>. Acesso em: 10 ago. de 2014.

46

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

MAURANO, D. **Nau do desejo: o percurso da ética de Freud à Lacan**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MAY, R. **A arte do aconselhamento psicológico**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PATTERSON, L. E; EISENBERG, S. **O processo de aconselhamento**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PEREYRA, M. **Psicologia da Reconciliação - técnicas e estratégias: como reparar os vínculos perdidos**. 1. ed. Artur Nogueira: Cedisau, 1997.

RICOEUR, P. **Da interpretação**: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago,1977.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos dos grupos terapias**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2osHL6o>>. Acesso em: 10 de ago. 2014.



# Aconselhamento ético cristão de pessoas homoafetivas

Edson Luiz Reis Pinto<sup>1</sup>

Naomi Vidal Ferreira<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A sociedade está mudando seu modo de pensar e agir em relação ao comportamento homoafetivo, impulsionando o estado a criar leis que protegem essa classe de pessoas. Nesse cenário, ser conselheiro cristão é uma tarefa muito complexa, pois envolve questões de ética que influenciam no modo de aconselhar. Em

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduando em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: earies@bol.com.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: naomivferreira@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

se tratando de pessoas homoafetivas, o aconselhamento exige um preparo emocional e técnico bem apurado. É necessário conhecer o suficiente sobre o assunto que sempre gerou polêmica e opiniões divergentes. Por isso, há necessidade de que o aconselhamento ético cristão esteja fundamentado nos princípios bíblicos, onde se ensina a verdadeira empatia. Isso possibilitará oferecer a ajuda que essas pessoas precisam sem incorrer em alguma ação antiética, prevenindo-se de cometer homofobia.

**Palavras chave:** Aconselhamento; Ética Cristã; Homoafetividade; Homofobia.

50

**Abstract:** The society is changing the way it thinks and acts in relation to homosexual behavior, pushing the state to create laws that protect this class of people. In this scenario, being a Christian counselor is a very complex task, as it involves ethical issues that influence the way they advise. When it comes to homosexual people, counseling requires an emotional and well calculated technical preparation. You must know enough about the subject that has always generated controversy and differing opinions. Therefore, there is need for ethical Christian counseling to be based on biblical principles, where true empathy is taught. This makes it possible to offer the help that these people need without incurring any unethical action, precautious of committing homophobia.

**Keywords:** Counseling; Christian ethics; Homosexuality; Homophobia.

## Introdução

O mundo atual está sofrendo vários tipos de mudanças, a nível climático, científico, tecnológico, antropológico e filosófico, que afetam direta ou indiretamente a vida das pessoas, podendo mudar seu modo de viver, pensar e agir. Sob esse ponto de vista, o conceito de homossexualidade ou homoafetividade<sup>4</sup> também tem sofrido mudanças significativas. Após vários anos de perseguição religiosa e preconceitos tidos como legais por aqueles que tinham o poder, somado aos relatos médico, psiquiátrico e jurídico, no início do século XX, a história relata uma maior aceitação e respeito aos homossexuais, pelo menos no ocidente, onde os princípios dos direitos humanos são mais aceitos e praticados, graças à proteção ao exercício livre da sexualidade. Isso faz com que a sociedade encare a prática do relacionamento homoafetivo com novas perspectivas (VIEIRA, 2012).

Esse assunto merece uma atenção especial, já que “a homoafetividade é um fato social que desafia o ordenado jurídico brasileiro, propondo-lhe questões controversas que somente serão respondidas após debates, discussões, reflexões, pesquisas e mudanças de valores e, principalmente, a partir do respeito e do combate ao preconceito por parte da sociedade” (VIEIRA, 2012, p. 141).

Já sobre a questão ética, “a rápida e profunda modificação do mundo comportamental não poderia deixar de alterar também a

.....  
<sup>4</sup> Homoafetividade é uma terminologia menos preconceituosa que define um vínculo afetivo e social existente entre pessoas do mesmo sexo, sendo criada pela jurista e Desembargadora brasileira Dra. Maria Berenice Dias (VIEIRA, 2012).

maneira de se conceber e vivenciar a ética” (NALINI, 2011, p. 30). Essas modificações afetam a maneira de se praticar a ética cristã, que é responsável pelo direcionamento de um aconselhamento cristão, que para Fred McKinney (apud FRIESEN, 2000) “é um relacionamento interpessoal em que o conselheiro assiste ao indivíduo em sua totalidade no processo de ajustar-se melhor consigo mesmo e com seu ambiente”.

Sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, procuraremos tecer breves reflexões sobre o aconselhamento ético cristão de pessoas homoafetivas, entendendo como praticar um aconselhamento sem preconceito e ao mesmo tempo estar em sintonia com os princípios cristãos. O objetivo final é auxiliar conselheiros neste assunto tão complexo, possibilitando oferecer um aconselhamento que vise ajudar de forma ética pessoas homoafetivas. O método de estudo se baseia em uma análise bibliográfica de conceitos teóricos.

52

## Desenvolvimento

A relação homossexual ou homoafetiva é uma relação afetiva existente há muito tempo. Mesmo entre os povos mais primitivos há relatos desse tipo de relacionamento, como por exemplo, nas antigas civilizações grega, egípcia, assíria e romana (VIEIRA, 2012). Sobre o significado do termo “homossexual” Vieira (2012, p. 184) explica que “é aquele que direciona seu afeto emocional e atração sexual para as pessoas do mesmo gênero”. Já a expressão “homossexualismo” foi criada em 1869 pela médica húngara Karoly-Benkert

(VIEIRA, 2012). No entanto, conforme esclarece Vieira (2012), na década de 1990 foi adotado o termo homossexualidade, substituindo o sufixo “ismo”, que passava a ideia de doença, por “dade”, referindo-se ao comportamento.

Nessa época, o homossexualismo era classificado como doença. Segundo Vieira (2012, p. 142) “contudo, em 1995, a homossexualidade deixou de ser considerada como patologia na Classificação Internacional de Doenças”. Hoje, para a psicologia, conforme a resolução nº 001/99 de 22 de março de 1999 do conselho federal de psicologia, é considerada como orientação sexual e não mais como doença (apud VIEIRA, 2012).

Atualmente, segundo Vieira (2012) a mídia dá muito espaço ao assunto da homoafetividade, principalmente em programações como telenovelas, filmes temáticos e matérias publicadas em jornais e revistas. E sobre o poder que a informação exerce sobre as pessoas Nalini afirma:

Toda informação é discurso, é opinião. A televisão não informa apenas. Ela cria, forma, gera certeza absoluta. A seleção dos dados a transmitir já denota um critério valorativo. Depois tratamento formal dos elementos da comunicação audiovisual faz conferir à imagem um valor semântico. A criação de estereótipos, com simplificação ou deformação da realidade, vai transformando as consciências (NALINI, 2011, p. 197).

Na política, tem crescido o número de leis aprovadas em favor dos homoafetivos, como destaca Vieira (2012, p. 60) “tem-se no total dezenove ações, distribuídas entre os seguintes tópicos: garantia do direito à liberdade: orientação sexual; garantia do direito a igualdade:

crianças e adolescentes; garantia do direito à saúde, à previdência e à assistência social e garantia do direito ao trabalho”.

Enquanto, por um lado, como foi mencionado, a homoafetividade vem se tornando mais conhecida e praticada, a cultura de alguns países, baseada em aspectos reprodutivos e principalmente religiosos, se opõe a esse crescente, já que, para o judaísmo e o cristianismo, toda prática sexual realizada fora do casamento heterossexual contraria os princípios bíblicos cristãos (VIEIRA, 2012). Segundo Vieira (2012, p. 145) “uma das principais fontes de condenação da homossexualidade, dentro do universo judaico-cristão, é a Bíblia, já que muitos trechos são interpretados de modo a condenar a homoafetividade”, como por exemplo, o texto de Levítico 20:13 “se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticam coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles” e o de Romanos 1:26-27,

por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque até suas mulheres mudaram modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contato natural com da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição de seu erro.

A partir da idade média, quando a igreja católica romana passou a assumir o controle político, surgiram inúmeras perseguições a todos que não tinham conduta heterossexual. Impunha-se lhes trabalho

forçado, eram mandados para a prisão e até mortos em fogueiras ou de outras maneiras desumanas (VIEIRA, 2012).

Mesmo hoje, há perseguição e vários tipos de discriminação aos homoafetivos (VIEIRA, 2012). Esse preconceito ou discriminação de pessoas por causa da sua orientação sexual é chamado de homofobia<sup>5</sup>.

Há também um sentimento forte de aversão contra a população das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTTs), que gera ações mais drásticas, podendo levar ao homicídio, como descreve o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil de 2012, da secretaria de direitos humanos do governo federal. É descrito um aumento de 183,19% em número de mortes de homoafetivos em relação a 2011, das quais 71,38% das vítimas são do sexo masculino e 21,15% do sexo feminino. Ou seja, há uma rejeição maior contra homoafetivos do sexo masculino, que são mais perseguidos que os do sexo feminino. O Distrito Federal e o estado do Mato Grosso lideram o ranking de casos confirmados de violência homofóbica, já os estados de Alagoas e Paraíba lideram no número de homicídios.

O aconselhamento cristão tem sua origem no cenário religioso, do qual importa seus princípios e valores. Assim sendo, como realizar um aconselhamento estruturado na Bíblia sem cometer homofobia e ferir a ética cristã? O Dr. Regis Fernandes de Oliveira, ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, e atual professor titular da USP (Universidade de São Paulo), explica que:

.....  
<sup>5</sup> Ver relatório sobre violência homofóbica no Brasil de 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2o4qxRH>>. Acesso em: 17 set. 2014.

É da essência da liberdade religiosa que se possa ter qualquer interpretação possível dos textos bíblicos tidos como sagrados pelos evangélicos e pelos cristãos de maneira geral, por estes ou por outros textos que tenham por sagrados formem sua convicção doutrinário-religiosa, e o intérprete, qualquer que seja ele e qualquer que seja a comunidade ou organização religiosa, pode rejeitar a conduta ou prática homoafetiva e entendê-la incompatível com o comportamento religioso (OLIVEIRA, 2011, p. 237).

No entanto, Oliveira (2011) adverte que a rejeição, a discriminação, a manifestação de ódio e a incitação à violência contra as pessoas homoafetivas ultrapassa o direito de liberdade religiosa e se enquadra em crime previsto por lei.

56

Essas ações expressas acima contra as pessoas homoafetivas não são só crime previsto pela lei humana, vai também contra as escrituras sagradas como podemos ver em Tiago 2:8-9 a seguinte afirmação: “se vós, contudo, observais a lei régia segundo a escritura, amarás ao teu próximo como a ti mesmo, fazeis bem, se, todavia, fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, sendo arguidos pela lei como transgressores”.

Partindo do pressuposto de que deve existir um equilíbrio entre liberdade religiosa e respeito ao ser humano, vejamos o conceito de aconselhamento:

Relação pessoal entre duas pessoas, na qual o conselheiro proporciona uma situação de aprendizagem, na qual o sujeito, um pessoal normal, é ajudado a conhecer a si próprio, a fim de fazer uso adequado de suas potencialidades e características de uma forma que seja satisfatória (SCHEEFFER, 1977, p. 13).

E Scheeffler (1977) ainda complementa que o aconselhamento auxilia a pessoa na tomada de decisão, podendo envolver observações objetivas que permitem ao aconselhado fazer um melhor uso de seus recursos pessoais.

Depois da definição de aconselhamento, vamos relacioná-lo com a Bíblia e a ética cristã. Para Nalini (2011, p. 283) “a religião é uma fonte inesgotável de preceitos éticos. Em outras palavras, a ética está inseparavelmente ligada à religião”. Ainda para o autor “a primeira fonte moral cristã é a Bíblia, ou a sagrada escritura. Os fatos nela narrados têm intenção moralizadora” (NALINI 2011, p. 98).

Falando ainda sobre religião moral, ao associar aconselhamento cristão com Jesus, Adams (1988, p. 55) afirma que “Jesus Cristo está no centro de todo genuíno aconselhamento cristão”. E que, “qualquer forma de aconselhamento que remova Cristo dessa posição de centralidade deixa de ser cristã na proporção em que o faça” (ADAMS, 1988, p. 55).

Nalini (2011) concorda com essa posição, defendendo que a base da ética cristã está na teologia do amor e em como Jesus tratava as pessoas. “A ética do cristianismo pode se resumir à síntese evangélica: ‘Ama ao próximo como a ti mesmo’. A síntese constitui feliz tradução do mandamento ético de se não fazer ao outro aquilo que se não quer para si” (NALINI 2011, p. 284), como está escrito em Mateus 7:12 “tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também, porque esta é a lei e os profetas”.

Podemos associar esses princípios cristãos à empatia que, segundo Del Prette e Del Prette (2011) é a capacidade de demonstrar compaixão, colocando-se no lugar da outra pessoa, e então perceber os

pensamentos e sentimentos da mesma. É algo que se pode aprender e essencial para o relacionamento interpessoal com a finalidade de ajudar a pessoa na solução de problemas nas diferentes áreas (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2011).

Mas como aprender a ser empático para melhor solidificar o relacionamento com o aconselhado homoafetivo? Del Prette e Del Prette (2011) esclarecem que o conhecimento de nossos próprios sentimentos e a habilidade para controlar nossas emoções é o que nos possibilitará sermos empáticos com os outros. Devemos nos autoconhecer e estar bem equilibrados emocionalmente para ajudar de uma forma eficaz o aconselhado. Assim, depois de nos autoconhecer, devemos demonstrar empatia na prática, que será percebida pelo outro, como explica Adams (2006, p. 154): “de fato, quando fazemos algo de concreto para ajudar a outra pessoa, não precisamos dizer-lhes palavras asseguradoras de que o ‘entendemos’ ou que ‘sentimos’ sua sorte”.

58

Assim, o psicólogo e teólogo Albert Friesen complementa que: “o aconselhando espera encontrar compreensão, simpatia e seriedade” (FRIESEN, 2000, p. 152). Ainda para Friesen (2000), as informações que foram passadas devem ter um tratamento confidencial. Mas em questão de ética, deve-se também manter a discrição: “é importante ser cordial, mas da mesma forma é importante ser discreto” (FRIESEN, 2000, p. 158).

A ética também estabelece que é dever do conselheiro orientar o aconselhado a procurar ajuda profissional especializada, principalmente se perceber que ele pode sofrer de algum tipo de problema físico ou emocional, para o qual o conselheiro, se não for habilitado para isso, não é capaz de oferecer ajuda adequada. Nesses casos, tanto a medicina como a

psicologia serão de grande auxílio para a pessoa que busca por ajuda, facilitando então o processo de aconselhamento cristão (FRIESEN, 2000).

## Considerações finais

Como relatado anteriormente, ao longo da história as pessoas homoafetivas vem sofrendo vários tipos de preconceito, maus tratos e perseguições, e isso os prejudica de várias maneiras. Ainda que hoje a sociedade seja mais tolerante, e já existem leis que os protejam e garantam direitos fundamentais, ainda existem vários tipos de homofobia, e mesmo dentro de igrejas cristãs.

Para os cristãos, o relacionamento homoafetivo é condenado pela Bíblia, e os conselheiros cristãos devem estar convictos disso, no entanto, precisa-se ter a consciência de que Deus abomina o comportamento homoafetivo, mas ama e se compadece das pessoas homoafetivas, porque também são Seus filhos.

Assim, não se pode rejeitá-los, como se já estivessem perdidos, ou como se fossem uma classe inferior, pois para Deus todos somos iguais. A Bíblia ensina que devemos amar a nossos irmãos, sem paradigmas ou preconceitos, da forma como gostaríamos de ser amados. Além disso, a empatia profissional deve ser utilizada pelo conselheiro, com vistas a se colocar no lugar do outro, o que facilitará a compreensão de seus sentimentos e sofrimentos.

O verdadeiro conselheiro cristão não fere a ética cristã, pois seus conselhos estão fundamentados em princípios bíblicos, na essência

dos ensinamentos de Cristo. O conselheiro deve procurar demonstrar empatia e compaixão para com aqueles que são perseguidos e menosprezados pela sociedade. E por fim, deve haver, por parte do conselheiro, interesse sincero e verdadeiro pela pessoa homoafetiva, sem preconceito ou qualquer tipo de julgamento, oferecendo aquilo que eles mais precisam: amor e compreensão, como o faz Jesus.

## Referências

ADAMS, Y. E. **Conselheiro Capaz**. São Paulo: Editora Fiel, 1988.

ADAMS, Y. E. **Manual do Conselheiro Cristão**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2006.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

FRIESEN, A. **Cuidando do Ser: Treinamento em aconselhamento pastoral**. Curitiba: Esperança, 2000.

NALINI, J. R. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: RT, 2011.

OLIVEIRA, R. F. **Homossexualidade: uma visão Mitológica, Religiosa, Filosófica e Jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SCHEEFFER, R. **Aconselhamento Psicológico**. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1977.

VIEIRA, T. R. (Org.). **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Editora Consulex, 2012.



# A importância do autoconhecimento do conselheiro e o estabelecimento da relação com o cliente

Iracéli Cristiani Hubner Zukowski<sup>1</sup>

Naomi Vidal Ferreira<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** O conselheiro que procura proporcionar ao cliente um ambiente seguro deve ser, primeiramente, conhecedor de si mesmo. Ao aprimorar seu autoconceito, e desenvolver autoconhecimento, valores

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: izukowski@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: naomivferreira@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

peçoais e habilidades sociais, estará mais habilitado a se auto avaliar e estabelecer as pontes necessárias para uma relação saudável com o outro. Dentre as ferramentas para facilitar este processo estão o uso da teoria do *self*, que auxilia o conselheiro a se conhecer e auto avaliar, e a avaliação das habilidades sociais, através da verificação da competência social. Neste trabalho, é apresentado um levantamento teórico com vistas a auxiliar o conselheiro a se conhecer, aprimorando suas condições interiores, e se tornar mais capaz de estabelecer relações saudáveis.

**Palavras-chave:** Autoconhecimento; Habilidades sociais; Teoria do *self*; Relação.

64

**Abstract:** The counselor who seeks to provide the client with a safe environment must first have a strong sense of self-knowledge. enhancing his self-concept, and developing self-awareness, personal values and social skills will enable him to self-assess and establish the necessary bridges to a healthy relationship with others. Among the tools to facilitate this process are the use of the self-theory, which helps the counselor to self-evaluate and get to know himself in a better way, and also evaluate the social skills, by checking social competence. In addition, an assessment of these skills through social competence is required. In this work a theoretical survey is presented aiming to assist the counselor to improve his inner conditions and to be able to establish healthful relationships.

**Keywords:** Self-knowledge; Social skills; Self-theory; Relationship.

## Introdução

Autores como Patterson e Eisenberg (2003) procuram mostrar que o autoconhecimento, o autoconceito, os valores pessoais, as habilidades sociais e a auto avaliação são ferramentas necessárias para que o conselheiro estabeleça uma relação segura com seu cliente. Segundo eles, há possibilidade de se viver uma vida eficiente, e essa vem através do conhecimento de si mesmo e da qualidade do seu ambiente.

Os autores acreditam que o autoconhecimento vem de informações relacionadas às “capacidades, conhecimento, emoções, valores, necessidades, interesses e modos de interpretar a si mesmo e aos outros” (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 1-2). Com relação ao ambiente, eles apontam que o eu, só estará completo quando integrado às condições deste. Essas condições irão fortalecer o eu à medida que forem usadas. Para eles, os “contatos interpessoais com a família, amigos e companheiros de trabalho ou escola, fatores sociais e econômicos associados ao lugar onde a pessoa vive” fazem parte da construção saudável do meio e do próprio eu (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 2)

Segundo Patterson e Eisenberg (2003) e Johnson (2007), para construir a identidade necessária para um relacionamento adequado entre conselheiro e cliente, é indispensável que a segurança seja estabelecida. Este processo acontece quando ambos alcançam relações de “confiança mútua, franqueza, bem-estar e otimismo” (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 37). Assim sendo, neste capítulo serão avaliados três pontos que auxiliam o conselheiro a aprimorar as suas condições interiores, contribuindo para o estabelecimento de uma relação

segura: (1) autoconhecimento e autoconceito, (2) valores e habilidades sociais e (3) auto avaliação.

## Desenvolvimento

Patterson e Eisenberg (2003) afirmam que conselheiros eficientes são aqueles que gostam de si mesmos, sem depender do outro para receber *feedback*<sup>4</sup>. Para eles, conselheiros realmente felizes e eficazes gostam de si mesmos e são seguros de si — não são dependentes do reconhecimento por parte das outras pessoas.

Segundo Plimmer e Schmidt (2007), para o conselheiro alcançar este ponto de gostar de si mesmo, é necessário que ele adquira o autoconhecimento e aprimore seu autoconceito. O autor acredita que isto é desenvolvido através do *possible selves theory*<sup>5</sup>. A teoria do *self* está ligada à psicologia humanística que é “um ramo da psicologia que enfatiza a luta de uma pessoa de desenvolver e manter uma personalidade harmoniosa integrada como a força motivadora primária no comportamento humano”<sup>6</sup>.

De acordo com Plimmer e Schmidt (2007), a teoria do *self* é responsável por ajudar pessoas a trabalhar mudanças em si mesmas, fazendo com que se sintam livres de restrições, pois são mudáveis.

.....  
<sup>4</sup> Feedback - “pode ser entendido como informação sobre os efeitos das ações ou declarações de uma pessoa” (PATTERSON L.; EISENBERG, S., 2003, p. 56)

<sup>5</sup> Possible selves theory é a teoria usada para pessoas que querem fazer mudanças em si mesmas. Segundo o dicionário médico, self theory, ou teoria do self, é “uma teoria da personalidade que usa o autoconceito na integração da função e organização da personalidade”.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oW1pff>>. Acesso em: 03 de set. de 2014.

Proporcionar mudanças através do autoconhecimento e formar um novo autoconceito é, portanto, um dos princípios da teoria do *self* (PLIMMER; SCHMIDT, 2007).

Isto implica, segundo Plimmer e Schmidt (2007), em conhecer os fatores do *possible self*. Estes fatores são os valores que cada pessoa possui, suas habilidades, seu estilo de vida e suas preferências, bem como os objetivos para a carreira profissional, as esperanças e os medos os interesses e as crenças pessoais (PLIMMER; SCHMIDT, 2007).

Essa busca, como foi mencionado, pode levar a mudanças nos conceitos que o conselheiro tem de si mesmo, mudanças essas que são importantes, pois como Patterson e Eisenberg (2003) declaram, “o indivíduo que tenha melhores percepções de suas próprias necessidades, desejos e capacidades em relação às oportunidades proporcionadas por seu meio particular, está capacitado para viver de modo mais efetivo”, e conseqüentemente mais capaz de estabelecer uma relação de confiança com seu cliente. Ainda assim, quando a pessoa passa a se conhecer, percebe que há coisas ruins em sua personalidade que precisam ser mudadas, e isto muitas vezes torna o processo de mudança dolorido, apesar de necessário (JOHNSON, 2007).

O autoconhecimento e o amadurecimento do autoconceito levam o conselheiro a aprimorar as habilidades de ouvir, demonstrar interesse, inspirar confiança, compreender o comportamento das pessoas, auxiliá-las a mudar padrões que não são produtores etc., (PATTERSON; EISENBERG, 2003). Esses fatores são importantes, segundo esses autores, para que o conselheiro possa desenvolver uma atitude profissional ética. Essas atitudes farão com que o cliente

Acredite na competência do profissional, seja ele advogado, médico, conselheiro, assistente social ou psicólogo. É essa confiança que permite ao cliente partilhar suas preocupações pessoais, de um modo que vai além da conversa casual e que torna a ajuda efetiva possível (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 9).

O autoconhecimento também deve levar a pessoa a desenvolver virtudes e valores (PATTERSON; EISENBERG, 2003; JOHNSON, 2007). Para Johnson (2007), um relacionamento de confiança é criado através de um acúmulo de atitudes e comportamentos. Ele defende que um caráter cheio de virtudes deve constar de honestidade, tato, coragem, sensibilidade, amabilidade, persistência, sinceridade, lealdade, prudência, confiança interpessoal, interdependência, entre muitas outras. Com relação à confiança interpessoal ele afirma que:

É frequentemente a cola que vincula membros das organizações. Estes em uma relação de confiança sentem grandemente um senso de interdependência, de ajuda humanitária e estão mais dispostos a aprender e arriscar, incluindo o risco de se engajar no diálogo. Um grupo que confia uns nos outros toma decisões com mais qualidade, são mais produtivos e mais eficientes (JOHNSON, 2007, p. 102-103).

Como mostrado em Johnson (2007), desenvolver valores morais e pessoais, especialmente a confiança interpessoal, é extremamente importante, pois eles têm a função de encorajar o aprendizado. Estes valores são descritos como um conjunto de habilidades de

relacionamento que têm a intenção de criar uma relação interpessoal bem-sucedida (PATTERSON; EISENBERG, 2003). No Brasil, estudos como Del Prette e Del Prette (2010) apresentam um novo conceito: o das habilidades sociais (HS). Eles definem que: “desempenhos apresentados pelo indivíduo diante das demandas de uma situação interpessoal [...] que inclui variáveis da cultura [...] comportamento e desempenho social, ou interpessoal, são termos equivalentes a habilidades sociais”. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 47)

Portanto, o conhecimento e a aplicação das habilidades sociais, segundo Del Prette e Del Prette (2013) deve ser um alvo importante para o conselheiro. Eles listam as habilidades sociais em conjuntos de acordo com seus níveis crescentes colocando a automonitoria como um pré-requisito. Elas são: 1) comunicação, civilidade, 2) empáticas, assertivas, 3) direito de civilidade e cidadania, 4) do trabalho e expressão de sentimento positivo.

69

Para Del Prette e Del Prette (2013), quando a pessoa possui um bom repertório de HS ela consegue obter autoconhecimento, tendendo a regular os pensamentos, sentimentos e comportamentos dentro de diferentes situações sociais. Elas auxiliam a compreender o outro dentro da visão deste, possibilitando que a pessoa reconheça suas emoções bem como as do próximo, enfrente melhor e com mais sucesso as situações de maior complexidade na vida, desenvolva a autoestima e a autoconfiança, consiga ajudar o outro a solucionar problemas de forma mais eficaz e faça uma análise mais profunda dos relacionamentos, conseguindo compreendê-los melhor. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013).

Rogers (apud FREIRE, 2000), apesar de não a chamar de habilidade social, e na verdade ter uma linha diferenciada de Bandeira et al. (2000), já havia descoberto a capacidade de compreender o outro através da visão deste, e definiu essa habilidade como empatia. Para ele, entender o mundo do outro é de suma importância, e para conseguir auxiliá-lo, é necessário:

Penetrar no mundo perceptual do outro e sentir-se totalmente à vontade dentro dele. Requer sensibilidade constante para com as mudanças que se verificam nesta pessoa em relação aos significados que ela percebe, ao medo, à raiva, à ternura, à confusão ou ao que quer que ele esteja vivenciando. Significa viver temporariamente sua vida, mover-se delicadamente dentro dela sem julgar, perceber os significados que ele quase não percebe tudo isto sem tentar revelar sentimentos dos quais a pessoa não tem consciência, pois isto poderia ser muito ameaçador. Implica em transmitir a maneira como você sente o mundo dele à medida que examina sem viés e sem medo os aspectos que a pessoa teme (ROGERS; ROSENBERG, apud FREIRE, 2000, p. 15).

70

Para Rogers e Rosenberg (apud FREIRE, 2000), os valores e habilidades pessoais, principalmente a empatia, permitem ao conselheiro penetrar eticamente este mundo do outro. Kohut (2009) afirma que a experiência de mundo que uma pessoa tem deve estar relacionada ao sentimento da outra. De acordo com Del Prette, Del Prette (2010), é imprescindível que as pessoas saibam demonstrar seus sentimentos, direitos e crenças de maneira que não interfiram nos sentimentos, direitos e crenças de outros, e esta expressão deve ser feita de forma direta, digna e adequada. Para Johnson (2007), as pessoas, e os conselheiros se encaixam neste processo, devem trabalhar seus pensamentos e sen-

timentos para que não sejam causadores destruidores da personalidade, mas que tenham maiores condições de desenvolver suas próprias crenças, virtudes e valores, fortalecendo sua saúde emocional e seu relacionamento com o cliente.

Para saber realmente se o conselheiro está desenvolvendo os valores e habilidades necessárias para o autoconhecimento, Johnson (2007) aponta que uma auto avaliação do caráter e da personalidade é importante. Carl Jung (apud JOHNSON (2007), em seus estudos sobre a personalidade, salienta que pessoas que ignoram o seu lado negro, seus comportamentos errôneos, se colocam em grande risco emocional e psicológico. Para ele, “reprimir impulsos como raiva, inveja, cólera, insegurança, orgulho não os faz avançar” e quando se deixa estes aspectos sem atenção, as pessoas se tornam vulneráveis e, no caso do aconselhamento, a tendência é que o conselheiro se projete negativamente no cliente (JOHNSON, 2007, p. 32).

Bandeira, et al, (2000) também usam o processo avaliativo. Eles o conceituam como competência social, que é um processo que “envolve uma avaliação ou julgamento a respeito da adequação do comportamento de uma pessoa e do efeito que produz em uma determinada situação” (BANDEIRA et al., 2000, p. 403). Para esta avaliação, eles elaboraram um Inventário de Habilidades Sociais (IHS), que tinha a função inicial de avaliar alunos de nível universitário, analisando a questão também cultural. “Este inventário permite avaliar as habilidades sociais a partir de variadas dimensões comportamentais e situacionais deste conceito e contempla situações pertinentes à cultura de nosso país” (BANDEIRA et al., 2000, p. 412)

Para eles, seria importante que as pessoas em geral, e o conselheiro pode ser encaixado neste grupo, passassem por este processo avaliativo para ter certeza de que estão desenvolvendo as habilidades sociais e sendo capazes de treinar estas habilidades. Pois, segundo eles, apenas possuir várias das habilidades sociais não é suficiente para que haja um desempenho socialmente competente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Este método avaliativo fará com que a pessoa passe por um processo “cujo resultado deve contemplar uma amostra de suas principais dificuldades interpessoais e outras informações relevantes sobre seu funcionamento, motivação e ambiente” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 98).

72 Para Del Prette e Del Prette (2010), é importante que todas as pessoas que desejam realmente aprender as HS passem por sessões de terapia, sejam avaliados pela competência social e estejam aptos a desenvolver as habilidades sociais no estabelecimento das relações, [no caso do conselheiro], com o seu cliente e consigo mesmo. O objetivo destas sessões é “modelar e ampliar o repertório social do indivíduo para que este altere os controles antecedentes e consequentes de seu comportamento” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 98).

## Considerações finais

Este capítulo se propôs a apresentar quão importante é, para a relação conselheiro-cliente, que haja amadurecimento do autoconhecimento, bem como desenvolvimento emocional estável por parte do conselheiro,

para que este possa auxiliar os clientes. Objetivou também mostrar a importância do conselheiro buscar estabilidade psicológica e pessoal, para que possa estabelecer uma relação saudável com seu cliente.

Pode-se perceber que, um conselheiro que possui autoconhecimento, tem maior possibilidade de auxiliar seus clientes a desenvolver um autoconceito positivo, como resultado do estabelecimento de uma relação saudável e segura. O uso da teoria do self pode ajudá-lo neste processo. As habilidades sociais também se mostraram fatores relevantes nesta construção.

Outro conceito levantado foi o desenvolvimento de virtudes e valores, pois estes trarão uma sensação de bem estar e segurança, tanto no âmbito pessoal quanto na relação com o outro. A segurança será conquistada através do amadurecimento do autoconceito e do aprofundamento do autoconhecimento, que o ajudarão a se tornar uma pessoa feliz e satisfeita profissionalmente. O trabalho se propôs a ressaltar que os diferentes métodos de autoavaliação e desenvolvimento pessoal estão interessados em desenvolver profissionais competentes e felizes, profissionais que saibam compreender a si mesmos e ao outro.

73

## Referências

BANDEIRA, M.; COSTA, M. N.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P.; GERK-CARNEIRO, E. Qualidades psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais (IHS): estudo sobre a estabilidade temporal e a validade concomitante. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p.401-419, 2000.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das Habilidades Sociais: Diversidade teórica e suas implicações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FREIRE, E. S. **A implementação das atitudes facilitadoras na relação terapêutica centrada no cliente**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2000.

JOHNSON, C. **Ethics in the workplace: tools and tactics for organizational transformation**. Thousand Oaks: Sage publications, 2007

74

KOHUT, H. Introspection, empathy and psychoanalysis: an examination of the relationship between mode of observation and theory. **Clinical Social Work Journal**, v. 37, p. 83-189, 2009.

PATTERSON, E. L.; EISENBERG, S. **O processo de aconselhamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PLIMMER, G.; SCHMIDT, A. Possible Selves and Career Transition: it's who you want to be, not what you want to do. **Wiley InterScience**, n. 114, 2007.

# A importância do autoconhecimento do conselheiro e o estabelecimento da relação com o cliente

Iracéli Cristiani Hubner Zukowski<sup>1</sup>

Naomi Vidal Ferreira<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** O conselheiro que procura proporcionar ao cliente um ambiente seguro deve ser, primeiramente, conhecedor de si mesmo. Ao aprimorar seu autoconceito, e desenvolver autoconhecimento, valores

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: izukowski@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: naomivferreira@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

peçoais e habilidades sociais, estará mais habilitado a se auto avaliar e estabelecer as pontes necessárias para uma relação saudável com o outro. Dentre as ferramentas para facilitar este processo estão o uso da teoria do *self*, que auxilia o conselheiro a se conhecer e auto avaliar, e a avaliação das habilidades sociais, através da verificação da competência social. Neste trabalho, é apresentado um levantamento teórico com vistas a auxiliar o conselheiro a se conhecer, aprimorando suas condições interiores, e se tornar mais capaz de estabelecer relações saudáveis.

**Palavras-chave:** Autoconhecimento; Habilidades sociais; Teoria do *self*; Relação.

76

**Abstract:** The counselor who seeks to provide the client with a safe environment must first have a strong sense of self-knowledge. Enhancing his self-concept, and developing self-awareness, personal values and social skills will enable him to self-assess and establish the necessary bridges to a healthy relationship with others. Among the tools to facilitate this process are the use of the self-theory, which helps the counselor to self-evaluate and get to know himself in a better way, and also evaluate the social skills, by checking social competence. In addition, an assessment of these skills through social competence is required. In this work a theoretical survey is presented aiming to assist the counselor to improve his inner conditions and to be able to establish healthful relationships.

**Keywords:** Self-knowledge; Social skills; Self-theory; Relationship.

## Introdução

Autores como Patterson e Eisenberg (2003) procuram mostrar que o autoconhecimento, o autoconceito, os valores pessoais, as habilidades sociais e a auto avaliação são ferramentas necessárias para que o conselheiro estabeleça uma relação segura com seu cliente. Segundo eles, há possibilidade de se viver uma vida eficiente, e essa vem através do conhecimento de si mesmo e da qualidade do seu ambiente.

Os autores acreditam que o autoconhecimento vem de informações relacionadas às “capacidades, conhecimento, emoções, valores, necessidades, interesses e modos de interpretar a si mesmo e aos outros” (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 1-2). Com relação ao ambiente, eles apontam que o eu, só estará completo quando integrado às condições deste. Essas condições irão fortalecer o eu à medida que forem usadas. Para eles, os “contatos interpessoais com a família, amigos e companheiros de trabalho ou escola, fatores sociais e econômicos associados ao lugar onde a pessoa vive” fazem parte da construção saudável do meio e do próprio eu (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 2)

Segundo Patterson e Eisenberg (2003) e Johnson (2007), para construir a identidade necessária para um relacionamento adequado entre conselheiro e cliente, é indispensável que a segurança seja estabelecida. Este processo acontece quando ambos alcançam relações de “confiança mútua, franqueza, bem-estar e otimismo” (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 37). Assim sendo, neste capítulo serão avaliados três pontos que auxiliam o conselheiro a aprimorar as suas

condições interiores, contribuindo para o estabelecimento de uma relação segura: (1) autoconhecimento e autoconceito, (2) valores e habilidades sociais e (3) auto avaliação.

## Desenvolvimento

Patterson e Eisenberg (2003) afirmam que conselheiros eficientes são aqueles que gostam de si mesmos, sem depender do outro para receber *feedback*<sup>4</sup>. Para eles, conselheiros realmente felizes e eficazes gostam de si mesmos e são seguros de si — não são dependentes do reconhecimento por parte das outras pessoas.

Segundo Plimmer e Schmidt (2007), para o conselheiro alcançar este ponto de gostar de si mesmo, é necessário que ele adquira o autoconhecimento e aprimore seu autoconceito. O autor acredita que isto é desenvolvido através do *possible selves theory*<sup>5</sup>. A teoria do *self* está ligada à psicologia humanística que é “um ramo da psicologia que enfatiza a luta de uma pessoa de desenvolver e manter uma personalidade harmoniosa integrada como a força motivadora primária no comportamento humano”<sup>6</sup>.

78

---

<sup>4</sup> Feedback - “pode ser entendido como informação sobre os efeitos das ações ou declarações de uma pessoa” (PATTERSON L.; EISENBERG, S., 2003, p. 56)

<sup>5</sup> *Possible selves theory* é a teoria usada para pessoas que querem fazer mudanças em si mesmas. Segundo o dicionário médico, *self theory*, ou teoria do *self*, é “uma teoria da personalidade que usa o autoconceito na integração da função e organização da personalidade”.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oW1pff>>. Acesso em: 03 de set. de 2014.

De acordo com Plimmer e Schmidt (2007), a teoria do *self* é responsável por ajudar pessoas a trabalhar mudanças em si mesmas, fazendo com que se sintam livres de restrições, pois são mudáveis. Proporcionar mudanças através do autoconhecimento e formar um novo autoconceito é, portanto, um dos princípios da teoria do *self* (PLIMMER; SCHMIDT, 2007).

Isto implica, segundo Plimmer e Schmidt (2007), em conhecer os fatores do *possible self*. Estes fatores são os valores que cada pessoa possui, suas habilidades, seu estilo de vida e suas preferências, bem como os objetivos para a carreira profissional, as esperanças e os meios os interesses e as crenças pessoais (PLIMMER; SCHMIDT, 2007).

Essa busca, como foi mencionado, pode levar a mudanças nos conceitos que o conselheiro tem de si mesmo, mudanças essas que são importantes, pois como Patterson e Eisenberg (2003) declaram, “o indivíduo que tenha melhores percepções de suas próprias necessidades, desejos e capacidades em relação às oportunidades proporcionadas por seu meio particular, está capacitado para viver de modo mais efetivo”, e conseqüentemente mais capaz de estabelecer uma relação de confiança com seu cliente. Ainda assim, quando a pessoa passa a se conhecer, percebe que há coisas ruins em sua personalidade que precisam ser mudadas, e isto muitas vezes torna o processo de mudança dolorido, apesar de necessário (JOHNSON, 2007).

O autoconhecimento e o amadurecimento do autoconceito levam o conselheiro a aprimorar as habilidades de ouvir, demonstrar interesse, inspirar confiança, compreender o comportamento das pessoas, auxiliá-las a mudar padrões que não são produtores etc.,

(PATTERSON; EISENBERG, 2003). Esses fatores são importantes, segundo esses autores, para que o conselheiro possa desenvolver uma atitude profissional ética. Essas atitudes farão com que o cliente

Acredite na competência do profissional, seja ele advogado, médico, conselheiro, assistente social ou psicólogo. É essa confiança que permite ao cliente partilhar suas preocupações pessoais, de um modo que vai além da conversa casual e que torna a ajuda efetiva possível (PATTERSON; EISENBERG, 2003, p. 9).

80 O autoconhecimento também deve levar a pessoa a desenvolver virtudes e valores (PATTERSON; EISENBERG, 2003; JOHNSON, 2007). Para Johnson (2007), um relacionamento de confiança é criado através de um acúmulo de atitudes e comportamentos. Ele defende que um caráter cheio de virtudes deve constar de honestidade, tato, coragem, sensibilidade, amabilidade, persistência, sinceridade, lealdade, prudência, confiança interpessoal, interdependência, entre muitas outras. Com relação à confiança interpessoal ele afirma que:

É frequentemente a cola que vincula membros das organizações. Estes em uma relação de confiança sentem grandemente um senso de interdependência, de ajuda humanitária e estão mais dispostos a aprender e arriscar, incluindo o risco de se engajar no diálogo. Um grupo que confia uns nos outros toma decisões com mais qualidade, são mais produtivos e mais eficientes (JOHNSON, 2007, p. 102-103).

Como mostrado em Johnson (2007), desenvolver valores morais e pessoais, especialmente a confiança interpessoal, é extremamente

importante, pois eles têm a função de encorajar o aprendiz. Estes valores são descritos como um conjunto de habilidades de relacionamento que têm a intenção de criar uma relação interpessoal bem-sucedida (PATTERSON; EISENBERG, 2003). No Brasil, estudiosos como Del Prette e Del Prette (2010) apresentam um novo conceito: o das habilidades sociais (HS). Eles definem que: “desempenhos apresentados pelo indivíduo diante das demandas de uma situação interpessoal [...] que inclui variáveis da cultura [...] comportamento e desempenho social, ou interpessoal, são termos equivalentes a habilidades sociais”. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 47)

Portanto, o conhecimento e a aplicação das habilidades sociais, segundo Del Prette e Del Prette (2013) deve ser um alvo importante para o conselheiro. Eles listam as habilidades sociais em conjuntos de acordo com seus níveis crescentes colocando a automonitoria como um pré-requisito. Elas são: 1) comunicação, civilidade, 2) empáticas, assertivas, 3) direito de civilidade e cidadania, 4) do trabalho e expressão de sentimento positivo.

Para Del Prette e Del Prette (2013), quando a pessoa possui um bom repertório de HS ela consegue obter autoconhecimento, tendo a regular os pensamentos, sentimentos e comportamentos dentro de diferentes situações sociais. Elas auxiliam a compreender o outro dentro da visão deste, possibilitando que a pessoa reconheça suas emoções bem como as do próximo, enfrente melhor e com mais sucesso as situações de maior complexidade na vida, desenvolva a autoestima e a autoconfiança, consiga ajudar o outro a solucionar problemas de forma mais eficaz e faça uma análise mais

profunda dos relacionamentos, conseguindo compreendê-los melhor. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013).

Rogers (apud FREIRE, 2000), apesar de não a chamar de habilidade social, e na verdade ter uma linha diferenciada de Bandeira et al. (2000), já havia descoberto a capacidade de compreender o outro através da visão deste, e definiu essa habilidade como empatia. Para ele, entender o mundo do outro é de suma importância, e para conseguir auxiliá-lo, é necessário:

Penetrar no mundo perceptual do outro e sentir-se totalmente à vontade dentro dele. Requer sensibilidade constante para com as mudanças que se verificam nesta pessoa em relação aos significados que ela percebe, ao medo, à raiva, à ternura, à confusão ou ao que quer que ele esteja vivenciando. Significa viver temporariamente sua vida, mover-se delicadamente dentro dela sem julgar, perceber os significados que ele quase não percebe tudo isto sem tentar revelar sentimentos dos quais a pessoa não tem consciência, pois isto poderia ser muito ameaçador. Implica em transmitir a maneira como você sente o mundo dele à medida que examina sem viés e sem medo os aspectos que a pessoa teme (ROGERS; ROSENBERG, apud FREIRE, 2000, p. 15).

Para Rogers e Rosenberg (apud FREIRE, 2000), os valores e habilidades pessoais, principalmente a empatia, permitem ao conselheiro penetrar eticamente este mundo do outro. Kohut (2009) afirma que a experiência de mundo que uma pessoa tem deve estar relacionada ao sentimento da outra. De acordo com Del Prette, Del Prette (2010), é imprescindível que as pessoas saibam demonstrar seus sentimentos, direitos e crenças de maneira que não interfiram nos sentimentos, direitos e crenças de outros, e esta

expressão deve ser feita de forma direta, digna e adequada. Para Johnson (2007), as pessoas, e os conselheiros se encaixam neste processo, devem trabalhar seus pensamentos e sentimentos para que não sejam causadores destruidores da personalidade, mas que tenham maiores condições de desenvolver suas próprias crenças, virtudes e valores, fortalecendo sua saúde emocional e seu relacionamento com o cliente.

Para saber realmente se o conselheiro está desenvolvendo os valores e habilidades necessárias para o autoconhecimento, Johnson (2007) aponta que uma auto avaliação do caráter e da personalidade é importante. Carl Jung (apud JOHNSON (2007), em seus estudos sobre a personalidade, salienta que pessoas que ignoram o seu lado negro, seus comportamentos errôneos, se colocam em grande risco emocional e psicológico. Para ele, “reprimir impulsos como raiva, inveja, cólera, insegurança, orgulho não os faz avançar” e quando se deixa estes aspectos sem atenção, as pessoas se tornam vulneráveis e, no caso do aconselhamento, a tendência é que o conselheiro se projete negativamente no cliente (JOHNSON, 2007, p. 32).

Bandeira, et al, (2000) também usam o processo avaliativo. Eles o conceituam como competência social, que é um processo que “envolve uma avaliação ou julgamento a respeito da adequação do comportamento de uma pessoa e do efeito que produz em uma determinada situação” (BANDEIRA et al., 2000, p. 403). Para esta avaliação, eles elaboraram um Inventário de Habilidades Sociais (IHS), que tinha a função inicial de avaliar alunos de nível universitário, analisando a questão também cultural. “Este inventário permite avaliar as habilidades sociais a partir de variadas dimensões comportamentais e situacionais deste conceito e contempla situações pertinentes à cultura de nosso país” (BANDEIRA et al., 2000, p. 412)

Para eles, seria importante que as pessoas em geral, e o conselheiro pode ser encaixado neste grupo, passassem por este processo avaliativo para ter certeza de que estão desenvolvendo as habilidades sociais e sendo capazes de treinar estas habilidades. Pois, segundo eles, apenas possuir várias das habilidades sociais não é suficiente para que haja um desempenho socialmente competente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). Este método avaliativo fará com que a pessoa passe por um processo “cujo resultado deve contemplar uma amostra de suas principais dificuldades interpessoais e outras informações relevantes sobre seu funcionamento, motivação e ambiente” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 98).

Para Del Prette e Del Prette (2010), é importante que todas as pessoas que desejam realmente aprender as HS passem por sessões de terapia, sejam avaliados pela competência social e estejam aptos a desenvolver as habilidades sociais no estabelecimento das relações, [no caso do conselheiro], com o seu cliente e consigo mesmo. O objetivo destas sessões é “modelar e ampliar o repertório social do indivíduo para que este altere os controles antecedentes e consequentes de seu comportamento” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 98).

84

## Considerações finais

Este capítulo se propôs a apresentar quão importante é, para a relação conselheiro-cliente, que haja amadurecimento do autoconhecimento, bem como desenvolvimento emocional estável por parte do conselheiro, para que este possa auxiliar os clientes. Objetivou também mostrar

a importância do conselheiro buscar estabilidade psicológica e pessoal, para que possa estabelecer uma relação saudável com seu cliente.

Pode-se perceber que, um conselheiro que possui autoconhecimento, tem maior possibilidade de auxiliar seus clientes a desenvolver um autoconceito positivo, como resultado do estabelecimento de uma relação saudável e segura. O uso da teoria do self pode ajudá-lo neste processo. As habilidades sociais também se mostraram fatores relevantes nesta construção.

Outro conceito levantado foi o desenvolvimento de virtudes e valores, pois estes trarão uma sensação de bem estar e segurança, tanto no âmbito pessoal quanto na relação com o outro. A segurança será conquistada através do amadurecimento do autoconceito e do aprofundamento do autoconhecimento, que o ajudarão a se tornar uma pessoa feliz e satisfeita profissionalmente.

O trabalho se propôs a ressaltar que os diferentes métodos de autoavaliação e desenvolvimento pessoal estão interessados em desenvolver profissionais competentes e felizes, profissionais que saibam compreender a si mesmos e ao outro.

85

## Referências

BANDEIRA, M.; COSTA, M. N.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P.; GERK-CARNEIRO, E. Qualidades psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais (IHS): estudo sobre a estabilidade temporal e a validade concomitante. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p.401-419, 2000.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das Habilidades Sociais: Diversidade teórica e suas implicações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FREIRE, E. S. **A implementação das atitudes facilitadoras na relação terapêutica centrada no cliente**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2000.

JOHNSON, C. **Ethics in the workplace: tools and tactics for organizational transformation**. Thousand Oaks: Sage publications, 2007

86

KOHUT, H. Introspection, empathy and psychoanalysis: an examination of the relationship between mode of observation and theory. **Clinical Social Work Journal**, v. 37, p. 83-189, 2009.

PATTERSON, E. L.; EISENBERG, S. **O processo de aconselhamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PLIMMER, G.; SCHMIDT, A. Possible Selves and Career Transition: it's who you want to be, not what you want to do. **Wiley InterScience**, n. 114, 2007.

# Como criar filhos resilientes: influência das práticas parentais

Marta Pereira Delgado Terrão<sup>1</sup>

Ivana Gisel Casali Robalinho<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Em qualquer cultura, os pais esperam que seus filhos sejam capazes de enfrentar desafios e problemas, e que alcancem êxito em suas escolhas. A resiliência é definida como a capacidade que um ser humano tem de enfrentar uma situação conflituosa e sair superado. A literatura aponta que a forma em que os pais educam seus filhos

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: mpd\_tata@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Psicologia pela Universidad Adventista del Plata. E-mail: ivana.robalinho@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

influencia no desenvolvimento deles em todos os aspectos da vida. Com base nisso, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre práticas parentais e resiliência nos filhos, buscando propor meios pelos quais os pais podem tornar seus filhos resilientes. O estudo bibliográfico realizado mostrou que as estratégias usadas pelos pais ao educar os filhos são essenciais para determinar o nível de resiliência deles. Considerando que as práticas parentais podem ser positivas ou negativas, uma criança educada no âmbito das práticas parentais positivas tende a desenvolver maior capacidade de resiliência e se torna mais segura. Dessa forma, torna-se imprescindível para os pais conhecerem as estratégias que poderiam usar a fim de ter filhos resilientes e, conseqüentemente, que tenham êxito nas suas escolhas e ações.

88

**Palavras-chave:** Resiliência; Filhos; Práticas Parentais.

**Abstract:** In any culture, parents expect their children to be able to face challenges and problems, and achieve success in your choices. Resilience is defined as the ability of a human being has to face a conflict situation and leave overcome. The literature suggests that the way parents educate their children influences on their development in all aspects of life. Based on this, the present study aimed to analyze the relationship between parenting and resilience in children, trying to propose ways in which parents can make their children resilient. The bibliographical study conducted showed that the strategies used by parents to educate their children are essential to determine their resilience level. Whereas parenting practices can be positive or negative, an educated child under positive parenting practices tend to

develop greater resilience and becomes more secure. Thus, it is essential for parents to know the strategies that they could use in order to have children resilient and hence to be successful in their choices and actions.

**Keywords:** Resilience; Children; Parental Practices.

## Introdução

Educar filhos, não é uma tarefa fácil, pois exige tempo, comprometimento e dedicação. A preocupação com a educação de filhos tem estado presente na vida de pais que procuram promover uma boa conduta, nos seus filhos, com princípios morais que possam auxiliá-los a adquirir uma ampla gama de comportamentos que garantem autonomia, independência e responsabilidade. Marulanda (2004, p. 18) afirma que “uma das funções mais importantes dos pais é promover a formação reta de caráter dos filhos, e para isto é preciso estabelecer normas de conduta muito definidas e observar que as crianças as cumpram”.

Além do mais, para que os filhos sejam capazes de sair fortalecidos das dificuldades que a vida impõe, é necessário que desenvolvam resiliência. Barbosa (2006) considera a resiliência uma combinação de fatores que propiciam ao ser humano condições para enfrentar e superar problemas e adversidades. Ninguém passará pela vida livre das dificuldades, desafios, desapontamentos, tristezas e problemas. Torna-se importante, então, ser capaz de enfrentar tais situações e sair fortalecido delas. A resiliência se desenvolve, como qualquer

comportamento, desde tenra idade, na interação da criança com as pessoas que o rodeiam. Por isso, a família, e principalmente as figuras parentais cumprem uma importante função no desenvolvimento de habilidades para melhor lidar com situações inesperadas.

Gomide (2006) aponta que as estratégias utilizadas pelos pais ao educar os filhos podem ser positivas ou negativas, e diferenciam-se na influência que exercem no desenvolvimento infantil. Os pais devem ser uma autoridade amorosa, na qual a criança deposita confiança porque acredita que eles são capazes de direcioná-la, pois a falta de limites faz com que as crianças se sintam perdidas e desprovidas de um guia (MARULANDA, 2004). Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre as práticas educativas parentais e o desenvolvimento de resiliência nos filhos, buscando orientar os pais em relação a estratégias que poderiam utilizar para os filhos resilientes.

90

## Desenvolvimento

O termo resiliência, que tem sido usado a partir do século XXI, tem origem no latim, no termo *resilio* que significa voltar com um salto, repelir ou dar rebote. É com esse sentido que tem sido utilizado na Física e na Engenharia, para nomear a propriedade que um corpo deformado tem de voltar ao estado inicial após cessar a tensão causadora da deformação. Mas o uso do conceito também foi estendido a outras áreas, como Ciências Sociais, associado à resistência de certos indivíduos diante de situações adversas (AZNAR; MONTEIRO, 2006). Grunspun (2006) define a

resiliência como “a capacidade humana de se recuperar e se superar, ou ser imune psicologicamente, quando se é submetido à violência de outros seres humanos ou a estresses por catástrofes da natureza”.

É importante mencionar que a resiliência não está no fato de ser capaz de evitar experiências de risco e sim na forma em que se enfrentam tais situações. Nesse sentido, transforma-se em um fator de proteção diante de condições de vulnerabilidade, em um sentido adaptativo (AZNAR; MONTEIRO, 2006). Tal capacidade torna-se imprescindível na vida do ser humano e, como qualquer comportamento, é aprendido na interação do indivíduo com o ambiente, desde tenra idade (GRUNSPUN, 2006).

Grunspun (2006) estudou, portanto, as características das crianças que são resilientes, conforme apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Características de crianças resilientes

Habilidades	Características
Competência social	A criança resiliente é flexível, sensível, atenciosa, com capacidade de demonstrar habilidades sociais. Tem facilidade para se comunicar e nas dificuldades é capaz de usar humor.
Competência para resolver problemas	A criança resiliente é capaz de pensar de forma crítica e de forma alternativa, procurando soluções para as necessidades ambientais e procurando adaptação. Não encontrando saída, busca ajuda.
Autonomia	A criança resiliente tem forte senso de identidade e uma autoestima positiva. Mostra independência e autocontrole. Quando as experiências são muito negativas ela se engaja numa distância adaptativa da situação.
Tem propósito com confiança no futuro	A criança resiliente é capaz de perceber os alvos realísticos. Tem aspirações educacionais elevadas. É persistente e esforçada. É otimista e enxerga o futuro com oportunidades e sucesso.

Além disso, Grunspun (2006) aponta que competência social, temperamento fácil, inteligência, autonomia, autoestima, autocontrole, autoeficácia, competência em resolver problema, sentido de propósitos e expectativas no futuro, são fatores altamente protetores para o desenvolvimento infantil.

A resiliência tornou-se foco de crescente interesse na última década, dentro e fora do Brasil. Muitos teóricos (por exemplo: AZNAR; MONTEIRO, 2006; GRUNSPUN, 2006) reconhecem a necessidade de que as crianças sejam resilientes e têm estudado os fatores associados a tal capacidade. Entre eles encontram-se os fatores individuais, familiares e ambientais (SLAP; MONTEIRO, 2006). O papel da família no desenvolvimento dos filhos é importante, pois transferem para os filhos costumes, valores e modos de conduta que irão conduzi-los ao longo da trajetória de vida. O tipo de interação que um pai tem com o filho, desde os primeiros anos de vida, tem sido interpretado como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2011).

O assunto de educação de filhos está associado a alguns conceitos, comumente encontrados na literatura. Entre eles, o termo *estilos parentais*. Segundo Reppold et al. (2002), os estilos parentais podem ser conceituados como um conjunto de atitudes e exemplos dos pais interagindo com os filhos. As *práticas parentais*, por outro lado, são definidas por Gomide (2006) como o conjunto de práticas educativas utilizadas pelos pais na interação com os filhos. De acordo com Santrock (2012), as práticas parentais correspondem a comportamentos produzidos por conteúdos simbólicos e por finalidades de socialização, incluindo estratégias usadas para eliminar comportamentos considerados inadequados ou para

estimular a ocorrência de comportamentos adequados. Compreende-se então, que as práticas parentais utilizadas pelos pais podem influenciar positiva ou negativamente no seu desenvolvimento. Gomide (2006) aponta que as práticas parentais podem ser positivas ou negativas. As práticas parentais positivas envolvem monitoria positiva e comportamento moral, já as práticas parentais negativas incluem negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa.

Na Tabela 2 são apresentadas as definições de cada prática parental, tanto as positivas quanto as negativas, bem como as consequências dela no desenvolvimento de acordo com Gomide (2006) e Baptista e Teodoro (2012).

**Tabela 2:** Definições das práticas parentais positivas e negativas e suas consequências

Prática Parental	Especificação	Autor	Consequências
Monitoria Positiva	Essa prática abrange estabelecimento de regras, supervisão de suas atividades escolares, bem como lazer.	BAPTISTA; TEODORO (2012)	Pode reduzir a possibilidade de participação por parte da criança em comportamento de risco futuros dentro da sociedade.
Comportamento Moral	Os pais transmitem valores, auxiliando-os na discriminação do certo e do errado por meio de modelos positivos, dentro de uma relação de afeto.	GOMIDE (2006)	Inibi o desencadeamento de comportamentos antissociais como o uso de drogas.

Negligência	Os pais não estão atentos às necessidades de seus filhos, ausentam de suas responsabilidades, interagem sem afeto, sem amor.	GOMIDE (2006)	A falta de calor e carinho na interação com a criança pode desencadear sentimento de insegurança, vulnerabilidade e eventual hostilidade e agressão em relacionamentos sociais.
Abuso Físico	Os pais utilizam agressões corporais como surras e pancadas, machucando ou causando dor fisicamente a seus filhos a fim de controlar seus comportamentos.	BAPTISTA; TEODORO (2012); GOMIDE (2006)	Crianças apáticas, medrosas, desinteressadas.
Disciplina Relaxada	É caracterizada pelo não cumprimento de regras estabelecidas pelos pais. Pais mudam de opinião quando o filho insiste e faz birra.	GOMIDE (2006)	As crianças crescem com dificuldades em cumprir regras e não confiam nos próprios pais.
Punição Inconsciente	Os pais punem ou reforçam os comportamentos de seus filhos de acordo com o seu humor.	GOMIDE (2006)	A criança aprende a discriminar o humor de seus pais e não aprende se seu ato foi adequado ou inadequado.
Monitoria Negativa (ou supervisão estressante)	Caracteriza-se pelo excesso de fiscalização dos pais sobre a vida dos filhos e pela grande quantidade de instruções repetitivas, as quais não são seguidas pelos últimos.	GOMIDE (2006)	Produz um clima familiar hostil, estressado e sem diálogo.

Como base na Tabela 2, as características de crianças resilientes estão interligadas com as consequências das práticas parentais positivas. Os fatores familiares, como a atenção por parte dos pais e afeto, favorecem a resiliência porque melhoram a autoestima e auto eficácia. Pode ser visto como um fator de primordial importância para o desenvolvimento de recursos resilientes no filho.<sup>4</sup> E também como um fator preventivo, pois as práticas parentais, pois as práticas parentais positivas podem evitar o surgimento e/ou a manutenção de problemas de comportamentos, enquanto que, as negativas podem aumentar a probabilidade de sua ocorrência (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2011). O que se procura na educação da criança para que se torne resiliente é desenvolver as qualidades que elas já têm, e preencher as condições que estão incompletas, para depois expandir as que estão ausentes (GRUNSPUN, 2006).

De acordo com Batista e Teodoro (2012), criança resiliente não é insegura e nem agressiva, pois ao deparar com dificuldades não tem medo de enfrentá-las e nem muda seu humor ficando agressiva com aqueles que a rodeiam. Dessa forma, os pais são responsáveis na transformação e estrutura dos filhos, através das práticas parentais que são impostas neles. A resiliência pode ser promovida em qualquer idade, porém na infância é mais fácil absorvê-la, uma vez que a criança está em fase de aprendizado. Os filhos tonam-se resilientes através do modelo que se tem em casa. A criança possui um modelo de ação mediante ao comportamento dos pais diante de situações difíceis, se conseguem ou não transpor ou sucumbir na adversidade (BAPTISTA; TEODORO, 2012).

.....  
<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2pgLtFq>>. Acesso em: jan. 2015.

Sendo assim, na infância o indivíduo é ensinado a enfrentar situações conflituosas e encontrar o equilíbrio após obter uma solução. Esse aprendizado através da observação acompanha o filho até a vida adulta. Os pais que desejam ter filhos resilientes precisam se policiar ao modo como se comportam e tratam seus filhos, pois sob influência negativa o produto pode ser: filhos que não sabem respeitar regras, filhos inseguros, com baixa autoestima, crianças violentas e agressivas. Os pais devem constantemente se auto avaliar em relação às próprias atitudes diante dos filhos, pois eles são a maior influência de terem filhos vitoriosos ou perdedores (GOMIDE, 2006).

## Considerações finais

96

Pode-se concluir que as práticas parentais são essenciais no desenvolvimento infantil, incluso no nível de resiliência de uma criança. A criança educada no âmbito das práticas parentais positivas tende a desenvolver uma capacidade e senso de resiliência mais elevado. Por outro lado, a criança educada sob a ótica de práticas parentais negativas poderia ter mais dificuldade de desenvolver tal habilidade. As práticas parentais positivas proporcionam aos filhos o preparo de habilidades comportamentais, enquanto as práticas parentais negativas proporcionam fragilidades em competência social e como consequência geram comportamentos antissociais. Os pais, portanto, devem valorizar os pontos positivos e criativos de seus filhos, se envolvendo em atividades como

brincadeiras, passeios, tarefas escolares, não somente com o interesse de estabelecer regras, mas a fim de desenvolver um afeto que construa confiança e resiliência.

Os pais são responsáveis, direta ou indiretamente, na formação dos filhos vencedores, pois o comportamento parental conduzirá a criança para um caminho de sucesso ou fracasso. Sendo assim, o melhor caminho a se percorrer por eles no intuito de tornar filhos resilientes é construir pilares de resiliência, desenvolvendo nos filhos as aptidões que já existem, ampliando as incompletas e capacitando-os a construir aptidões que ainda não existem. Por isso como modelo, os pais devem prezar por suas ações e condutas.

## Referências

97

AZNAR, M. F.; MONTEIRO, N. R. O. Reflexões sobre pró-socialidade, resiliência e psicologia positiva. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 2, p. 39-46, 2006.

BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BARBOSA, G. S. **Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série: Validação e Aplicação do “Questionário do Índice de Resiliência: Adultos — Reivich — Shatté/Barbosa”**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. **Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil**: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. Ribeirão Preto: UNESP, 2011.

GOMIDE, P. I. C. **Inventário de estilos parentais (IEP)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GRUNSPUN, H. **Criando filhos vitoriosos**: quando e como promover a resiliência. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

MARULANDA, A., **O desafio de crescer com os filhos**: valores e atitudes que ajudam na formação das novas gerações. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

98

REPPOLD, C. T.; PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. S.; BENETTI, S. P.; SILVA, D. F.; LISBOA, C. S.; KOLLER, S. H. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. São Paulo: Artmed, 2012.

SLAP, M.; MONTEIRO, N. R. O. Reflexões sobre pró-socialidade, resiliência e psicologia positiva. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 2, n. 2, dez. 2006.

# Permanência na doutrina familiar: influência das figuras parentais

Wilson Felix da Cruz<sup>1</sup>

Ivana Gisel Casali Robalinho<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Certamente pais cristãos desejam transmitir seus princípios e valores religiosos aos filhos, mas nem todos têm alcançado êxito em ver seus filhos permanecendo na doutrina familiar. Tendo isto em mente, o presente estudo teve como objetivo analisar as influências religiosas de pais sobre seus filhos na visão de teólogos,

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduando em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: wil.fc@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Psicologia pela Universidad Adventista del Plata. E-mail: ivana.robalinho@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

psicólogos e profissionais ligados à área do aconselhamento familiar, destacando maneiras e métodos mais eficazes na transmissão desta religiosidade. Os resultados apontaram que os pais enfrentam uma desafiadora tarefa, contudo, quando buscam relacionar-se com Deus e participar ativamente de sua religião, tornam-se mais aptos a transmitir essa crença aos seus filhos. Essa experiência pode ser vivenciada por aqueles pais que educam seus filhos tendo por base os princípios bíblicos e compartilhando momentos especiais de culto familiar, desfrutam e praticam com seus filhos a religião. Outro fator, sem dúvida, importante é o próprio testemunho dos pais em viver os princípios bíblicos. É necessário ter em mente, no entanto, que além do dever dos pais há outra parte importantíssima para o resultado final de um filho seguir ou não a religião da família: a própria reação dos filhos ante a educação religiosa de seus pais.

100

**Palavras-chave:** Doutrina; Pais; Filhos.

**Abstract:** Certainly Christian parents wish to convey their principles and religious values to their children, but not all have been successful in seeing their children remain in familiar doctrine. With this in mind, the present study aimed to analyze the religious influences of parents on their children in the view of theologians, psychologists and professionals involved in family counseling area, also highlighting ways and most effective methods in the transmission of this religiosity. The results appoint that the parents face a challenging task, however, when they seek relating with God and actively

participate in their religion, they become more able to convey this belief to their children. This experience can be experienced by that parents who educates their children based on biblical principles and sharing special moments of family worship, enjoying and practicing with their children the religion, another factor undoubtedly and important is the own testimony of the parents in live the biblical principles. It is necessary have in mind, however, that besides the duty of parents, there is another part very important to the final outcome of a son follow or not the family religion: the own reaction of children at the religious education of his parents.

**Keywords:** Doctrine; Parents; Children.

## Introdução

Normalmente, pais buscam ensinar aos seus filhos maneiras e modos de agir que os ajudem a desenvolver-se e tornar-se adultos prósperos e realizados. Apesar de grande parte desses pais terem o desejo de transmitir algo bom aos seus filhos, e muitos deles tentarem agir de forma correta, nem sempre têm obtido as respostas esperadas por parte de seus filhos (WHITE, 2002).

Nas últimas décadas, pesquisas têm sido realizadas com o intuito de observar o comportamento de pais e a reação de seus filhos para que os objetivos desejados por cada família sejam alcançados (VARGAS et al., 2013). No caso de pais cristãos, segundo Drescher

(1998), um de seus principais objetivos é transmitir seus princípios e valores religiosos aos filhos. No entanto, enquanto alguns sentem ter obtido êxito ao ver seus filhos permanecendo na doutrina familiar, outros se sentem frustrados ao ver seus filhos se apartando dos ensinamentos religiosos da família. É possível questionar, então, se haveria formas de os pais agirem que pudessem contribuir com a aceitação e permanência dos filhos na doutrina familiar.

Com base nessas considerações, o presente estudo buscou analisar as influências de pais sobre seus filhos, sobretudo no campo religioso, na visão de teólogos, psicólogos e profissionais ligados à área. Pretende-se, dessa forma, apontar maneiras e métodos eficazes na transmissão da religiosidade. Nota-se, no entanto, que o cristianismo praticado em cada ambiente familiar pode variar em intensidade, formas e costumes de acordo com a religião cristã seguida pelos pais de cada família.

102

## Desenvolvimento

Como aponta a literatura, a forma como os pais educam os filhos influencia no desenvolvimento deles, em diversos aspectos (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2011). Nessa direção, Ellen G. White (2001, p. 10) afirma que:

Todo lar deve ter regras ou regulamentos; e os pais, em palavras e comportamento, devem dar aos filhos um exemplo vivo do que desejam que eles sejam. A pureza da linguagem e a cortesia devem ser praticadas sempre. Estes princí-

pios orientarão a vida de seus filhos, guiando-os em suas relações com outras pessoas. As crianças que recebem este tipo de treinamento estarão preparadas para ocupar lugares de responsabilidades e, por ensino e exemplo estarão sempre ajudando outros a agirem corretamente.

As práticas educativas parentais podem ser entendidas como um conjunto de comportamentos efetuados pelos pais no processo de educação de seus filhos que os conduzem a um resultado comum, resultado este que seria um objetivo ou meta dos pais ao se associarem aos seus filhos (DARLING; STEINBERG, 1993).

Amplamente tem sido foco de estudo de vários pesquisadores tanto o modo como os pais educam seus filhos adolescentes, assim como o desenvolvimento psicossocial dos jovens que tem recebido estes tipos de práticas educativas parentais, se encontram dentre os diversos trabalhos ao longo dos últimos anos (por exemplo, BARDAGI, 2002; LAIBLE e CARLO, 2004; MEESTERS e MURIS, 2004). Entre as principais categorias de estilos parentais encontram-se quatro: permissivo, negligente, autoritário e autoritativo (CECCONELLO et al., 2003).

Pais permissivos são altos em apoio e baixos em exigência. Eles costumam não colocar limites no comportamento dos filhos e tendem a deixá-los fazer o que querem simplesmente para que o filho fique contente. Geralmente são compassivos e respeitosos quanto às necessidades emocionais dos filhos, dando-lhes atenção. Os filhos, diante disso, percebem que estão no controle e aprendem a manipular seus pais, crescem com um sentimento interior de insegurança

por falta de limites e tendo dificuldades de distinguir entre o certo e o errado (CECCONELLO et al., 2003).

Pais negligentes, por outro lado, são baixos em exigência e apoio, costumam ser frios, distantes e despreocupados, não corrigem seus filhos até se verem obrigados e irritados. Como disciplinadores são inconsistentes e imprevisíveis além de não costumarem tomar tempo para escutar e animar os filhos. Como consequência de comportamentos descuidados para com os filhos, estes costumam ter baixa autoestima. O abandono e dureza produzem rebelião, sentem insegurança buscando apoio em amigos ou grupos antissociais (CECCONELLO et al., 2003).

Pais autoritários são altos em exigência e baixos em apoio, destacam-se em desejar submissão e obediência extremas, muitas vezes sem considerar opiniões, sentimentos ou necessidades dos filhos. Sendo inflexíveis, a obediência costuma ser para eles mais importante que as relações. Contudo, a rigidez dos pais traz desarmonia se manifestando nos filhos através de uma atitude retraída ou de aberta rebelião, muitas vezes ao tornarem-se independentes desafiam os pais ou mudam seus valores e sua religião (WEBER et al., 2004).

Os pais autoritativos, também conhecidos por democráticos, são altos em exigência e apoio, pois ao mesmo tempo em que estabelecem limites, promovem a autonomia e representam um porto seguro aos jovens (MACEDO et al., 2006). Eles têm regras claramente definidas, limites e princípios claros, buscam ser consistentes e flexíveis estando dispostos a escutar razões antes de tomar decisões. Manifestam amor expressando-o com afeto físico, dedicam tempo aos filhos, preocupando-se com suas necessidades e buscando ensina-los

a escolher e tomar decisões. Eles produzem uma atmosfera de harmonia no lar que é percebida pelos filhos, tendo estes, boa autoestima, domínio próprio, alto nível de satisfação, boa estabilidade emocional e mínima rebeldia (WEBER et al., 2004).

Através dos estilos parentais aqui apresentados torna-se perceptível que a prática de alguns pode trazer benefícios, enquanto outros poderiam acarretar malefícios para o desenvolvimento infantil. Deste modo, tornam-se atraentes os resultados positivos obtidos com o estilo de pais autoritativos, além de assemelharem-se aos ideais cristãos para a família.

Um lar harmônico com bons relacionamentos entre os membros da família é muitas vezes fruto natural de uma família que segue o cristianismo. A doutrina familiar cristã baseia-se em instruir e desenvolver seus membros no conhecimento e práticas referentes aos ensinamentos e estilo de vida de Jesus Cristo. Sobre isso, White (2001, p. 143) comenta que “cada membro da família deve ser alimentado pelas lições de Cristo, e o interesse de cada um deve ser estritamente respeitado”.

Seguir a doutrina familiar, no entanto, pode significar ao filho e membro da família uma disposição em crer no mesmo Deus que seus pais, aceitar Jesus Cristo como seu salvador pessoal, crer na Bíblia como um livro instrutivo para a vida cristã e estar disposto a participar dos costumes religiosos de sua família tais como: estudar a Bíblia, orar, cantar, testemunhar, participar de momentos públicos de adoração a Deus entre outros. Os pais, entretanto, não devem forçar seus filhos a seguirem sua mesma religião, porém devem demonstrá-la através de bons princípios e de maneira atrativa (WHITE, 2001).

Dentre algumas práticas paternas que poderão favorecer a permanência dos filhos na doutrina familiar encontram-se: a decisão de educar sobre princípios bíblicos, praticar com os filhos a religião e testemunhar no viver os princípios bíblicos (DRESCHER, 1998). Pais que desejam educar baseando-se em princípios Bíblicos buscarão seguir as orientações dadas por Deus em relação a este assunto. De acordo com Cetina (1996) um importante livro da Bíblia que traz estas orientações é o livro de Deuteronômio, nele é apresentado também o interessante tema das *gerações* onde encontram-se uma constante referência aos de ontem, aos de hoje e aos de amanhã: “teus pais, tu e teus filhos” (Dt 1:35; 4:9). No livro, a geração de ontem falhou em seguir a vontade de Deus (Dt 1:35; 4:3), e a geração atual é orientada a seguir os caminhos de Deus (Dt 4:1-9). Os de amanhã, dependendo do tipo de ensino que os concederem hoje, poderão torna-se tanto infiéis (Dt 4:25-28) quanto fiéis e obedientes (Dt 4:29-31, 39-40) (CETINA, 1996).

Em concordância com este pensamento, White (2000, p. 172) alerta que a educação dos filhos “muito depende dos pais. Depende deles se trarão ao mundo filhos que se mostrarão uma bênção ou uma maldição”. Ainda em Deuteronômio, Deus orienta seu povo sobre como deveriam relacionar-se com Ele e como deveriam revela-lo aos seus filhos.

Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força. Estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te (Dt 6:4-7, ARA).

Cetina (1996) indica vários pontos nesse texto: (1) Recebimento do ensino = “escuta [...] as palavras”; (2) Prática do ensino = “Amarás o Senhor [...]”; (3) Apropriação do ensino = “Estará no teu coração”; e (4) Transmissão do ensino = “as inculcarás a teus filhos”. Através destas orientações bíblicas, pode-se notar claramente que a incumbência de educar os filhos nos caminhos de Deus repousam primordialmente sobre os pais, e o cenário onde grande parte desta educação se passa normalmente é o lar. Muitos pais, no entanto, têm acreditado que a parte espiritual será aos seus filhos fornecida simplesmente ao leva-los para igreja. Contudo, o tempo passado no lar é muito maior do que o tempo passado nos centros de instrução religiosa (CETINA, 1996).

Sendo assim, por mais que seja importante levar os filhos a uma igreja, deve-se ter a consciência de que o tempo passado ali é pequeno para a transmissão de tantos valores e informações importantes. De acordo com White (2001), o lar é o lugar mais indicado tanto para a transmissão destes princípios e valores como para sua experimentação e vivência no dia a dia. Percebendo-se a educação cristã desta forma, o ensino dos filhos está diretamente relacionado aos pais, e estes tornam-se co-pastores, inculcando em seus filhos os valores bíblicos, sendo instrumentos de disciplina através de experiências de amor. Os pais, desta maneira, são estimulados a serem cristãos maduros praticando uma educação de vida para vida (CETINA, 1996).

Os pais devem tornar a religião de Cristo atraente através de vários motivos, sendo alguns deles a alegria, a cortesia cristã e a compassiva simpatia. No entanto, precisam ser firmes e exigir também respeito e obediência (WHITE, 2001). Para tal empenho dos

pais há uma declaração bíblica, sem dúvida estimulante “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele” (Pv 22:6, ARA).

Pais que desejam praticar com seus filhos a religião deverão tomar uma decisão semelhante à de alguns personagens bíblicos dentre eles um poderia ser destacado o valente e fiel Josué ao declarar com tanta veemência e convicção “eu e minha casa serviremos ao Senhor” (Js 24:15, ARA). Entretanto, quantos nos dias atuais poderiam fazer uma declaração igual à de Josué, tendo consciência de viver com coerência esta decisão? Percebe-se que há urgência de mudança, ao comparar a realidade da “família cristã” dos dias atuais à demanda bíblica. Já não é possível traçar uma linha divisória clara entre o estilo de vida, a educação, as práticas e as prioridades das famílias cristãs e não cristãs, e com isto possivelmente muitas famílias têm colhido resultados certamente indesejados (CETINA, 1996).

108

Muitos pais têm se lamentado pelo desvio de seus filhos sendo eles, no entanto, os culpados, se examinassem suas Bíblias veriam o quanto Deus exige dos pais como guardiões de seus filhos. Muitos pais precisam assumir que deveres foram negligenciados se arrepender e pedindo orientação e força a Deus seguir estritamente a Bíblia como seu guia e conselheiro na educação de seus filhos (WHITE, 2000).

Levando-se em conta que uma das orientações bíblicas é a de que os pais devem instruir seus filhos de forma constante e que o tempo gasto pela família em centros de instrução religiosa é normalmente bem menor que o tempo passado pela família em seu lar, é de fundamental importância desenvolver uma estratégia pedagógica a partir do lar. Uma

sugestão dada por Cetina (1996) a este propósito é o culto familiar sendo atenciosamente cuidado do conteúdo cristão ali transmitido.

O culto familiar é importantíssimo para vida espiritual da família, sendo o pai um dos principais responsáveis pelo o que ocorre ali, é o pai em certo sentido o sacerdote da família, deve ele apresentar diante do altar de Deus o sacrifício da manhã e da tarde, convidando a esposa e os filhos a se unirem com ele neste momento de adoração (WHITE, 2000). Nessa direção, White (2008, p. 186) afirma que,

as horas do culto matutino e vespertino devem ser as mais agradáveis e auxiliadoras do dia. Compreenda-se que nestas horas nenhum pensamento perturbador ou mal se deve intrometer; que pais e filhos se reúnam a fim de se encontrarem com Jesus, e convidar ao lar a presença dos santos anjos. Seja o culto breve e cheio de vida, adaptado à ocasião, e variado de tempo em tempo. Tomem toda parte na leitura da Bíblia, e aprendam e repitam muitas vezes a lei de Deus. Contribuirá para maior interesse das crianças ser-lhes algumas vezes permitido escolher o trecho a ser lido.

109

O culto familiar não deve ser apenas um hábito do passado, durante muitos anos crianças, jovens e adultos tiveram maior comunhão com Deus através deste momento especial de adoração em família. Tendo em conta a sua importância e os seus benefícios deveria o culto familiar ser mais amplamente praticado (DRESCHER, 1998). Pais que testemunham no viver os princípios bíblicos, certamente o fazem por algum motivo, em sua maioria pelo fato de serem cristãos e amarem a Deus e a seu filho Jesus Cristo. Um fiel testemunho cristão

pode ser extremamente impactante e influenciador aos que o presenciavam, sendo por isso tão importante seguir as orientações bíblicas: “torna-te padrão dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza” (1 Tm 4:12, ARA).

Uma das principais vias de aprendizagem, ao longo da vida e principalmente nos primeiros anos, é a observação. Bandura (1986) destaca a aprendizagem observacional como aquela que resulta da observação do comportamento de outras pessoas. Os filhos são extremamente observadores do comportamento de seus pais, inclusive na área religiosa, e aprendem a partir dessa observação. O ponto é que os pais podem ser modelos adequados ou inadequados, e isso influenciará o comportamento futuro dos filhos.

110 Muitos pais têm se espantado com o pouco resultado de suas palavras sobre os filhos e muitos têm descoberto com tristeza após examinarem com atenção o real motivo: suas palavras contradizem suas atitudes e práticas. Ao contrário disto, o pai deve estar à frente da família demonstrando disciplina, um bom caráter, domínio próprio e amor (CETINA, 1996). E o que dizer das mães? Podem muitas pensar que o seu trabalho é simples e humilde, no entanto, não podem imaginar como sua influência pode trazer resultados duradouros em seus filhos, abaixo de Deus o poder de influência de uma mãe para o bem é o maior poder conhecido na terra (WHITE, 2000).

Um filho que tem um bom pai ou uma boa mãe como modelo estaria então condicionado a fazer unicamente o bem? Para Bandura (1986), mesmo aquilo que aprendemos de outros através de observação é influenciado por uma seleção daquilo em que desejamos deter nossa

atenção. Sendo assim existe também a possibilidade de bons pais ensinarem bons caminhos aos seus filhos, mas estes não o seguirem.

Na Bíblia encontra-se a história de Manoá e sua mulher sem nenhum registro de repreensão ao casal quanto ao modo como educaram seu filho “Sansão”, no entanto ao crescer buscou seguir caminhos diferentes dos orientados por seus pais (Jz 13-16). White (2002, p. 562) destaca que “Houvesse Sansão obedecido às ordens divinas tão fielmente como fizeram seus pais, e seu destino teria sido mais nobre e mais feliz”.

## Considerações finais

Partindo da preocupação que os pais têm de transmitir com maior êxito seus princípios e valores religiosos aos seus filhos, o presente estudo buscou apresentar aos pais caminhos mais adequados em sua conduta e na educação de seus filhos para que seus objetivos possam ser mais satisfatoriamente alcançados. Sendo a Bíblia o principal livro no qual os cristãos se baseiam e buscam orientações para suas vidas por meio de lições e histórias de personagens ali relatadas, este livro é de fundamental importância para a base deste estudo.

Conclui-se, portanto, ser necessário fazer tudo o que Deus pede aos pais que façam, mas o resultado é mais complexo do que somente saber se foram feitas as coisas certas e do modo certo. Além do dever dos pais há outra parte importantíssima para o resultado final de um filho seguir ou não a religião da família: a própria reação dos filhos ante a educação religiosa de seus pais (TRIPP, 1998).

## Referências

BARDAGI, M. P. **Os estilos parentais e sua relação com a indecisão profissional, ansiedade e depressão dos filhos adolescentes**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BANDURA, A. **Social foundations of thought and action: a social cognitive theory**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.

BOLSONI-SILVA, A.T.; LOUREIRO, S. R. Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferentes pelo comportamento. **Paidéia**, v. 21, n. 48, p. 61-71, Jan–Abr, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2oM1zFu>>. Acesso em: 24/11/2014.

112

CECCONELLO, A. M.; ANTONI, C.; KOLLER, S. L. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 45-54, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1sF81x2>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CETINA, E. S. **A família, educadora da fé: fundamentos bíblico-teológicos do casamento e da família**. Viçosa: Editora Ultimato, 1996.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style as context: Na integrative model. **Psychological Bulletin**, v. 113, p. 487-493, 1993.

DRESCHER, J. M. **Passando aos filhos a tocha da fé**. São Paulo: Mundo Cristão, 1998.

LAIBLE, D. J.; CARLO, G. The differential relations of maternal and paternal support and control to adolescent social competence, self-worth, and sympathy. **Journal of Adolescent research**, v. 19, p. 759-782, 2004.

MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI, I.; BERTHOUD, C. M. E. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: uma perspectiva dos pais. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**. v. 16, n. 2, p. 38-52, 2006.

MEESTERS, C.; MURIS, P. Perceived parental rearing behaviors and coping in Young adolescents. **Personality and Individual Differences**, v. 37, p. 513-522, 2004.

TRIPP, T. **Pastoreando o coração da criança**. São José dos Campos: Editora Fiel, 1998.

VARGAS, E. S.; MAGAIESKI, R. C.; ISSAURRALDE, S. R. S. **Conceituação de estilos parentais e visão educacional de Ellen G. White**. Engenheiro Coelho: Unasp – Centro Universitário Adventista de São Paulo, 2013.

WEBER, L. N. D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 323-331, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1Yqq5qW>>. Acesso em: 24 nov. de 2014.

WHITE, E. G. **Educação**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Lar Adventista**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Patriarcas e profetas.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vida em Família.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2001.

# A influência da figura paterna na orientação sexual

Diego Pires Almeida<sup>1</sup>

Ivana Gisel Casali Robalinho<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A orientação sexual assume importante papel na estruturação de famílias e, conseqüentemente, na estruturação das bases de uma sociedade. Este artigo trata-se de uma análise a respeito da influência paterna na orientação sexual de um indivíduo. De acordo com a literatura, a figura masculina do pai tem um papel significativo

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduando em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: dpiresalmeida@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Psicologia pela Universidad Adventista del Plata. E-mail: ivana.robalinho@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

no desenvolvimento de um indivíduo em sua infância, tanto psicológico quanto cognitivo e social. Essa influência abrange também aspectos da identidade sexual de crianças e jovens em formação, o que, conseqüentemente, acaba repercutindo na vida adulta. Diante da relevância da orientação sexual para uma estruturação no âmbito de família e saúde social, a conscientização de tal responsabilidade, por parte do pai, pode minimizar distúrbios que se tornem nocivos para uma estrutura social positiva.

**Palavras-chave:** Orientação sexual; Figura paterna; Conscientização.

**Abstract:** Sexual orientation plays an important role in the structuring of families and, consequently, in structuring the bases of a society. This article is an analysis regarding paternal influence on the sexual orientation of an individual. According to the literature, the male figure of the father has a significant role in the development of an individual in its infancy, both psychological as cognitive and social. This influence also covers sexual identity aspects of children and youth in formation, with repercussions into their adulthood. Given the importance of sexual orientation for structuring the family in a context of social health, the awareness of such responsibility by the father can minimize disturbances that become harmful for a positive social structure.

**Keywords:** Sexual Orientation; Father figure; Awareness.

## Introdução

A sexualidade é um aspecto inerente aos seres humanos, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte e tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas. A sexualidade envolve a busca de prazer, necessidade básica dos seres humanos, e está relacionada com o papel do homem e da mulher na sociedade.<sup>4</sup> Conceitos como orientação, preferência, opção e comportamento sexual são comuns quando se fala em sexualidade, principalmente nas últimas décadas.

Segundo Dias (2000, p. 5), a “orientação sexual é a identidade pessoal com alguém do mesmo sexo, do oposto, de ambos ou de nenhum sexo”. Sob essa ótica é possível considerar que a heterossexualidade e a homossexualidade constituem padrões sexuais reconhecidos em nossos dias. Esses padrões se manifestarão entre homens e mulheres, que terão sua orientação definida pela interação com diversos fatores que envolvem contexto social, histórico e familiar.<sup>5</sup> Na busca de entender a orientação sexual de um indivíduo deve-se levar em conta a direção ou inclinação do desejo de cada pessoa para com outras (DIAS, 2000). É possível observar que a orientação sexual está associada à “identificação” que uma pessoa tem por determinado sexo, sem que isso implique a predição de um comportamento sexual determinado. O termo orientação sexual difere, portanto, do termo comportamento sexual.

.....  
<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2pCJU1o>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2pCxedN>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

A orientação sexual é relevante para o desenvolvimento social de homens e mulheres, estabelecendo princípios verificados nos relacionamentos afetivos e influenciando diretamente na formação das famílias. De acordo com Tartuce (2007), essas famílias vão estabelecer a sociedade e, portanto, influenciar o contexto social do indivíduo influenciando seu desenvolvimento, positiva ou negativamente, e estabelecendo características emocionais, físicas e espirituais saudáveis.

A literatura aponta vários fatores que podem influenciar na orientação sexual de um indivíduo. Dentre esses fatores aparece a figura paterna, que se mostra fundamental para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e até mesmo social dos filhos (EIZIRIK; BERGMAN, 2004). Segundo Eizirik e Bergman (2004) e Feldman e Klein (2003), o pai tem envolvimento direto no aspecto da identidade sexual de crianças e jovens em formação, aspecto que repercutirá na vida adulta. Como visto acima, é possível verificar como a identidade sexual que uma pessoa desenvolve se torna relevante para uma interação com diferentes áreas da vida adulta, e observando a abrangência dos setores afetados pela orientação sexual de um indivíduo, assim como o importante papel da figura paterna na formação do mesmo, percebeu-se a relevância de analisar o tema e iniciar uma reflexão de como a figura masculina, participando do desenvolvimento educacional, pode ser preponderante para uma construção favorável das percepções sexuais de uma pessoa.

Diante disso, este artigo terá inserido na análise a homossexualidade em termos de orientação sexual, sem que isso represente a escolha comportamental da pessoa, bem como a influência da figura paterna na orientação sexual de um indivíduo.

## Desenvolvimento

Como aponta Benczik (2011), com as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura familiar ao longo das décadas, é possível perceber uma redistribuição de papéis entre homens e mulheres nos lares. Especificamente, o papel do homem como marido e pai tem sofrido as maiores mudanças. No entanto, é somente a partir da década de 1950 que houve um interesse maior por parte de pesquisadores sobre o aspecto da vinculação dos pais com os filhos e seus resultados (BENCZIK, 2011). Já Sganzerla e Levandowski (2010) afirmam que o interesse sobre o assunto da ausência paterna e suas repercussões toma forma através de pesquisas a partir da década de 80. Qualquer que seja o nível de envolvimento, a paternidade parece de fato influenciar o desenvolvimento dos filhos tanto direta, através da interação, como indiretamente, devido ao seu impacto (positivo ou negativo) no clima socioemocional da família (BENCZIK, 2011).

Em diferentes áreas como: na segurança em lidar com situações diferentes, nos estudos, na escolha de uma profissão, na tomada de iniciativas pessoais é possível perceber os resultados da presença paterna (GOMES; RESENDE, 2004). Segundo os mesmos autores, crianças que usufruem da presença do pai mostram-se mais seguras para se relacionar com as diversas áreas da vida, o que vai determinar a maneira como se posicionará diante das decisões necessárias para o que se espera de um desempenho social positivo.

O que se verifica é que o papel do pai na interação que ele mantém com o filho, está em destaque como um dos fatores decisivos para

o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo, o que facilitará a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na comunidade. De acordo com Gomes e Resende (2004), a experiência clínica tem mostrado que, na vida adulta, as representações dessa vivência vão se mostrar nas várias possibilidades de construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais.

O que se mostra como desafio é que diante do período conhecido como Pós-moderno, o que se verifica não é apenas uma estrutura familiar “tradicional”, mas o surgimento de famílias uniparentais, homossexuais, entre outras (SGANZERLA; LEVANDOWISKI, 2010). O que conseqüentemente acarreta uma carência da figura paterna e abre espaço para uma deficiência nas diversas áreas de influência.

120

Considerando, então, a maneira influenciadora que a figura do pai terá nas diferentes áreas do desenvolvimento humano é possível, então, supor que essa influência também ocorra no processo de desenvolvimento da orientação sexual de uma pessoa. Dentro dessa suposição, Muza (1998) aponta que crianças que são privadas do convívio com o pai acabam desenvolvendo problemas de identificação sexual, dificuldades de reconhecer limites e de aprender regras de convivência social.

Conforme Aberastury (apud BENCZIK, 2011, p. 69),

A necessidade da figura paterna no processo de desenvolvimento infantil ocorre entre seis e doze meses, quando a criança se vê inserida no triângulo edípico, denominada organização genital precoce, e, na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação

Mesmo não sendo a proposta deste artigo entrar em campos psicoanalíticos como a citação acima apresenta, é relevante a observação de que os dois períodos mencionados por Alberastury (apud BENZICK, 2011), na infância (bebê) e na adolescência, são fundamentais para a formação de princípios que definirão a maneira como o indivíduo vai lidar com seu papel em meio a sociedade. Porém em meio às considerações feitas por esses autores se torna evidente que a identidade sexual também pode ser afetada pela influência que a figura paterna terá.

Então a pergunta a ser levantada seria: de que maneira essa influência ocorre? A resposta está na representação que o pai tem de um sustentáculo afetivo para a mãe interagir com seu bebê e, ainda nos primeiros anos da criança, deve funcionar como um fator de divisão da relação simbiótica mãe-bebê. Sendo assim, o pai vai favorecer o relacionamento da mãe e seu filho para que haja uma ligação positiva e harmoniosa, bem como numa importante etapa de ruptura entre o vínculo único e emocional entre mãe e filho, pois ele servirá como imagem de diferenciação entre o bebê e a mãe (BENZICK, 2011).

Agora levando em consideração o papel que o pai desempenha no aspecto emocional do bebê, bem como no desvinculo da figura única da mãe é possível entender a afirmação de Muza (1998), de que as crianças que não usufruem desse convívio significativo da figura masculina do pai acabam desenvolvendo problemas de identificação sexual. Os problemas de identificação sexual mencionados por Muza se desenvolvem, segundo Benzick (2011, p. 73), porque “a criança necessita do par conjugal adulto para construir dentro de si uma imagem positiva das trocas

afetivas e da convivência”. Benzick (2011) afirma que essa imagem do pai é preponderante para desenvolver segurança, autoestima, independência e estabilidade emocional.

A importante imagem masculina associada à da mãe vai ser reconhecida por Muza (1998) como imprescindível para que a criança comece a identificar a perda da relação inicial com a mãe, necessitando, portanto, do pai para desprender-se da mãe e, ao mesmo tempo, das duas figuras, masculina e feminina, juntas para satisfazer, por identificação, sua bissexualidade.

O que é possível entender sobre o que a autora diz sobre a bissexualidade é que aqui não se refere à atração afetiva (seja ela sexual, romântica ou emocional) por pessoas de ambos os sexos (feminino, masculino), mas numa identificação e diferenciação por parte da criança do sexo masculino e feminino; homem e mulher. Ao analisar o que Muza (1998) diz é possível verificar que a figura ambígua de gêneros vai auxiliar não apenas na diferenciação dos sexos masculino e feminino, como também em sua auto identificação em gênero, o que conseqüentemente pode afetar sua identificação sexual.

O que se percebe é que a ausência da figura paterna se torna nociva em diversas áreas, inclusive na proposta por este artigo, a qual estabelecerá as percepções da identidade sexual e a orientação dela. Não obstante a ausência seja danosa é possível concluir que a presença inadequada é tão prejudicial quanto, a ponto de influenciar os distúrbios na área da sexualidade. Portanto mais do que estar presente seria significativo uma atuação equivalente às necessidades da criança, ou adolescente em formação, os quais diante de diversas fontes

formadoras de opinião necessitam de uma estrutura sólida para seu desenvolvimento em áreas de tamanha relevância.

Embora o proposto por este artigo seja o papel que o pai representa para essa área tão preponderante, que é orientação sexual, devemos também levar em consideração que os problemas de identificação sexual devem ser analisados, no entanto, sob outras diferentes áreas de influência. Como reconhece Dessunti et al. (2008), aspectos genéticos, biológicos, psicológicos e socioculturais também devem ser considerados como exercendo influência sobre as questões sexuais dos filhos.

## Considerações Finais

Levando em consideração que a sociedade é estabelecida por princípios desenvolvidos dentro dos lares, e esses lares serão o resultado da estrutura familiar, o tipo de orientação sexual que um indivíduo vai desenvolver estabelecerá quais tipos de famílias comporão a sociedade e que princípios serão estabelecidos em crianças e jovens que participam ativamente em seus relacionamentos e interações diversas.

Como foi constatada, a participação do pai no processo de estruturação de uma criança ou mesmo de um adolescente é ponto relevante de análise para obtermos um adulto qualificado ao lidar com áreas importantes da vida. Como a orientação sexual está significativamente relacionada ao desenvolvimento saudável da família e, por consequência, à obtenção de uma sociedade saudável, se torna importante verificar os aspectos que podem influenciá-la negativamente, a

fim de minimizar os fatores nocivos ou futuros distúrbios que podem acarretar problemas emocionais, familiares, sociais e etc.

Conforme apontado, são vários os fatores que influenciam a orientação sexual de uma pessoa, dentre os quais a figura paterna chama atenção pela participação fundamental que tem nas primeiras e mais importantes fases de um indivíduo e pelo resultado já observado nas manifestações emocionais. O pai, como figura masculina, é apresentado como um fator preponderante no desenvolvimento do filho(a) nas áreas e períodos de sua vida já mencionados, nas quais está presente a identificação sexual. Diante da relevância da orientação sexual para famílias bem estruturadas e uma sociedade saudável, a reflexão e conscientização de tal responsabilidade, por parte do pai, pode resultar em lares mais bem estruturados, com indivíduos mais bem resolvidos e interagindo positivamente não só com os seus, mas com pessoas inseridas em sua zona de convívio.

124

## Referências

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedagogia**, v. 28, n. 85, p.67-75, 2011.

DESSUNTI, E. M.; SOUBHIA, Z.; ALVES, E.; ROSS, C.; SILVA, E. B. Convivendo com a diversidade sexual: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 3, p. 385-389, 2008.

DIAS, M. B. União homossexual: aspectos sociais e jurídicos. **Revista brasileira de direito de família**, n. 4, p. 7-13, 2000.

EIZIRIK, M.; BERGMAN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Revista de Psiquiatria**, v. 26, n. 3, p. 330-336, 2004.

FELDMAN, R.; KLEIN, P. S. Toddlers self-regulated compliance to mothers, caregivers and father: implications for theories of socialization. **Developmental Psychology**, v. 39, p. 680-692, 2003.

GOMES, A. J.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, P. **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SGANZERLA, I. M.; LEVANDOWSKI, D. C. Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 2, p. 295-309, 2010.

TARTUCE, F. Novos princípios do direito de família brasileiro. **Jus Navigandi, Teresina**, v. 10, p.1-15, 2007.



# Educação sexual no contexto familiar

Marli dos Santos Martins Portugal<sup>1</sup>

Ivana Gisel Casali Robalinho<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A literatura aponta a influência dos pais sobre os filhos em diversos aspectos do seu desenvolvimento. Em relação à sexualidade, a educação dada pelos pais mediará a forma em que os filhos lidam com o assunto, se naturalmente ou criando tabus. A sexualidade é importante em todas as fases do ser humano e compõe sua história de forma

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: ma.portugal\_santos@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Psicologia pela Universidad Adventista del Plata. E-mail: ivana.robalinho@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

inter-relacionada, pois abrange sentimentos, pensamentos e ações desde a infância. Diante disso, o presente trabalho teve por objetivo refletir nas reações dos pais frente às manifestações sexuais dos filhos, bem como apontar conceitos coerentes da sexualidade. A partir da revisão da literatura, observou-se que muitas famílias privam seus filhos da educação sexual que precisam, comumente pela influência de tabus, e deixando eles sem habilidades para lidar com o assunto. Os pais ou cuidadores têm uma grande participação na vida dos filhos, e este convívio é de extrema importância no desenvolvimento sexual. No entanto, estudos revelam a dificuldade que os pais têm para lidar com esse tema e o quanto as crianças têm dúvidas, crescendo e tornando-se indivíduos inseguros em relação à sexualidade, cheios de preconceitos e infelizes. Torna-se necessário, portanto, um aprofundamento no assunto, a fim de que os pais possam ter subsídios para lidar com as manifestações sexuais de seus filhos, contribuindo no desenvolvimento deles.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Educação; Pais; Filhos.

**Abstract:** The literature clearly shows the influence of parents on the children in various aspects of development. Regarding sexuality, education given by parents mediate the way the children deal with the subject, naturally or creating taboos. Sexuality is important at all stages of the human being and composes her story in an interrelated way, it covers feelings, thoughts and actions since childhood. Therefore, this study aimed to reflect on the reactions of parents across the sexual manifestations of children, and to

identify coherent concepts of sexuality. From the literature review, we found that many families deprive their children from sex education they need, often by the influence of taboos, and leaving them without skills to deal with it. Parents or caregivers have a large part in the lives of children, and this interaction is extremely important in sexual development. However, studies reveal the difficulty that parents have to deal with this issue and how much children have doubts, growing and becoming insecure individuals in relation to sexuality, full of prejudices and unhappy. It is necessary, therefore, a deepening in the subject, so that parents can have subsidies to deal with the sexual manifestations of their children, contributing to their development.

**Keywords:** Sexuality; Education; Parents; Children.

## Introdução

A literatura aponta, claramente, a responsabilidade da família na educação e desenvolvimento dos seus membros, em todos os aspectos da vida, inclusive na sexualidade. Segundo Fialho e Maranhão (2011), o termo *sexualidade* é muito complexo e pode ter vários significados, envolvendo inúmeros fatores. É algo que faz parte da vida do homem, compondo sua história de forma inter-relacionada, não sendo possível desassociá-la, pois abrangem sentimentos, pensamentos e ações desde a infância (SILVA, 2009).

As famílias nucleares, constituídas por mãe, pai e filhos, desenvolvem um relacionamento íntimo no qual os pais demonstram um papel de forte influência sobre a educação sexual de seus filhos. Os pais, em sua forma de agir, já estão dando um roteiro para a criança de como ser homem ou mulher no mundo. Torna-se necessário, portanto, um preparo para lidar com a sexualidade de forma natural para não afastar ou colocar dúvidas na mente das crianças (GOMIDE, 2009). É necessário, então, que agentes educativos se apropriem de conceitos adequados e seguros na transmissão desse assunto, para não ocorrer em reações emergenciais e impensadas.

Diante dessas considerações, o presente artigo teve como objetivo promover reflexões nas reações dos pais frente às manifestações sexuais dos filhos, bem como apontar conceitos relacionados com a sexualidade. Objetivou-se, ainda, apontar a importância das famílias e/ou educadores tratar do assunto desde a infância, transpor seus impasses e desafios e quebrar preconceitos.

130

## Desenvolvimento

Como apontado, a sexualidade é extremamente importante em todas as fases do desenvolvimento humano, já que é uma necessidade básica que envolve sentimentos, pensamentos e ações. É universal, pois faz parte da vida de todas as pessoas e, ao mesmo tempo, singular para cada indivíduo. Envolve aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade, práticas, atitudes e simbolizações (SILVA,

2009). Segundo Pereira (2006), é uma construção, social, histórica e cultural que não se refere apenas ao sexo genital ou às relações sexuais.

A sexualidade está intrínseca no ser humano, antes mesmo do nascimento, e na gestação já gera preocupação em relação ao sexo do bebê (NUNES; SILVA, 2006). Porém, a educação sexual ocorre desde o nascimento, sendo a infância um período decisivo na aprendizagem e definição de aspectos básicos que moldarão sua personalidade. Nesse sentido, Parker et al., (1993, p. 296) apontam que “assim como a inteligência, a sexualidade será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura”.

Ainda de acordo com Sayao (1997), é predominantemente no território familiar que são transmitidas às crianças as primeiras noções e valores associados à sexualidade. O presente trabalho focará, portanto, o papel da família em promover educação sexual à criança, desde tenra idade.

No entanto, uma análise da literatura mostra que, ao longo da história, a sexualidade tem se tornado um tabu para grande parte da população, não sendo diferente na sociedade contemporânea. Tal pensamento leva-nos a crer que, em função disso, os pais ou cuidadores não alcançam comunicação efetiva com seus filhos quando o assunto é sexualidade. Nota-se, também, que o fato das crianças ficarem muito tempo sozinhas a mercê da mídia que transmite informações que despertam dúvidas em suas mentes, pode levar elas a abstrair informações equivocadas ou inadequadas em relação ao assunto.

A realidade atual assemelha-se, em alguns pontos, à situação do século XVI, onde a sociedade não tinha pudor e as

famílias demonstravam comportamentos inadequados sobre sexualidade para com as crianças. Áries (1981) aponta que antes da idade média não se respeitavam os limites físicos e psicológicos da infância, tendo que se misturar aos adultos e partilhar de seus trabalhos e jogos.

No período medieval, a criança era vista como um mini adulto, pensamento que gerava da natureza do sentimento de infância nessa época. Sendo que a criança era diferente apenas no tamanho e na força, as outras características aos olhos dessa época permaneciam iguais, e a criança não era considerada como um ser frágil que requer cuidados e algumas limitações, devido sua estrutura infantil.

Áries (1981) também revela que, na idade média, as pessoas tinham uma vida aberta ao público sem intimidade. Elas não se preocupavam com privacidade, pois não existia. A sociedade não se preocupava com a formação psicológica das crianças e permitiam que presenciassem o ato sexual. Por volta dos sete anos de idade, as crianças eram consideradas adultos jovens, sem valorizar as fases infantis como se dá nos dias de hoje (ÀRIES, 1981).

Na época, não cabia à família o dever de passar-lhes valores, ficando as crianças a mercê da sociedade. Para Àries (1981), a sociedade acreditava que inocência afasta a criança de assuntos da sexualidade. Cabe destacar que com o passar do tempo esse olhar das representações sociais sobre a família e sobre a infância mudaram, porém não ocorreram da mesma maneira entre meninos e meninas.

Segundo Fleck et al. (2005), desde a nossa puerícia já ouvíamos frases do tipo “meninas brincam com bonecas e meninos

com carrinhos” ou então “meninas usam cor-de-rosa e meninos azul”. Tais expectativas são transferidas cultural e historicamente, de pais para filhos.

E para Fleck et al. (2006), quando se trata de educação sexual no contexto familiar, muitas suposições são criadas em relação aos motivos e sentimentos das crianças. No entanto, seria incoerente traçar ações educativas se valendo de suposições, pois, para iniciar uma relação de ajuda, é necessária compreensão mínima dos aspectos inseridos nesta relação.

Compreende-se então o interesse dos estudiosos pela sexualidade infantil, buscando guiar a família para uma educação saudável e natural. Um exemplo disso é Freud (1996), um grande estudioso do assunto que escandalizou a sociedade de sua época com a sua teoria da sexualidade na década de 1905. Freud (1996) aponta que a contribuição de seus estudos foi fundamental para que hoje pudéssemos reconhecer a existência da sexualidade infantil.

Conforme Nunes e Silva (2006), Freud organizou a teoria do inconsciente ou da dupla consciência, que compõe a psique humana. Assim, esse teórico na investigação da origem dos traumas, estudou as crianças e descobriu que as neuroses iniciam na representação sexual sofrida pelos indivíduos ainda na fase infantil da vida.

Freud (1996) critica a opinião popular de que a sexualidade se manifestaria somente na puberdade. O autor defende a ideia de que desde a infância a pulsão sexual já existiria, alegando que esse é o principal erro de não saber lidar com as manifestações ainda na infância, uma vez que ignorando este fato, não há como proceder com

o mesmo. Segundo Freud (1996), o sexual é traumático, pois a criança não possui aparelho psíquico formado e nem corpo para poder assimilar a sua libido. Para a criança a sexualidade é ambivalente, ao mesmo tempo em que existe o gozo, a excitação, existe também a angústia do não entendimento do que está acontecendo com ela e do próprio excesso da libido.

O autor faz referência à educação, pois acredita que a mesma é de certa forma responsável pela angústia na criança. Passam para as crianças ideias de moral, sentimentos de vergonha, exigências dos ideais estéticos e éticos (FREUD, 1996). Já na infância há manifestações de sexualidade, o que acredita o autor, porém o mesmo nos adverte de diferenciarmos o termo sexual do genital, sendo que a sexualidade não é só a atividade genital, nem as funções reprodutoras. A sexualidade é um processo da vida, sempre presente, tratando-se de uma abordagem complexa em função de vários fatores abordados neste artigo, cujo propósito é auxiliar os pais com subsídios teóricos, para que possam conhecer e compreender os comportamentos sexuais manifestos por seus filhos, de forma saudável e natural.

134

## Considerações finais

O presente trabalho propôs-se apresentar conceitos relacionados com sexualidade, bem como o comportamento familiar frente a tal assunto. Compreende-se que a educação sexual não significa apenas passar informações sobre sexo, mas também o contato de pessoa para pessoa,

transmissão de valores, atitudes, comportamentos. Evidencia-se que os pais e ou cuidadores podem obter subsídios, através da literatura, para interagir de forma saudável e natural com o assunto sexualidade.

Conclui-se, portanto, que, direta ou indiretamente, influências sobre conceitos sexuais refletem no comportamento infantil. Todavia, é necessário um aprofundamento maior dos pais ou cuidadores no assunto, a fim de que estes exerçam influência direta positiva sobre suas crianças.

## Referências

AQUINO, G. J. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. In: SAYAO, Y. (Org). **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. São Paulo: Summus, 1997.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

FLECK, C. A. et al. Como se perpetua a família?: A transmissão dos modelos familiares. *Crescendo menino ou menina: a Transmissão dos Papéis de Gênero na Família*. Cap. 6 p. 107-111. ed. Edipucrs, Porto Alegre, 2005.

FIALHO, K. S. S.; MARANHÃO, D. G. Desenvolvimento infantil e sexualidade: implicações para a enfermagem. **Revista de Enfermagem da UNISA**, v. 12, n. 2, p. 133-5, 2011.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v. VII. p.163-179. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMIDE, P. I. C. A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. **Estudos em psicologia**, Campinas, v. 26, n. 1, Mar. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2o7HXNf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

PARKER, R.; GALVÃO, J.; PEDROSA, J. S. **Orientação sexual**, 1993. Disponível em: <<http://bit.ly/2oTStVD>>. Acesso em: 22 Junh/14.

136

PEREIRA, F. C. M. **A sexualidade como componente da identidade humana**, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2ouQvJm>>. Acesso em: 22 Jun. de 2014.

SILVA, K. C. As Implicações da Sexualidade Infantil e a Orientação Sexual nas Instituições Escolares. **WEBARTIGOS**, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2o7NGml>>. Acesso em: 22 Junh/14.

# Desenvolvimento do filho único: fatores familiares associados

Rosane Góis da Silva Stingelin<sup>1</sup>

Ivana Gisel Casali Robalinho<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade, pôde-se verificar que as famílias estão passando por transformações, tanto no entendimento do seu conceito como na sua formação e estrutura, inclusive no número de filhos. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivos: (a) entender as mudanças na estrutura familiar que ocorreram ao longo dos anos; (b) analisar como estas mudanças

.....

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: rosanestingelin@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Psicologia pela Universidad Adventista del Plata. E-mail: ivana.robalinho@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

influenciaram na diminuição do número de filhos e, conseqüentemente, no aumento de pais que optam por ter filhos únicos; e (c) analisar se existem diferenças no desenvolvimento geral e na formação da personalidade entre crianças que são filhas únicas e aquelas que possuem irmãos. Uma revisão e análise da literatura permitiu observar que diversos fatores podem influenciar no comportamento da criança, adequado ou inadequado, como o ambiente em que ela está inserida, as estratégias usadas pelos pais ao educá-la e a forma com que os familiares se relacionam com a criança.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Estratégias dos pais; Filhos únicos.

**Abstract:** In recent decades, due to changes in society, it was observed that families are undergoing transformations in both the understanding of its concept and in its formation and structure, including the number of children. Therefore, this study aimed to: (a) understand the changes in family structure that have occurred over the years; (b) analyze how these changes influenced the decrease in the number of children and hence the increase of parents who choose to have only children; and (c) whether there are differences in the overall development and in shaping the character of children who are only daughters and those with siblings. A review and analysis of the literature allowed us to observe that several factors can influence the child's behavior, appropriate or inappropriate, as the environment in which it operates, the strategies used by parents to educate her and the way family members relate to the child.

**Keywords:** Development; Only children; Parental strategies.

## Introdução

A família é o primeiro meio social do qual o indivíduo participa e o agente socializador primário, que influenciará fases posteriores do desenvolvimento humano. Ela tem, como objetivos ademais da socialização, a internalização das normas culturais, a transmissão de valores e o aprendizado de regras que buscam manter o equilíbrio familiar (PICCININI; FREITAS, 2010).

De acordo com Negreiros e Feres-Carneiro (2004), a família do modelo antigo era formada por um casamento considerado indissolúvel, monogâmico e ligado à reprodução. O homem tinha como papel a manutenção econômica da família, bem como uma atitude protetora para com os seus membros. A mulher, por sua vez, preservava sua sexualidade, mantendo a virgindade pré-nupcial e fidelidade conjugal, e dedicava-se ao exercício da maternidade, cuidando do lar e dos filhos.

Contudo, com a influência do movimento feminista, a partir da década de 1970, e o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, este quadro sofreu grandes alterações. Iniciou-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, a busca por profissionalização e formação acadêmica, assim como a exigência de igualdade sexual (OSORIO; VALLE, 2009). O controle na quantidade de filhos começou, então, a fazer parte da vida das mulheres, como consequência de avanços na medicina, permitindo um controle efetivo da função reprodutora por meio do uso de anticoncepcionais.

Diante disso, o presente trabalho teve, como objetivos: (a) entender as mudanças na estrutura familiar que ocorreram ao longo dos

anos; (b) analisar como tais mudanças influenciaram na diminuição do número de filhos, e conseqüentemente, no aumento de pais que optam por ter filhos únicos; e (c) analisar se existem diferenças no desenvolvimento geral e na formação da personalidade entre crianças que são filhos únicos e aquelas que possuem irmãos.

## Desenvolvimento

Conforme Osorio e Valle (2011), a família é um grupo no qual se desenvolvem três tipos de relações pessoais: aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos), visando a sobrevivência, preservação da espécie e proteção dos seus membros. Dentro da família, são concedidas condições para a formação da identidade dos indivíduos, como também transmissão de valores religiosos e culturais.

140

Os autores Osorio e Valle (2009) afirmam que as mudanças ocorridas sobre as posições e papéis dos homens e mulheres tomaram maior impulso a partir das décadas de 1960 no exterior e 1970 no Brasil. A hierarquia tradicional da família, que já vinha sofrendo transformações com a modernização dos países, tornou-se mais evidente com a participação no “movimento de mulheres” contra a ditadura militar. Conforme Osorio e Valle (2009, p. 59),

a princípio, o feminismo lutava por igualdade em termos de leis, nas relações trabalhistas, em uma série de reivindicações no setor público; no entanto, muito rapidamente essas reivindicações chegaram ao setor privado, no que tange

as relações interpessoais, subjetivas, tendo reflexos não só nas relações sociais e políticas da mulher, como também nos costumes e hábitos cotidianos, em seu lugar na família, nas relações com o sexo oposto.

Diante de tais fatos, ou autores (OSORIO; VALLE, 2009) mostram uma nova estrutura na organização familiar atual, composta não somente por pessoas com vínculos de parentesco, assim como redução no tamanho da família e número de filhos, divórcios mais frequentes, entre outras. A busca por profissionalização, os casamentos e as decisões pela maternidade de maneira postergada, a preocupação com a formação acadêmica dos filhos, são fatores que influenciaram na diminuição do número de filhos por casal.

Osorio e Valle (2009) também apontam um crescimento expressivo na classe média de famílias com filhos únicos. De acordo com Bee (1997), em 1960 a mulher americana tinha entre três a quatro filhos, porém, no final da década de 1970, o número de filhos já havia reduzido para menos que dois.

Há diversas razões para se querer ter um certo número de filhos, da mesma maneira como existem inúmeras razões para se querer somente um. De acordo com Streaan e Freeman (1991), umas das razões para se querer ter filhos é a pressão social que enfrentamos. Frequentemente, pouco depois da união de um casal, já se iniciam os questionamentos em relação a filhos, tais como: quando o casal irá aumentar a família, se os mesmos pretendem ter filhos em ou não, qual será a quantidade etc. E estes questionamentos tendem a aumentar ainda mais se com o passar dos anos o casal ainda permanece sem filhos.

Segundo Strean e Freeman (1991), outra razão para se ter filhos é a perpetuação da união. Filhos gerados de uma relação amorosa trazem aos pais o sentimento que atingiram o ponto máximo da união, e ambos se realizam identificando características individuais nos traços dos filhos. Ter um filho também ajuda os pais a reafirmarem sua identidade sexual. A mulher se sente mais feminina, gerando um filho dentro da sua barriga e o homem se sente mais masculino, celebrando a paternidade. Os autores apontam que ter uma criança também aumenta a autoestima dos pais. Quando os filhos são elogiados ou tiram boas notas, os pais se sentem tão felizes e motivados que parecem que eles mesmos estão sendo elogiados ou tiveram um bom desempenho.

142

De acordo com Strean e Freeman (1991), o número de filhos não é, de modo geral, acidental nem um mero acaso. Essa decisão, que geralmente tem motivos conscientes e inconscientes, está também muitas vezes relacionada às experiências emocionais dos pais quando crianças, à vida dos pais em suas famílias de origem, e o relacionamento que tiveram com os seus próprios irmãos. Se na infância não recebiam a devida atenção dos pais pela quantidade de irmãos que tinham, sentiam-se solitários por serem únicos, ou tiveram problemas de relacionamento que não foram superados com os irmãos, tais situações podem vir a influenciar na decisão de ter um ou mais filhos na fase adulta.

Segundo os autores (STREAN; FREEMAN, 1991, p. 73), “quando os pais planejam aumentar a família, é bom para eles e para a prole futura que revejam sua forma de sentir a família de origem”. Para eles,

a razão pela qual os futuros pais devem discutir por que desejam um segundo ou terceiro filho é que podem perceber algumas expectativas irrealistas [...] Quando se encaram esses desejos irracionais, eles perdem seu poder, e os pais podem, então, decidir de forma mais realista se vão ou não aumentar a família (STREAN; FREEMAN, 1991, p. 73-74).

McGoldrck e Carter (1995) apontam que o índice de natalidade declinou nos últimos anos, e as atuais estatísticas indicam que os casais estão tendo em média menos de dois filhos. Tal realidade inclui inúmeras famílias que, por diversos motivos, optaram em ficar apenas com o filho único. Desta forma, podem surgir alguns questionamentos parentais com relação ao futuro da criança e como a mesma irá se relacionar com outras pessoas, frente a uma sociedade que já possui rótulos para essas crianças.

Segundo Papalia et al. (2006), é comum que as pessoas descrevam em termos negativos os filhos únicos, vendo-os como mimados, egoístas e solitários. Porém, essa visão não pode ser aplicada de maneira geral, pois diversos fatores influenciam para que a criança tenha comportamentos negativos ou positivos. Se trata mais de um estereótipo do que uma realidade. O ambiente em que ela está inserida, as práticas educativas parentais e a forma como os familiares se relacionam com a criança podem influenciar a maneira como ela interage com a sociedade.

Nesse sentido, Mussen et al. (2001) afirmam, com base em uma análise sistemática de mais de cem estudos relevantes, que filhos únicos em geral não sofrem qualquer desvantagem no desenvolvimento,

superando crianças que possuem muitos irmãos em termos de sociabilidade, personalidade e ajustamento.

Segundo Falbo e Polit (apud MUSSEM et al., 2001, p. 451),

em comparação com crianças de famílias numerosas, os filhos únicos, os primogênitos, e as crianças com um só irmão provavelmente recebam mais atenção paterna, o que ajuda a criança a adquirir habilidades intelectuais mais sofisticadas, tais como vocabulário, e ainda padrões de comportamento mais maduros.

Provavelmente, essas crianças conseguem se sair melhor pelo fato dos pais estarem mais presentes, conversando, ensinando e também esperando mais comportamentos adequados das mesmas. McGoldrick e Carter (1995, p. 216) afirmam que “quase inevitavelmente, o filho único é incluído em mais atividades adultas do que quando existe mais de um filho”. Por não ter uma criança para dividir os momentos rotineiros da vida, o filho único passa a ter contato constante com adultos, como pais, avós, tios e amigos dos pais. Ele participa de encontros com esses adultos e interage com os mesmos.

De acordo com Rivera e Carrasquillo (apud PICCININI; FREITAS, 2010), umas das vantagens de não se ter irmãos é a ausência da necessidade de divisão da atenção dos pais. Segundo as autoras, o fato de ser único gera mais reforços positivos e elogios dos pais e parentes, o que pode gerar um incremento na autoestima dessas crianças. Podendo receber uma atenção mais exclusiva da família, comparado a crianças que têm irmãos, o filho único pode-se desenvolver sob olhares mais atentos, podendo ser orientado e direcionado com mais tranquilidade no decorrer da vida.

No entanto, a literatura também aponta alguns pontos que podem representar uma desvantagem para filhos únicos. De acordo com Mussen et al. (2001), as interações entre irmãos são recíprocas e igualitárias. As crianças aprendem padrões de lealdade, ajuda e proteção, bem como de conflito, dominação e competição. Embora a rivalidade apareça com frequência nessas interações, crianças que têm irmãos passam parte do tempo brincando juntos, tendem a imitar os comportamentos dos irmãos mais velhos, e fornecem apoio social um ao outro em momentos difíceis.

Com base no exposto, Bolsoni-Silva e Marturano (2002) afirmam que a forma como os pais interagem e educam seus filhos e o ambiente familiar em que eles estão inseridos podem promover comportamentos socialmente adequados, como também favorecer o surgimento de comportamentos inadequados. Por esse motivo, diversos autores têm investido na realização de programas de orientação de pais ou, de forma mais específica, em treinamentos de habilidades sociais educativas, que os capacitem na educação dos filhos.

145

## Considerações finais

A partir do estudo bibliográfico, foi possível verificar que existem algumas diferenças na socialização de filhos únicos e crianças que tem irmãos, como interação com crianças da mesma idade, ambiente de competição, rivalidade. Porém, apesar disto, filhos únicos parecem não sofrer desvantagem no seu desenvolvimento, e em geral,

não se encaixam ao estereótipo de egoístas e mimados que muitas vezes surge na sociedade. Isso dependerá, entretanto, das estratégias utilizadas pelos pais na educação dos filhos.

Sabendo que as práticas educativas parentais exercem importante influência no desenvolvimento e comportamento da criança, cabe aos pais serem democráticos na forma como conduzem os filhos, dando amor e liberdade, mas também formulando regras e solicitando comportamentos aceitáveis dos mesmos, analisando as características individuais e temperamento de cada criança. Os pais podem também, criar estratégias para promover interações de seus filhos com outras crianças, em outros ambientes ou contextos.

Diante de tais achados, pode-se concluir que, em geral, filhos únicos podem se desenvolver e interagir normalmente com a sociedade, assim como crianças que possuem irmãos, mediante a um convívio saudável com a família, presença e acompanhamento dos pais, aplicando estratégias educativas que contribuam para a formação do indivíduo.

146

## Referências

NEGREIROS, T. C. D. G. M.; FERES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004.

OSORIO, L. C; VALLE, M. E. P. D. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011. v. 2.

OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. D. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009. v. 1.

BEE, E. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

STREAN, H. S.; FREEMAN, L. **Meu irmão, meu amigo**. São Paulo: Saraiva, 1991.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1995.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

MUSSEN, P. H.; KAGAN, J.; HUSTON, A. C.; CONGER, J. J. **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. São Paulo: Editora Harbra, 2001.

147

PICCININI, C. A.; FREITAS, A. P. C. O. Práticas educativas parentais em relação ao filho único e ao primogênito. **Revista do programa de pós-graduação em psicologia da Puccamp**. v. 27, n. 4, p. 515, Out/Dez, 2010.

BOLSONI-SILVA, A.T; MARTURANO E. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise á luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia** v. 7, n. 2, p. 227-235, 2002.



# Contrastes conceituais das configurações familiares: enfoque histórico

Eliane dos Santos Marques<sup>1</sup>  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>  
Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo que visa obter uma melhor compreensão da explicação e desdobramento da origem da instituição familiar no decorrer da história. As explicações de origem histórica se baseiam em uma compreensão evolucionista, onde são

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: elianeguide@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

apresentadas como um processo de aperfeiçoamento da configuração familiar partindo da consanguinidade para a punaluna, pré-monogâmica e atualmente a monogâmica. Por outro lado, também é conhecida a explicação de origem baseada a partir da crença judaico-cristã, que segue por modelo a primeira configuração familiar apresentada no livro de Genesis, formada por homem, mulher e seus filhos. Conclui-se que a configuração monogâmica é a constituição familiar que traz mais satisfação, pois busca atender as necessidades de todos os indivíduos da família. Ela assegura fidelidade na relação, menor número de filhos e cria condições para uma maior concentração dos bens. Famílias com poucos filhos darão mais atenção as suas proles e empregarão mais recursos para educá-los melhor.

150

**Palavras-chave:** Família; Cristã; Configuração.

**Abstract:** This article presents a study to gain a better understanding of the explanation and breakdown of the origin of the family institution in the course of history. The explanations of historical origin are based on an evolutionary understanding where they are presented as a family setting improvement process based on the inbreeding for punaluna, pre-monogamous and currently monogamous, on the other hand is also known the explanation based origin from the Judeo-Christian belief, the following model for the first family configuration presented in the book of Genesis, formed by men, women and their children. We conclude that the configuration is the monogamous family constitution that brings more satisfaction because seeks to meet the needs

of all family individuals. It ensures fidelity in the relationship, fewer children and creates conditions for a higher concentration of assets. Families with few children will more attention to their offspring and employ more resources to educate them better.

**Keywords:** Family; Christian; Configuration.

## Introdução

O termo família é utilizado por pessoas de todas as partes do mundo. Provavelmente os indivíduos de diferentes sociedades não parem para refletir sobre a origem e o surgimento desta palavra tão comum. Porém quando existe um aprofundamento e estudo sobre esse assunto, podemos verificar que estudiosos em diferentes épocas tem tentado definir e desvendar a origem, significado e conceito deste termo. Em busca de alcançar uma definição satisfatória, Engels (2009) define família como um elemento vivo e em constante crescimento. Em seus estudos admite ter encontrado diversas configurações familiares que se modificaram e se transformaram no decorrer da história, em contraste com esta compreensão encontramos a origem bíblica, regra de fé dos cristãos o qual também esclarece o uso semântico deste significado inerente a palavra família. Este trabalho pretende analisar estas duas fontes do surgimento e significado da família.

A menor unidade de uma sociedade é a família e está nela o papel do desenvolvimento de seus indivíduos. Ela é a responsável em

apresentar os primeiros passos para o desenvolvimento social, moral e cultura de seus membros. Entendendo sua importância é possível justificar a relevância do tema para uma melhor compreensão da configuração que apresente melhor aceitação no preparo dos seus membros para competirem na sociedade em que vivem e a escolha do padrão familiar, minimizando o sofrimento e aumentando a satisfação individual de seus componentes.

## Desenvolvimento

152

Segundo Engels (2009), a família é um organismo ativo que sempre está em crescimento e expansão, tende sempre a passar de uma forma simples e inferior de dois indivíduos para uma estrutura complexa e superior tornando-se uma comunidade, geralmente busca acompanhar o desenvolvimento da sociedade.

Participando deste contexto de desenvolvimento social, a instituição familiar enfrentou diversos conflitos. A expansão da economia sem dúvida acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a pressão pelo consumo de bens e serviços, características inerentes ao capitalismo, anteriormente produzidos no espaço doméstico, passa a apertar os orçamentos familiares, e o trabalho assalariado passa a ser um instrumento também utilizado pelas mulheres (OLIVEIRA, 2009, p. 156).

Engels (2009), sob uma visão evolucionista afirma que o estudo da história primitiva nos revela, situações em que os homens

praticam a poligamia podendo encontrar casos onde suas mulheres praticam a poliandria e, portanto, os filhos de uns e outros tinham de ser considerados comuns. Essas situações, ao passarem por uma série de transformações, convergem finalmente para a monogamia. Essas variações são compreendidas dentro de um processo paulatino: o círculo da união conjugal comum, que era muito amplo em sua origem, logo chega ao fim, pois chega se à conclusão de que casais monogâmicos são mais estáveis.

Outra ideia ainda evolucionista foi de Morgan (2014) que questiona a crença da eternidade da estrutura familiar que hoje se conhece. Ele inicia introduzindo o fator histórico em algo que, até então, era visto como totalmente pertencente ao reino da natureza ou à predeterminação divina. Ele classificou os diversos tipos de constituições familiares, colocando-os em uma escala de amadurecimento relacional. Segundo Morgan (2014), a família era constituída de grandes sistemas de consanguinidade e afinidade que duram até os dias de hoje. Esses sistemas registram as relações existentes na família no período em que cada um, respectivamente, foi formado, e contêm características peculiares da humanidade enquanto a família estava migrando da consanguinidade para a punaluna, pré-monogamia e atualmente a monogamia.

*Família consanguínea*: modelo no qual o casamento se dava entre irmãos e irmãs. Nessas famílias, um homem chamava de “filho” aos seus próprios filhos, aos filhos de seus irmãos (pois as mulheres dos seus irmãos eram também suas mulheres) e aos de suas irmãs (porque elas eram também suas mulheres) (PAULO, 2009).

*Família punaluana*: modelo no qual várias irmãs desposavam os maridos uma das outras, ou vários irmãos desposavam as esposas um dos outros. Ou seja: um grupo de homens era casado com um grupo de mulheres. Assim eram as famílias dos aborígenes norte-americanos, e em regiões da África, da Índia e da Austrália. Nessas famílias, um homem continuava chamando de “filhos” tanto seus próprios filhos quanto os de seus irmãos, pois continuavam compartilhando as esposas. A diferença entre esse modelo e a família consanguínea é que as irmãs não eram mais compartilhadas, pois estavam proibidas para eles (PAULO, 2009).

*Família pré-monogâmica*: nesse modelo, um homem vive com uma mulher, mas de forma tal que a poligamia e a infidelidade ocasional permanecem um direito dos homens. Na *família patriarcal semita*, o próprio patriarca e, no máximo, alguns de seus filhos, vivem como polígamos, tendo os demais de contentar-se com uma só mulher. Assim ocorre ainda hoje em todo o Oriente. A poligamia é um privilégio dos ricos e dos poderosos. A massa do povo vive em monogamia (ENGELS, 2009).

A *família monogâmica patriarcal*: esse modelo possui maior solidez no vínculo conjugal, sendo que somente o homem tem direito de rompê-lo. Para o marido, a mulher era “mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que administra a casa e comanda as escravas”. Apesar de possuir uma família legítima o homem tinha direito a infidelidade, direito que posteriormente se torna lei através do Código Napoleônico; sendo assim a monogamia era obrigatória “só para a mulher, e não para o homem” (ENGELS,

2009), fazendo-se necessária a fim de garantir ao marido que seus herdeiros fossem seus filhos legítimos.

*Família monogâmica*: modelo no qual os casais individuais possuíam exclusividade na coabitação um com o outro. Considerando o modelo de família monogâmica, composta de pai, mãe e prole, Morgan passou em 1877 a utilizar esse modelo de família como referência, pois as necessidades de cada indivíduo eram mais bem atendidas, em comparação a todos os outros modelos familiares, dessa maneira afirma que os demais modelos são inadequados, desestruturados, desorganizados e problemáticos (ENGELS, 2009).

Nessa perspectiva, Lévi-Strauss (1956, p. 309) coloca que “[...] a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição digna de louvor e carinho”, pois garante exclusividade sexual e êxito na reprodução, fato esse que ainda permanece em nossa realidade. É visível que existem diversificados e inovados arranjos familiares, novas formas de constituir-se família dentro da sociedade, mas percebemos que permanece ainda a forma de organização nuclear da família, ou seja, o casamento monogâmico ainda é o que predomina atualmente. A monogamia matrimonial fora do conceito judaico cristão só passou a ser adotada de fato na Idade Média, com a intermediação da Igreja Católica. E ganhou impulso quando o casamento foi elevado a um alto nível de santidade, assim a sociedade era incentivada a manter-se fiel ao relacionamento matrimonial.

Casamentos imprudentes, fora do molde monogâmico, não podem deixar de dar em resultado disputas, contendas, desunião, condescendência com irrefreadas paixões, na infidelidade de maridos e esposas, na

indisposição para refrear os desejos voluntariosos e desordenados. No entanto o casamento monogâmico é uma das maiores bênçãos para a família humana. A família monogâmica proveria as necessidades sociais do homem, preservaria a pureza da raça e elevaria a natureza física, mental e moral, trazendo felicidade e contentamento do casal, conduzindo os filhos numa vida de obediência (WHITE, 2004).

Hoje muitos são os termos que passaram a fazer parte do vocabulário de profissionais que possuem proximidade com o trabalho com famílias são elas: família reconstituída, família reestruturada, família reorganizada, nova família. Não existe, porém, um conceito novo de família, o que podemos ver são possibilidades de novas configurações (OLIVEIRA, 2009, p. 157).

156

Por fim, surge a questão das famílias oriundas da união homoafetiva, tendo em vista a atual discussão preconizada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 em que se abordou a equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo à entidade familiar, preconizada pelo art. 1.723 do Código Civil.<sup>4</sup>

Diante de todas essas considerações, é importante destacar que Dias (2005) utiliza a terminologia “direito das famílias” para expressar a constitucionalização do direito de família, com a finalidade de proteger e não discriminar nenhuma nova entidade familiar, uma vez que esta é compreendida como um organismo ativo e passível de mudanças. Como foi apresentado por Engels, essas famílias estão acompanhando o desenvolvimento da sociedade.

.....  
<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2pDAp5i>>. Acesso em: 17 de set. de 2014.

Contrária as explicações evolucionistas da origem da família, a Bíblia apresenta que este foi estabelecido por Deus. O relato da origem da instituição familiar pode ser lido no livro sagrado da fé cristã. Para eles a Bíblia não é somente um conjunto de livros que possui a palavra de Deus, mas ela é o próprio Deus se comunicando com cada fiel.

No livro de Genesis é relatada a criação do mundo e da instituição familiar. [...] “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2:18). Um livro pode ser um bom companheiro por algum tempo, podemos ter um relacionamento vicário com nossos heróis favoritos da televisão, uma vez por semana, mas eles nunca nos correspondem. Podemos adorar a criação por algum tempo, mas isso não satisfaz a nossa necessidade do Criador. Todos nós temos anseios íntimos de contato humano recíproco que não violenta nossas existências frágeis. Os que pensam não precisar disso são os mais necessitados. Em um triste comentário sobre a natureza humana dizemos que os cães são nossos melhores amigos (ANDERSON; MYLANDER, 2001).

Gênesis 2:18-24 revela que o casamento nasceu no coração de Deus quando não havia ainda legisladores, leis, Estado ou igreja. Deus não somente criou o casamento, mas também o abençoou (Gn 1:28). O casamento, portanto, nasceu no céu, e não na terra; nasceu no coração de Deus e não no coração do homem. O casamento é a pedra fundamental da sociedade humana. É a célula-mãe da sociedade. Dele dependem todas as outras instituições. Tanto a igreja quanto o estado viram a família como uma verdadeira instituição. A igreja é um reflexo das famílias que a compõem, e o estado pontificou o art. 226 da Constituição Federal: “A família, base da sociedade, tem

especial proteção do Estado”. A organização da sociedade dá-se em torno da estrutura familiar, e não em torno de outros grupos ou pessoas individuais. O Estado delega à família a formação dos cidadãos, para assegurar o futuro da sociedade assumindo o encargo de formar e educar crianças e jovens (LOPES, 2005).

Segundo Lévi-Strauss (1980), há um modelo ideal de família, onde a ênfase é a valorização do sentimento, especialmente, entre pais e filhos, considera-se que os filhos, para serem bem-criados precisavam não só do amor dos pais, mas também do amor entre os pais. Com isso, as relações afetivas e os papéis internos da família refletem na sociedade, sendo assim o modelo familiar ideal deve seguir a seguinte ordem: tem sua origem no casamento; ser constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e os membros da família estarem unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações.

A monogamia é segundo a Bíblia o modelo de família estabelecido por Deus na Criação, “Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne” (Gn 2:24; Mc 10:7), Essa família era constituída de uma unidade simples, homem e mulher que mais tarde se tornaria uma unidade complexa com o surgimento dos filhos, Desde então a família ocupa lugar especial nos planos de Deus para esta terra, esse modelo de família deve em sua essência haver um interesse altruísta por cada um de seus membros. Deus iluminou cada lar cristão com a glória de seu próprio Filho. Ele não visa esconder esses lares. De acordo com Gênesis 12:3, esses lares existem para fazê-Lo conhecido às pessoas ao seu redor (FRIESEN, 1995).

## Considerações finais

Embora não seja fácil classificar uma família como sendo cristã é possível observar que a Bíblia descreve a primeira família sendo criada por Deus num contexto totalmente monogâmico, esse sistema familiar é satisfatório, pois permite a demonstração de amor um pelo outro além de exclusividade do parceiro e garantia de reprodução. O modelo familiar bíblico possuía uma estrutura simples que se torna complexa a partir do nascimento dos filhos. Cabe, portanto, a família perpetuar os valores sociais, culturais na formação da sociedade.

## Referências

159

ANDERSON, N. T.; MYLANDER, C. **O casamento em Cristo**: descobrindo e desfrutando juntos a liberdade em Cristo. São Paulo: Abba, 2001.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2009.

FRIESEN, D. **O Caminho para o casamento cristão**: doze lições de aconselhamento para casamento. Campinas: Cristã Unida, 1995.

LEVI-STRAUSS, L. A família. In: SHAPIRO, H. L. **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

LOPES, H. D. **Casamento, divórcio e novo casamento**. São Paulo: Hagnos, 2005.

MORGAN, L. H. **A Sociedade Antiga**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAULO, B. M. Em busca do conceito de família: desafio da contemporaneidade. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, v. 11, n. 12, p. 31-63, 2009.

WHITE, E. G. **O lar adventista**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

# Divórcio: uma realidade enfrentada também pelos filhos

Alenária Costa de Oliveira Bezerra<sup>1</sup>

Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda questões referentes às consequências de um processo de divórcio para os filhos e a maneira como os pais podem diminuir ou amenizar os efeitos negativos dessa ruptura através da ajuda mútua e divisão de responsabilidades. O objetivo é apresentar a importância das vantagens e desvantagens desta divisão

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: alenaria\_costa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

de responsabilidades na guarda dos filhos após o divórcio. Através de estudo realizado sob revisão literária pode-se observar que o divórcio altera a vida afetiva dos filhos de forma duradoura, comprometendo os relacionamentos presentes e futuros e as demais condições emocionais. Também é destacada a importância da presença dos pais no desenvolvimento dos filhos após este acontecimento, para que os mesmos não se sintam rejeitados e sim amados. Conclui-se que é fundamental que, o divórcio seja vivido pelo casal de maneira consciente e cuidadosa, a fim de que sejam suavizadas as consequências emocionais e sociais desta experiência nos filhos. E apesar das possíveis dificuldades de se partilhar a criação dos filhos com o ex-cônjuge após o divórcio, é indispensável que ambos se comprometam nesta tarefa, de forma amigável, a fim de tornar todo o processo mais fácil tanto para o casal quanto para o filho, visto que, mesmo com a ruptura do casamento, o vínculo afetivo e de responsabilidade sobre o filho permanece inalterado.

**Palavras-chaves:** Divórcio; Filhos; Responsabilidade.

**Abstract:** This article discusses issues related to the consequences of a divorce on children, and how parents can reduce or alleviate the negative effects of this break through mutual aid and shared responsibility. The goal is to present the importance of the advantages and disadvantages of the shared responsibilities of child custody after divorce. Through a literary review of several renowned authors with expertise in the areas of psychology and family therapy, it is possible to observe that divorce permanently changes children's emotional life, impairing

present and future relationships, as well as other emotional conditions. Also highlighted is the importance of the parents' presence in their child's development, so that these do not feel rejected but actually feel loved. Therefore, it is essential that the divorce be held out by the couple in a conscious and careful manner, in order that the emotional and social consequences of this experience be softened. And despite the possible difficulties of shared parenting with the ex-spouse after divorce, it is essential that both parents commit to this task, amicably, in order to make the whole process easier for both the couple and the child, since, even with the breaking up of the marriage, the intimate bond and liability for the child stays unchanged.

**Keywords:** Divorce; Children; Responsibility.

## Introdução

O mundo atual vive em meio à concepção de breves soluções, independentemente de serem ou não as mais adequadas. Assim inserido nesse contexto está o casamento, o qual sofreu diminuição de sua duração no decorrer das décadas e invariavelmente culminando no temível divórcio. Por conseguinte e não raro, afetando o relacionamento saudável entre pais e filhos.

Segundo Santos<sup>4</sup>, “o divórcio é uma crise no ciclo de vida familiar, causando desequilíbrio emocional nos membros que compõem

.....  
<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oNnDMH>>. Acesso em: 28 out. 2014.

o sistema familiar”. Hart (1998, p. 38) complementa que “por mais comum que o divórcio seja hoje na sociedade, poucas crianças estão realmente preparadas quando ele acontece”.

Ficamos surpresos ao observar como alguns pais que se divorciam experienciam pouca ansiedade ao rejeitar abrupta e abertamente um filho que fica tão claramente magoado ao ser rejeitado pelo progenitor que ama profundamente (WALLERSTEIN; KELLY, 1998, p. 120).

Em face dessa realidade de famílias desconstruídas, o presente artigo se propõe a compreender e auxiliar no esclarecimento dos efeitos do divórcio na família, sendo uma situação de crise não somente enfrentada pelo casal, mas também pelos filhos. Objetiva também destacar como essa situação de crise pode ter seus efeitos minimizados diante de uma postura adequada dos pais divorciados perante as vantagens e desvantagens de se dividir as responsabilidades de guarda dos filhos após o divórcio. As dificuldades e as razões destas para a divisão de responsabilidade quanto ao cuidado das crianças também será considerado neste trabalho.

164

## Desenvolvimento

Os filhos acabam sendo sempre os maiores prejudicados na ruptura de um casamento. Segundo Bienenfeld (2001, p. 23), “as crianças ficam confusas e desorientadas, às vezes acreditando que

aquele que ficou as ama mais do que o outro que partiu”. Neste contexto, Ramires (2004, p. 189) fala que “a existência de fantasias e desejos de reunir a família, bem como sentimento de perda e tristeza são evidenciados nos filhos”.

Bienenfeld (2001, p. 23) acrescenta enfaticamente que:

As crianças, tanto quanto os adultos passam por um processo clássico de tristeza após o divórcio, como se alguém próximo a elas tivesse falecido. Em um primeiro momento, vivenciam a descrença; em seguida experimentam ansiedade, raiva, tristeza e depressão; finalmente se forem tranquilizadas irão vivenciar a aceitação do divórcio e a cura.

O divórcio acarreta mudanças que geram estresse nos relacionamentos familiares, as quais interferem no ajustamento das crianças e podem alterar as etapas normais de seu desenvolvimento (ALMEIDA et al., 2000). Raposo et al. (2011) comenta que existe uma maior probabilidade do desenvolvimento de depressão e ansiedade em filhos de pais separados, além de dificuldade de relacionamento interpessoal, comportamentos opostos, deficiência de atenção, queda no rendimento acadêmico e baixa autoestima.

O bem-estar emocional e a adaptação social dos filhos são muito afetados pela experiência do divórcio. Conforme Santos<sup>5</sup> a maioria dos filhos do ‘divórcio’ atribui grande parte dos insucessos nos relacionamentos por pertencerem a famílias divorciadas no passado,

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oNnDMH>>. Acesso em: 28 out. 2014.

sendo que os mesmos não acreditam que o matrimônio seja um relacionamento arruinado.

Há um contingente enorme de homens e mulheres na faixa dos 30 anos que traumatizados com a experiência de seus pais, vivem sozinhos. Isso não significa, evidentemente, que eles não valorizem o amor, a felicidade e o companheirismo. Apenas têm dificuldade em lidar com seus sentimentos e traduzi-los na construção de uma vida a dois. O dado paradoxal é que apesar de tudo, o desejo de um casamento duradouro permanece irremovível<sup>6</sup>

Logo após o divórcio ocorre um período difícil para o progenitor e para o filho, pois as consequências do divórcio são rápidas quando o casamento é encerrado, estando pronto ou não, precisa-se definir questões como a nova rotina doméstica, redefinir divisão de responsabilidades no cuidado para os filhos e arranjos de visitas, serviço externo e coordenar as finanças (WALLERSTEIN; KELLY, 1998).

Em geral, com a ruptura que o divórcio causa no seio da família, os progenitores despertam comportamentos que dificultam a divisão das responsabilidades. Continua sendo de suma importância que ambos os pais divorciados participem plenamente da vida dos filhos (HART, 1998). Bienenfeld (2001, p. 127) diz que “muitos pais não conseguem imaginar como poderiam se relacionar com o ex-cônjuge após um divórcio quando não conseguiram fazê-lo durante o casamento”.

Para muitos pais é complicado separar assuntos conjugais de paternidade. Não entendem que o fim do casamento, não significa

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oNnDMH>>. Acesso em: 28 out. 2014.

o fim da responsabilidade para com os filhos (ORLANDINI, 2009). Bienenfeld (2001) e Hart (1998) expõem que neste contexto, surgem atitudes possessivas muitas vezes do pai que se sente ameaçado de ser controlado ou perder o filho para o ex-cônjuge, e atitudes de punição, podando o pai ausente de envolver-se no dia a dia do filho.

Por outro lado, há também o sentimento de culpa que propicia em muitos pais divorciados uma responsabilidade débil sobre os filhos. De acordo com Grzybowski e Wagner (2010), muitos pais se culpam por não terem tempo com os filhos e carregam consigo a crença de que estabeleceram essa dura realidade do divórcio aos mesmos. Segundo Hart (1998), os pais, temendo ferir ainda mais os sentimentos dos filhos, têm dificuldade de estabelecer autoridade para discipliná-los.

Santos (2013, p. 07) ressalta que “uma das implicações mais delicadas do divórcio, diz respeito ao cuidado, responsabilidade e guarda dos filhos do casal. Por isso todas as questões que possam interferir diretamente na vida dos filhos, devem ser lidadas com cuidado”

Para o pai que tem a guarda, e também para o filho, o ano imediato pós separação é um período crítico devido à grande tensão que o divórcio traz para o relacionamento e pela evidência da precariedade dos laços humanos (WALLERSTEIN; KELLY, 1998). Além disso, Raposo et al. (2011, p. 30) declaram que “os pais que ficam com a guarda sentem um acentuado declínio nos recursos econômicos disponíveis para responder às necessidades da família”.

Segundo o IBGE<sup>7</sup> a mãe ainda é privilegiada pela justiça brasileira como responsável pela criação dos filhos. Em 2011, 87,6% dos

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2pmpF8f>>. Acesso em: 28 out. 2014.

divórcios concedidos no Brasil terminaram com a guarda dos filhos menores delegada às mães.

Através de estudo qualitativo com pais e mães divorciados, Grzybowski e Wagner (2010), afirmam que:

Os resultados evidenciaram que ter a guarda pode ser uma satisfação [para as mães] e não apenas uma sobrecarga, pois há um certo “prazer” em ter o domínio e controle maior dos filhos, tendo práticas educativas independentes e rejeitando as experiências educativas da casa dos pais. (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010, p. 85)

168

Apesar dessa aparente satisfação do pai (mãe) que tem a guarda do filho, Hart (1998) defende a ideia do apoio mútuo, onde o progenitor ausente precisa ter em mente a necessidade de ajudar aquele que fica com a custódia da criança, colocando-se à disposição para dividir os encargos com relação ao filho. Segundo Bienenfeld (2001), o trabalho de criar os filhos sozinho pode até ser uma vantagem ligada ao prazer de educar e amar, mas é uma função trabalhosa e muito árdua, diferentemente de quando se tem um parceiro, não que o pai (mãe) seja menos eficiente no papel de educador quando se está só na guarda do filho, mas dividir a responsabilidade pode ser vantagem para os dois, equilibrando o controle na educação dos filhos entre os progenitores e como resultado a diminuição dos conflitos em vista deste equilíbrio, pois o progenitor que partilha a guarda provavelmente se sentirá menos ameaçado.

Além disso Hart (1998) pontua que o filho tem o direito de continuar vendo e amando o pai e a mãe. Isso não muda com o divórcio.

Bienenfeld (2001, p. 127) fala que, “partilhar a criação dos filhos com o ex-cônjuge é uma delicada e penosa tarefa. No entanto, partilhar uma criação é uma das mais importantes maneiras de os pais e as mães demonstrarem amor por seus filhos”.

Muitos pais e mães conseguem ter um exercício coparental baseado no “apoio mútuo”, superando as divergências com “diálogo” aberto sobre as diferenças (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). Esse apoio, segundo Orlandini (2009), é fundamental para que o filho se sinta importante e não tenha seu desenvolvimento social e sua felicidade comprometida.

O autor Bienenfeld (2001) acredita que, uma das grandes vantagens desse apoio mútuo, neste caso, a guarda partilhada, além de ambos os pais serem estimulados a continuar envolvidos na vida dos filhos e assumirem deveres e responsabilidades da criação deles, é o fato de que o acordo de guarda partilhada dá aos pais os mesmos direitos e responsabilidades; isso evita a sobrecarga e o esgotamento de um dos pais por tentar fazer tudo sozinho.

Segundo Santos<sup>8</sup>, a realidade do divórcio se torna menos dolorosa para todos os envolvidos, quando o casal resolve a divisão da guarda dos filhos de maneira amistosa. Hart (1998) declara que essa concepção por parte dos pais divorciados pode evitar grande parte de lesões involuntárias causadas pelo divórcio, inclusive no desenvolvimento das crianças.

Quando os pais, após o divórcio, optam por cuidar dos filhos de forma compartilhada, dividindo as responsabilidades, percebem

.....  
<sup>8</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2oNnDMH>>. Acesso em: 28 out. 2014.

algumas vantagens. Bienenfeld (2001, p. 125) destaca essas vantagens, como: “menos problemas para as crianças; menos problemas de visitação; melhor relacionamento entre pais e filhos; menos problemas de saúde, emocionais, escolares e sociais”.

Apesar do divórcio, muitos pais cooperam em manter um relacionamento saudável com o ex-cônjuge para dedicar aos filhos um ambiente agradável e seguro apesar das mudanças, minimizando ao máximo os efeitos nocivos que o divórcio possa trazer para todos os envolvidos, principalmente para os filhos.

Hart (1998, p.11) declara que:

Não podemos eliminar todo sofrimento. Isso seria não só pouco realista, como também pouco útil. Algum sofrimento emocional   necessário para a forma o do caráter. As arvores que crescem altaneiras sem serem perturbadas pelo vento caem com facilidade. É preciso a pressão do vento para forçar as raízes a se fortalecerem. Nossa esperança é que os pais transformem o desastre em um vento forte de crescimento.

Para uma família reestruturada e sadia, devem os pais estar dispostos a deixar o passado para tr s e a se concentrar nas necessidades dos filhos. Bienenfeld (2001, p. 262) pontua que “eles também precisam estar dispostos a cooperar nas situa es de crise e a buscar ajuda externa quando necessário”. Evitando assim maiores sofrimentos para os filhos, mostrando a eles que independente da separa o os pais continuam amando-os e apoiando-os sempre que necessário para um bom desenvolvimento físico e emocional.

## Considerações Finais

O presente artigo não se propôs emitir juízo de valor em favor ou contra o divórcio. Contudo, diante das pesquisas literárias apresentadas ao longo do mesmo, são evidenciados alguns pontos, como: durante e após o divórcio o relacionamento pai (mãe) e filho, em algum grau, é abalado; os pais, comumente, não estão preparados para lidar com as consequências da separação; os filhos, por sua vez, são muito afetados, pois, na tomada de decisão dos pais quanto ao divórcio, foram apenas expectadores, mas no decorrer da separação os mesmos tornam-se protagonistas que precisam suportar as consequências que lhes sobrevêm desta delicada fase.

Nos pontos citados acima, entretanto, podem haver variações em seus efeitos presentes e futuros de acordo com a maneira como o divórcio e pós divórcio é conduzido. Neste contexto foram ressaltadas algumas formas dos pais separados amenizarem os efeitos negativos do divórcio, tais como: o apoio mútuo, a divisão de responsabilidades e a guarda compartilhada, evitando assim, uma sobrecarga para eles, e possibilitando aos filhos passarem por este momento de reajuste familiar da forma menos danosa ao seu desenvolvimento.

Por fim, em uma situação de divórcio, partilhar a criação dos filhos com o ex-cônjuge não é muito fácil, mas, é o meio mais adequado de conduzir esta situação. Os pais precisam ter em mente que, com o fim do casamento, não termina a responsabilidade sobre os filhos, e é necessário o comprometimento de ambos para haver equilíbrio, a fim de tornar todo o processo mais fácil emocionalmente

tanto para o casal quanto para os filhos, que apesar da separação, precisam se sentir seguros e acolhidos.

## Referências

ALMEIDA, C. G.; PERE, E. A.; GARCIA, M. R.; PELLIZZAR, N. C. S. Pais separados e filhos: Análise funcional das dificuldades de relacionamento. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 31-43, jan-abr. 2000.

BIENENFELD, F. **Pais, filhos e divórcio**: como ajudar os filhos a superar a separação dos pais. São Paulo: Editora Paulinas, 2001.

172

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 77-87, jan-mar. 2010.

HART, A. D. **Ajudando os filhos a sobreviverem ao divórcio**. São Paulo: Mundo Cristão, 1998.

ORLANDINI, M. S. **A experiência de filhos de casais divorciados**. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2009.

RAMIRES, V. R.R. As transições familiares: A perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 2, p. 183-193, mai-ago. 2004.

RAPOSO, H. S.; FIGUEIREDO, B. F. C.; LAMELA, D. J. P. V.; COSTA, R. A. N.;

CASTRO, M. C.; PREGO, J. Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 38, n. 1, p. 29-33, 2011.

WALLERSTEIN, J. S.; KELLY, J. B. **Sobrevivendo à separação: como pais e filhos lidam com o divórcio**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



# Identidade da mulher no casamento: contrastes entre modelos judaico- cristão e contemporâneo

Clarice Alves de Moura<sup>1</sup>

Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar os contrastes entre o modelo judaico-cristão e contemporâneo relacionados à identidade da mulher, e refletir sobre suas respectivas interferências no casamento. Serão utilizados conceitos como identidade, papel,

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: cla.alvesmoura@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

expectativas e ideais para melhor compreender as mudanças e transformações que a mulher tem vivenciado na sociedade hoje.

**Palavras-chave:** Mulher; Identidade; Papel; Casamento.

**Abstract:** This article aims to show the contrasts between the Judeo-Christian model and related contemporary identity of the woman, and reflecting on their respective interference in marriage. Concepts such as identity, role, expectations and ideals will be used to better understand the changes and transformations that women have experienced in society today.

**Keywords:** Woman; Identity; Role; Marriage.

## Introdução

As revoluções, ocorridas como propostas para o crescimento e desenvolvimento da sociedade trouxeram grande impacto para a identidade do ser humano em toda sua esfera de vida. Em busca de acompanhar este processo, homem e mulher absorveram para si este modelo formatado, sendo assim “vendáveis e maleáveis ao contexto das necessidades da companhia. As burocracias modernas alienaram o espírito humano, esvaziaram o trabalho do seu sentido e apartaram os trabalhadores da sua interioridade” (HARGREAVES apud MOURA, 2011, 61).

A crescente incerteza sobre a identidade é uma marca ainda mais saliente no período pós-moderno e constitui-se num sério desafio tanto para as relações conjugais como para a própria vida em si.

Mudaram os tempos, mas a crise de identidade longe de desaparecer, intensifica-se. Da modernidade supressora da individualidade à pós-modernidade da exaltação do “Eu”, continua o mundo saturado de seres humanos vazios na compreensão a respeito de quem são, de onde vieram e o que estão fazendo aqui (MOURA, 2011, p.61).

Comprendemos que apesar das influências históricas, sociais e culturais, a individualidade humana é dotada de uma substância duradoura e intrínseca, onde se encontra o ideal da satisfação de quem realmente somos. Na construção da identidade no casamento, perceberemos a relação direta entre o papel desempenhado e a satisfação com o outro e consigo próprio. Segundo Negreiros e Féres-Carneiro (2004, p. 36), o papel expressa publicamente a identidade, e é exatamente neste ponto que as mulheres tem se perdido. Reflexo das mudanças ocorridas no cenário social, as mulheres têm reivindicado um papel que não condiz com sua essência e consideram o formato provido da contemporaneidade como o ideal a ser vivenciado.

As consequências desta postura dentro do casamento têm levado a perda de referenciais, valores relativizados e vazio existencial. Este trabalho tem como objetivo apresentar os contrastes entre o modelo judaico-cristão e contemporâneo relacionados à identidade da mulher, e refletir sobre suas respectivas interferências no casamento.

## Desenvolvimento

As transformações decorrentes principalmente da Revolução Industrial, em meados do século XIX, trouxeram grande efeito não somente para a sociedade, mas também para as relações interpessoais. A família sofreu grande impacto com essas mudanças e passou a não ser mais considerada como uma instituição natural, mas sim como produto construído, fruto da sociedade, do processo histórico, da política e do capitalismo. É fato que o contexto social tem exercido grande influência sobre a configuração e a organização familiar conforme diz Oliveira (2009, p. 67).

178

As transformações sociais, construídas na segunda metade do século XX e reconstruídas nesse início do século XXI, redefiniram também os laços familiares. A afirmação da individualidade pode sintetizar o sentido de tais mudanças, com implicações nas relações familiares. Na sociedade contemporânea, a conjugalidade, muitas vezes, não é verdadeira. O que encontramos é a busca pela estabilidade financeira, a satisfação pessoal e a realização de um sonho.

O individualismo tem forte influência na constituição e manutenção do casamento contemporâneo. Segundo Féres-Carneiro (1998, p. 2), na lógica do casamento contemporâneo, um e um são três, a autonomia e a satisfação própria são mais importantes do que os laços de dependência que se estabelecem.

O contraste com valores encontrados nos tempos antigos é gritante. Em Israel, a família era considerada a base da sociedade. Uma

expressão comumente utilizada na época era “meu osso e minha carne”, que encontramos evidenciada na Bíblia em Gênesis 29:14, quando Jacó foi à procura do seu tio Labão a fim de encontrar trabalho e uma esposa e seu tio ao reconhecê-lo como membro de sua família, exclamou esta expressão. Os membros da família realmente se sentiam como sendo da mesma carne e sangue e ter o mesmo sangue significava, ter a mesma alma e nada podia quebrar este laço.

As pessoas se casavam cedo, e o homem e a mulher deveriam se unir física, moral e espiritualmente, durante toda a vida. Em sua maioria, eram os pais que escolhiam os casamentos para os filhos, porém, acontecia do jovem fazer a sua própria escolha. Assim, os rabinos constantemente admoestavam os jovens: “Refleta longamente antes de escolher esposa. Não olhe para beleza, que é passageira: pense na família” (DANIEL-ROPS, 2008, p.137).

Historicamente, o homem vem passando por transformações em decorrência dos avanços sociais, e a mulher passa a assumir papéis que, anteriormente, eram de exclusividade dos homens. Como consequência a esta “flexibilidade” de papéis masculino e feminino, cada vez mais são encontradas famílias cujos papéis estão confusos.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família. Essa construção da identidade irá rebater nas relações sociais ampliadas, não somente no seio familiar (OLIVEIRA, 2009, p. 67).

Todos os fatores que contribuíram para que este modelo fosse perdido foi o crescimento da economia, a inserção da mulher no mercado de trabalho, que modificou o cotidiano familiar, o nível de instrução escolar das mulheres, os avanços da medicina que permitiram o controle da reprodução, a rápida transmissão de informações através dos meios de comunicação, as novas leis que garantem direitos à mulher, e outros. E esses ideais, ao que parece, foram mais absorvidos pelas mulheres. Com frequência, manifestam o desejo por renovações e igualdade. Segundo Rodor (2014, p. 294), “a desintegração da família moderna está também relacionada com a mudança do papel da mulher. As aspirações das modernas filhas de Eva estão agora focalizadas fora do lar”.

180

A mulher, ao ingressar no mundo do trabalho extra - doméstico munida de escolaridade superior - ora conseguida por abdicar do casamento, ora obtida à custa de sua ruptura, ora perseverada dentro de sua manutenção - filtrou valores herdados e reafirmou suas conquistas - direito à cidadania, à sexualidade, à visibilidade científica, literária e histórica. Mas qual o peso dos valores plantados em suas raízes, nesta fase de sua existência? Se a mulher alcançou um lugar no mundo masculino, garantiu também seu espaço no que idealizou, em diferentes etapas de sua existência, como feminino? (NEGREIROS; FÊRES-CARNEIRO, 2004, p. 40).

Cansadas das injustiças e diferenças sociais, as mulheres decidem então levantar uma bandeira: “igualdade de direitos e direito à diferença”. Porém, a “nova” mulher agora apresenta sentimento de culpa pela

dificuldade em conciliar as realizações públicas, com o papel feminino internalizado. A constante rejeição por experimentar viver este papel internalizado, faz com que as experiências outrora tanto almejadas, se tornem insatisfatórias, incertas, desconfortáveis, frustrantes e solitárias. Conforme cita Tvard (1973, p. 211, tradução livre), “o momento presente na evolução da sociedade secular cria possibilidades, abre oportunidades, e levanta questões que não poderiam ser enfrentadas antes”<sup>4</sup>. A consequência disso é que a mulher se torna incompleta.

Tal como o problema mais amplo da antropologia, o problema da feminilidade deve ser levantada nos dois níveis da natureza e da cultura. A feminilidade é um dado da natureza; e sua função natural é suficientemente descrita anatomicamente e fisiologicamente observado. Como um desenvolvimento cultural, no entanto, a feminilidade pode ser apenas o que a humanidade faz que ele seja (TAVARD, 1973, p. 226).<sup>5</sup>

181

Na família do modelo judaico-cristão, embora o homem fosse o cabeça, principalmente no que diz respeito às provisões de alimento, vestuário e a moradia, não era proibido às mulheres ter ganhos pessoais e os investir como lhe fosse apropriado, como podemos ver no trecho relacionado à mulher ideal em Provérbios 31:16 que diz:

.....  
<sup>4</sup> The present moment in the evolution of secular society creates possibilities, opens up opportunities, and raises questions that could not be faced before.

<sup>5</sup> Like the wider problem of anthropology, the problem of womanhood must be raised at the two levels of nature and of culture. Womanhood is a datum of nature; and its natural function is sufficiently described anatomically and observed physiologically. As a cultural development, however, womanhood can only be what mankind makes it to be.

“Examina uma propriedade e adquira-a; planta uma vinha com as rendas do seu trabalho”.

Segundo Davidson (2008, p. 255), o modelo de liderança exercida pelos homens enquanto esposo e pai no âmbito familiar, hoje com seu valor deturpado pela sociedade que considera um tipo de discriminação da mulher, era vivenciado antigamente não para demonstrar superioridade dos homens às mulheres, era também uma lei, onde os homens deveriam cumprir este papel a fim de suprir a necessidade gerada de prover proteção à sociedade vulnerável.

As mulheres não devem ser oprimidas ou denegridas na família, nem são impedidas de posições de influência, liderança e autoridade sobre os homens na comunidade da aliança (DAVIDSON, 2008, p. 215).<sup>6</sup>

182

No lar, a mulher tinha um papel de grande importância, não somente entre os judeus, mas entre a maioria dos povos da antiguidade, boa parte dos artigos que hoje encontramos em lojas, era fabricada em casa, pelas mulheres.

O modelo da mulher ideal, descrito por Salomão no final do livro de Provérbios, descreve: “O seu valor excede o de muitas joias, ela faz feliz o marido e sabe como conquistar o seu amor; ela tece, cozinha, vigia para que sua lâmpada não se apague, trabalha dia e noite e ainda assim se veste bem e ajuda o marido em seus deveres sociais”, foi o modelo concebido por Israel e referenciado por todas as nações. Fica evidenciado

.....  
<sup>6</sup> Women are not to be oppressed or denigrated in the family, nor are they barred from positions of influence, leadership, and authority over men in the covenant community.

como a inteligência da mulher, seu zelo pelo trabalho, sua perseverança e seu coração bondoso eram admiráveis. A mulher era tão necessária ao homem em Israel como é e sempre foi para os homens de todos os outros períodos e nações (DANIEL-ROPS, 2008, p.149).

É admirável, embora devamos admitir que o ideal só existe em referência ao homem, à sua felicidade e bem-estar, e em referência aos interesses da família. Uma das grandes contribuições da mensagem cristã deveria ser a promoção das mulheres à condição de seres humanos em seus próprios direitos, não mais simplesmente como mães de muitos filhos, boas donas-de-casa, subordinadas ao marido; e esta mudança teria lugar quando o amor dos homens pelas mulheres se tornasse um sacramento (DANIEL-ROPS, 2008 p.151,152).

## Considerações finais

Ao longo do estudo e análise das mudanças principalmente no que diz respeito ao comportamento das mulheres ante as transformações ocorridas no mundo, podemos identificar que alguns fatores influenciam fortemente para a satisfação pessoal e conjugal.

É possível concluir que o modelo contemporâneo apresenta condições sociais que modificam e modelam a mulher, fazendo com que ela reproduza essas transformações externas em sua construção de identidade e que geram impactos principalmente no lar. Há uma constante insatisfação, porém nenhuma busca pelos anseios resultados das raízes plantadas em sua essência enquanto mulher.

Os valores atribuídos ao modelo judaico-cristão na construção da identidade da mulher, principalmente no âmbito conjugal e familiar aparenta trazer maior complementaridade para o eu feminino e satisfação na relação matrimonial.

Este modelo não aponta para um estado de opressão e desvalorização da mulher, mas sim trata a mulher como distinta e completa.

Todos os pontos contrastados no texto resultaram na compreensão de que o bom desempenho do papel dentro da relação, tanto da mulher quanto do homem, exercidos de maneira complementar e não supressora; o reconhecimento de valor próprio através de uma busca interior e não como resultado de um reflexo da cultura e sociedade; o reconhecimento do potencial a ser exercido equilibrado com as inclinações naturais da mulher, todos esses fatores contribuem não como restrições à liberdade da mulher, mas sim como um direcionamento a fim de descobrir e formar a verdadeira identidade de toda mulher.

184

## Referências

DANIEL-ROPS, H. **A vida diária nos tempos de Jesus**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

DAVIDSON, R. M. **Flame of Yahweh: sexuality in the Old Testament**. Peabody: Hendrickson Publishers, 2008.

FERES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

MOURA, W. C. **Axiologia e educação (Física):** discurso de professores e alunos em tempos de relativismo. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal, 2011.

NEGREIROS, T. C. G.; FÊRES-CARNEIRO, T. **Masculino e feminino na família contemporânea.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar:** família, filhos e desafios. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RODOR, A. A. **Meditações diárias:** encontros com Deus. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2014.

TAVARD, G. H. **Woman in christian tradition.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1973.



# Diferenças entre família nuclear e família cristã

Daniela Paula da Silva Pereira<sup>1</sup>

Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** Combinar o conceito de família cristã com o pensamento e a prática popular é algo que exige constante atenção e reflexão sobre as diferentes experiências vividas na sociedade em desenvolvimento. Devido às constantes mudanças, comumente ocorre uma generalização no senso popular tendo-se a ideia de que a família nuclear e a

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: dpsp\_esp@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

família cristã seriam sinônimas. Sendo assim, este artigo pretende responder a questões relacionadas às diferenças entre ambos os modelos de famílias. O modo como as famílias reagem as influências da sociedade, está diretamente relacionado ao seu sucesso ou fracasso. Na família cristã deve haver princípios e valores relacionados ao respeito e a igualdade que são indispensáveis para a felicidade familiar e conjugal, portanto devem ser preservados e mantidos intactos mesmo em meio às mudanças da contemporaneidade. Consequentemente estes valores e princípios enraizados neste conceito de família demandam responsabilidade e compromisso resultando em esforço mútuo em uma atmosfera de união, igualdade, responsabilidade, altruísmo, fidelidade e felicidade. Através desta revisão bibliográfica, tornou-se evidente que um grande diferencial para família cristã se refere à presença de equilíbrio e valorização nas relações familiares.

188

**Palavras-chave:** Família nuclear; Família cristã; Diferenças.

**Abstract:** To combine the Christian family concept with the thought and the popular practice is something that inquires constant attention and reflection of the different experiences lived in the society in development. Because of constant changes, it generally occurs a generalization in the popular sense, having the idea that a nuclear family and a Christian family would be the same. With this in mind, this article intends to answer questions related to the differences between both forms of families. The way families react to the influences of the society is directly related to their success or

failure. There must be principles and values in a Christian family related to respect and equality that are essential to the happiness of the family and the spouse. Therefore, they must be preserved and kept intact despite the changes of the contemporaneity. Consequently, the values and principles engrained in this concept of the family, demands responsibility and compromise resulting in mutual effort in an environment of unity, equality, responsibility, altruism, faithfulness and happiness. Through this bibliographic review, it became evident that the main differential to the Christian family requires balance and appreciation in the family relation.

**Keywords:** Nuclear family; Christian family; Differences.

## Introdução

As transformações sociais que ocorreram nos últimos anos culminaram em uma redefinição conceitual das famílias, porém Oliveira (2009, p. 65) acredita que “a nova família conjugal conserva traços típicos da família anterior”. Tais transformações possibilitaram uma grande variedade de novas configurações de famílias, podendo em alguns casos ocorrer até mesmo à extinção de todos os padrões tradicionais.

Frequentemente as diversas mudanças podem gerar efeitos negativos e problemas para as novas famílias, pois nos últimos anos ocorreu uma perda da identidade familiar. Não somente as novas famílias estão modificadas, como também os membros estão

diferentes e sofrem diversas novas influências. Entretanto, o modelo de família nuclear também apresenta falhas, não devendo ser imitado pelas famílias cristãs.

Devido a essa redefinição conceitual de família e a modernização das relações familiares, comumente ocorre uma generalização no senso popular tendo-se a ideia de que a família nuclear e a família cristã seriam sinônimas. Sendo assim, este artigo pretende responder a questões relacionadas às diferenças entre ambos os modelos de famílias. Quais seriam as principais diferenças entre família nuclear e família cristã conforme estudos já realizados? Em meio à modernização do conceito de família e as falhas do modelo nuclear, qual deve ser o padrão da família cristã?

190

O modo como a família cristã reage as influências da sociedade, está diretamente relacionado ao seu sucesso ou fracasso. Os princípios e valores que norteiam as famílias cristãs são indispensáveis para a felicidade familiar e conjugal, por isso devem ser preservados e considerados. Por isso, através de uma revisão bibliográfica serão apresentadas aqui as principais diferenças entre família nuclear e família cristã e qual deve ser a posição dos cristãos frente a essa realidade.

## Desenvolvimento

Segundo Kruczeveski e Mariano (2014), o modelo de família nuclear foi instituído e construído pela sociedade ocidental ao longo da história e é defendido como uma forma natural de organização.

Entende-se, portanto, que essas formas de organização familiar se assemelham ao conceito de família da sociedade contemporânea referente ao fato de que ambas buscam formas para organizar a convivência, a sexualidade e a reprodução.

Conforme o conceito de família nuclear, Ponciano e Feres-Carneiro (2003) dizem que na família nuclear o casal limitava-se aos seus papéis e não buscavam a felicidade, além de ter “como marca a superioridade hierárquica do pai de família que se posiciona no topo da pirâmide, seguido pela esposa e filhos que lhes devem obediência” (KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014, p. 6).

Segundo Szymanski (2000), a incumbência da mulher era restrita a formação e educação dos filhos, enquanto o homem detinha a função de provedor. Os membros da família deviam obediência e respeito ao pai, pois ele devia proteger, vigiar e corrigir os demais. Portanto, Kruczeveski e Mariano (2014) explicam que este modelo de formatação familiar pode gerar problemas sociais e conflitos domésticos entre os gêneros, pois restringe a mulher apenas ao trabalho doméstico, procriação e educação dos filhos.

Segundo Lima (2008), a educação na família nuclear estava sob a responsabilidade dos pais, porém Macêdo (apud LIMA, 2008, p. 5) diz que “na maior parte dos casos, privilegiava-se a educação dos meninos que, por volta dos 12 anos, iniciavam-se nas primeiras aulas de alfabetização”, fazendo assim distinção entre os gêneros. As atividades consideradas próprias para as meninas aprenderem e realizarem eram as atividades domésticas e os trabalhos manuais.

Deveras, os membros da família não tinham oportunidade de expressar sua opinião ou tomar alguma decisão, pois esta era uma atribuição exclusiva do pai. Mariano<sup>4</sup> nos diz que os maridos chefiavam a família, enquanto a esposa e filhos possuíam posição inferior. Sendo assim, a vontade da família se resumia na vontade do homem que imperava sobre a vontade familiar.

Portanto, Silva<sup>5</sup> observa que o relacionamento entre pais e filhos era marcado pela autoridade parental, fazendo com que a afetividade fosse prejudicada ou até mesmo extinta das relações familiares, gerando também um distanciamento entre os membros da família, pois o afeto é fundamental para o bom relacionamento familiar. Conforme Ponciano e Feres-Carneiro (2003), à medida que as ideias de igualdade entre os sexos e a valorização dos filhos foram difundidas, a autoridade patriarcal se tornou intolerável pela comunidade.

192

Sendo assim, o conceito de família sofreu muitas mudanças na sociedade, inclusive mudanças legislativas, pois o modelo nuclear não atendia mais as necessidades e gostos populares. Segundo Roosenberg (apud KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014, p. 5), “a partir de meados dos anos 80, demonstraram existir outras configurações familiares que coexistiram com, ou mesmo predominaram sobre o modelo patriarcal”.

Atualmente, se tornou comum às novas formas e composições de família, distanciando-se do modelo de família nuclear anteriormente praticado. Em outras palavras, Mariano<sup>6</sup> afirma que as famílias

.....  
<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1u1qboz>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2qcBQr5>>. Acesso em: 29 out. 2014.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1u1qboz>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

contemporâneas estão pluralizadas, não se restringindo mais ao padrão da família nuclear. Atualmente, existem famílias recompostas, monoparentais e homoafetivas.

Na sociedade atual, a hegemonia da família nuclear tradicional já está dissipada, por diversos fatores, e visibilidade sobre a formação de famílias monoparentais é um exemplo disso. Mulheres saem para trabalhar, muitas delas são chefes de família, essas mulheres buscam uma igualdade de direitos e responsabilidades (KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014, p. 6).

Igualmente, outra transformação observada por Oliveira (2009) é que a busca pela individualidade pode resumir o porquê de tais mudanças, ocasionando fortes reflexos nas relações familiares, distanciamento entre as pessoas e poucos interesses em comum. Agora vemos não o pai tomando decisões para a família, mas sim cada membro buscando atender suas necessidades pessoais sem pensar no todo.

A modernidade trouxe para dentro das famílias muitas tensões e problemas causados pela nova formatação adquirida rapidamente. Ponciano e Feres-Carneiro ressaltam que:

A família conta com duas fontes de tensão: uma originada da nova relação com a infância, e a outra de uma transformação no papel da mulher. As crianças, que ocuparam um lugar central nessa família, são da responsabilidade dos pais, gerando sobrecarga para estes devido ao seu isolamento da comunidade. A mulher, ao mesmo tempo “degradada e exaltada” nesse novo sistema familiar (Donzelot, 1986), precisava ser “educada” para criar seus filhos, precisava ser companheira de seu marido

e executar as tarefas domésticas. Ao domesticar a mulher provocou-se uma “desordem geral”. Surgiram aspirações ao crescimento pessoal, o feminismo. A estas aspirações a união conjugal e a família não podiam mais satisfazer, gerando uma crise do casamento no final do século XIX (PONCIANO; FERES-CARNEIRO, 2003, p. 62).

As conseqüências dessas transformações também podem ser vistas devido a uma perda da identidade familiar e pessoal de cada membro, fazendo com que haja uma busca por se compreender quem se é e onde se está, pois não somente as novas famílias estão modificadas, como também os membros estão diferentes e sofrem diversas novas influências. Então, neste contexto, a nova família pode ser denominada família mosaico.

194

Temos como conseqüências dessas mudanças as transformações das relações de parentesco e das representações dessas relações no interior da família. Cada vez mais, são encontradas famílias cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os modelos tradicionais, cujos papéis eram rigidamente definidos (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

As mudanças no âmbito familiar não param por aí, elas estão em constante progressão. Ainda é possível visualizar um padrão estrutural de família herdado do sistema nuclear, mas à medida que as transformações ocorrem e a modernidade dá espaço a pós-modernidade, Ponciano e Feres-Carneiro utilizam-se da seguinte argumentação:

Surge a imprevisibilidade; surgem inúmeras configurações familiares, ou pelo menos elas têm a liberdade de se tornarem mais visíveis do que antes. Supondo

uma caracterização para este momento, considerado o da pós-modernidade, a família tende a ser pautada na ideia da diversidade e da ausência de um parâmetro norteador único (PONCIANO; FERES-CARNEIRO, 2003, p. 63).

Assim sendo, Diniz Neto e Feres-Carneiro (2005) afirmam que ocorreu uma progressão de três tipos de famílias durante os dois últimos séculos: a primeira é a tradicional, marcada pela autoridade paterna, ou seja, a união familiar estava centralizada no pai e o casamento legitimava a família; a segunda é a moderna, influenciada pelo individualismo, com uma organização nuclear e igualitária; e a terceira, que predomina atualmente, é a família pós-moderna, onde não há a preocupação com valores tradicionais, não duradouros e ajustáveis.

Todas essas mudanças tratadas até aqui ocorreram, pois segundo Köstenberger (2011, p. 22), os conceitos e os fundamentos bíblicos, foram “suplantados por uma ideologia libertária que exalta a liberdade humana e a autodeterminação como princípios supremos para os relacionamentos humanos”. Por isso, as famílias detentoras de princípios cristãos necessitam se posicionar de forma a não perderem de vista a atmosfera de união, responsabilidade, altruísmo, compromisso, amor, respeito, igualdade, e felicidade em meio às constantes mudanças da sociedade secular.

Segundo Lazier (2010), Jesus apresentou uma estrutura de família, não baseada na submissão e na autoridade parental absoluta, mas sim no respeito, na liberdade e na harmonia entre todos os membros da família. A autoridade do pai deve ser substituída por relações fundamentadas no amor e na comunhão. Além disso, a família

é apresentada como uma instituição de aproximação e compromisso entre seus membros.

É no lar onde as pessoas devem se sentir mais seguras e protegidas. A família cristã permite a igualdade entre os membros, onde nenhum é melhor ou mais importante que o outro, todos têm oportunidade de opinar e contribuir. Conforme Silva<sup>7</sup>, a família possui um papel fundamental no desenvolvimento da socialização e da afetividade. Portanto, a família cristã não é apenas uma rede de relações, mas também é uma união de papéis que devem ser trabalhados dentro da convivência social dos indivíduos.

Köstenberger (2011) salienta que Deus estabeleceu um componente essencial e fundamental para a família ao instituir a complementaridade, isto é, os cônjuges possuem responsabilidades diferentes na família, porém com igual valor. Não há papéis mais importantes para homens ou mulheres, mas sim que ambos se complementem, pensando na família como um todo.

Segundo Lazier (1994), a família cristã possui uma objetividade que deve se expressar na solidariedade, na igualdade, no perdão, na reconciliação, na restauração, no amor, na doação e no altruísmo. Na família cristã não há espaço para o individualismo ou egoísmo, por isso estes atributos são indispensáveis para a verdadeira felicidade no lar. Apenas ter este conhecimento não é suficiente, também é necessário que os cristãos tenham iluminação e força para responder aos desafios do presente século mantendo-se firmes a estes princípios.

.....  
<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2qcBQr5>>. Acesso em: 29 out. 2014.

## Considerações finais

Na família nuclear o pai tinha autoridade hierárquica, dominando sobre os demais membros da família e tomando decisões por todos, não considerando a opinião dos demais. Enquanto a mulher deveria cuidar apenas do trabalho doméstico, procriação e educação dos filhos. A formatação nuclear par as famílias geravam falta de afetividade e pouca ou nenhuma interação familiar, fazendo com que houvesse grande distanciamento seus membros.

Sendo assim, as ideias de igualdade foram sendo difundidas e a autoridade patriarcal se tornou intolerável para a sociedade, gerando uma redefinição do conceito de família, onde a família nuclear deu lugar a família moderna e posteriormente a pós-moderna. Essa rápida pluralização ocasionou problemas sociais e familiares, individualidade, distanciamento entre as pessoas, poucos interesses em comum e perda da identidade familiar e individual, pois não há preocupação com valores tradicionais.

Enquanto isso, a estrutura de família cristã não está baseada na submissão e autoridade parental absoluta, mas, sim, no respeito, na liberdade e na harmonia entre todos os membros da família. Os cônjuges possuem responsabilidades diferentes na família, porém com igual valor. Não há papéis mais importantes para homens ou mulheres, mas sim que ambos se complementem, pensando na família como um todo. As relações familiares são baseadas no amor, respeito, fidelidade, liberdade e harmonia.

Portanto, os princípios cristãos para as famílias possibilitam uma grande diminuição dos motivos causadores de conflitos, pois na família

cristã são necessários equilíbrio e respeito mútuo que visam o bem comum. O conceito cristão mostra que a família deve trazer felicidade e bem-estar para seus membros e à sociedade. Estes atributos não são observados em nenhum outro modelo de família, por isso é necessário que os cristãos tenham firmeza e perseverança frente aos desafios atuais, não se permitindo influenciar pelas novas formatações familiares.

## Referências

DINIZ NETO, O.; FERES-CARNEIRO, T. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. *Estud. psicol.*, v. 22, n. 2, p.133-141, 2005.

198

KÖSTENBERGER, A. **Deus, casamento e família**: reconstruindo o fundamento bíblico. São Paulo: Vida Nova, 2011.

KRUCZEVESKI, L. R.; MARIANO, S. A. Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3. **Anais do Congresso**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

LAZIER, J. A. A família no Novo Testamento. *Revista Caminhando*, v. 5, n. 2, p. 28-33, 2010.

LIMA, I. S. Educando com os bons costumes e doutrina cristã: a educação na ribeira do Seridó. **Mneme — Revista de Humanidades**, v. 9. n. 24, set/out. 2008.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PONCIANO, E. L. T.; FERES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, v. 8, n. 16, p. 57-80. Jul-Dez. 2003.

SZYMANSKI, H. A família como um *locus* educacional: perspectivas para um trabalho psicoeducacional. **R.R. bras. Est. pedag.**, v. 81, n. 197, p. 14-25, jan./abr. 2000.



# Entre a Bíblia e o Alcorão: similaridades e contrastes entre o modelo familiar cristão e muçulmano

Gabriella da Silva Dutra Portes<sup>1</sup>

Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** Com as constantes mudanças de paradigmas e de estrutura social, as famílias têm, ao longo dos séculos, passado por diversas alterações, quer sejam em seus modelos, em sua forma, ou até mesmo na compreensão de seu papel diante da sociedade.

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: gabriella.dportes@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

Neste interim, naturalmente questões religiosas são apresentadas com determinados pontos de vista. Tendo a compreensão da família como base da sociedade, as duas maiores religiões do mundo, cristianismo e islamismo, apresentam seus princípios basilares para a formação de um modelo familiar, ancorados especialmente em seus livros normativos: a Bíblia e o Alcorão. A partir desta compreensão, este artigo buscou na literatura específica as características principais que dão forma a estes modelos, apresentando suas similaridades e suas diferenças.

**Palavras-chave:** Cristianismo; Islamismo; Família; Modelos.

202

**Abstract:** Due to the constant changes of paradigms and social structure over the centuries, families have undergone several changes, whether in their models, in their form, or even in understanding their role in society. In this sense, religious issues are presented with certain viewpoints. Having an understanding of the family as the basis of society, the two major world religions, Christianity and Islam, have their basic principles for the formation of a family model, especially anchored in their regulatory books: the Bible and the Koran. From this understanding, it is presented in this paper the main features of these models, showing their similarities and their differences according to a survey on literature.

**Keywords:** Christianity; Islam; Family; Models.

## Introdução

O conceito de família tem acompanhado as sociedades através dos séculos. Independente da compreensão de mundo adotada, é difícil separá-la de qualquer modelo familiar, seja qual for. O mais remoto relato histórico possivelmente agregará determinado conceito ou, ao menos, a representação familiar.

De forma geral, a família “é considerada o fundamento universal das sociedades, por ser encontrada em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento” (MARCONI; PRESOTTO, 2013, p. 92). Segundo Carter e McGoldrick (1995) o conceito de família pode variar de acordo com a sociedade em que a família está inserida e, naturalmente, tende a acompanhar as alterações sociais, sendo até mesmo influenciada pela própria compreensão de homem e de mundo de seus integrantes.

Devido à aparente simplicidade e ao mesmo tempo a amplitude conceitual e social envolvendo os aspectos familiares, esta pesquisa limitou-se a explorar características de modelos adotados pelas duas maiores religiões do mundo,<sup>4</sup> o cristianismo e o islamismo. Partindo do pressuposto de que ambas as religiões possuem compreensão similar da origem do homem, e que atribuem seus modelos sociais a um livro considerado divino e sagrado, buscou-se responder as seguintes perguntas: Quais são os fundamentos que regem e que deram origem aos modelos familiares então adotados? Que similaridades existem entre eles e o que os diferencia? Para tanto, foi realizada uma revisão

.....  
<sup>4</sup> Em número de adeptos. Disponível em: <<http://bit.ly/2pmDOM2>>. Acesso em: 10 de out de 2014.

bibliográfica geral e específica, incluindo os dois livros, a Bíblia e o Alcorão, âncoras fundamentadoras das respectivas religiões.

## Desenvolvimento

Ao iniciar um estudo que leva em conta pressupostos religiosos, é preciso compreender, suas origens e a cosmovisão construída a partir destes. Em se tratando de revelação e inspiração, ambos os livros, Bíblia e Alcorão, reclamam para si estes atributos divinos, contudo os apresentam de formas distintas<sup>5</sup>.

204

A revelação bíblica compreende um ato divino no qual Deus revela a Si mesmo, Seu caráter, Sua vontade e Seus planos aos homens. Segundo afirma a própria Bíblia: “toda escritura é inspirada por Deus [...]” (II Tm 3:16 ARA; Ver Hb 1:1 e 1 Pe 1:20-21). O relato bíblico é o resultado conjunto da divindade, que inspirou a mente humana, e da humanidade, que comunicou através da escrita, peculiar de cada escritor, as mensagens divinas. Desta forma, a interpretação dos relatos bíblicos deve levar em conta o ambiente histórico-cultural da época em que foi escrito, visto que, embora a essência da mensagem seja universal, imutável e transcultural, ela não ignora seu contexto social original (ZUCK, 2005).

Por outro lado, a compreensão Corânica de inspiração, assevera que o Alcorão é a palavra de Allah, que foi ditada a Mohammad pelo anjo Gabriel e que, portanto, constitui-se de um código de ética

.....  
<sup>5</sup> A apresentação destas serão somente a título de conhecimento. A autora aceita unicamente a inspiração Bíblica como realmente divina.

universal. Deste modo “todos os ditames e injunções no Alcorão são os mesmos que podem ser aplicados em todos os lugares e em todas as épocas<sup>6</sup>. Sendo assim, os costumes vividos e ensinados por Mohammad teriam a mesma exata aplicação hoje independentemente de qualquer cultura em qualquer lugar, com suas variadas peculiaridades.

Consequentemente, diferentes visões basilares a partir dos escritos sagrados que fundamentam as cosmovisões de ambas as religiões e, por conseguinte, valores e cultura, influenciarão nos arranjos sociais próprios a cada grupo refletindo, claramente, na escolha de modelo familiar.

## A Família: Fundamentos e Modelos Bíblico-cristãos

O conceito bíblico-cristão de família tem origem no relato da criação de Genesis. “Disse Deus: façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; [...] Deus criou, pois, o homem e a mulher à sua imagem, à imagem de Deus os criou [...]”. (Genesis 1:26,27). A sequência do relato leva o leitor a especificação da criação da mulher a partir de uma costela do homem, sendo reconhecida por ele como “osso dos meus ossos” (Gn. 2:21 a 23). Segundo afirma Nichol (2012, p. 210) “a mulher foi formada para ter uma unidade inseparável e um companheirismo por toda a vida com o homem, e o modo de sua criação deveria lançar o alicerce para a ordenança moral do matrimônio.” Desta forma, o casamento, foi instituído por Deus

.....  
<sup>6</sup> Trecho referente a introdução.

para ser uma fonte de alegria e companheirismo, e o fundamento da família e sociedade (ROCK, 2011).

Nos versículos adiante há a seguinte declaração: “por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” (Gn. 2:24). Segundo Gênesis 4:1, Adão coabitou com Eva e ela concebeu um filho, Caim, tornando-se os três, uma família. A Bíblia, portanto, apresenta alguns princípios que fundamentam os modelos familiares, entre os quais se destacam o princípio da unidade e permanência da endogamia e da monogamia e heterossexualidade.

O primeiro princípio, baseia-se especialmente na passagem de Genesis 2:24, em que o termo hebraico traduzido por unir-se significa também apegar-se, juntar-se, soldar-se (SCHOKEL, 1997, p. 146). Esta unidade envolve aspectos físicos, psicológicos e espirituais, e é tão intensa que qualquer tentativa de a romper prejudicará os indivíduos nela envolvidos. Desta forma, o casamento foi instituído para ser uma união vitalícia (ver Mt 19:6) .

O segundo princípio é o da endogamia, ou seja, semelhança entre os cônjuges. “Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto que sociedade pode haver entre a justiça e iniquidade [...] Ou que união, do crente com o incrédulo?” (II Cor 6:14,15). Ainda que esta ordem faça referência específica a não união do crente com o descrente, fatores como idade, educação, classe social e cultura também podem afetar o casamento e comumente serão considerados pela família cristã (ROCK, 2011).

O terceiro princípio a ser destacado diz respeito à monogamia e heterossexualidade. Segundo a Bíblia, a união matrimonial é

monogâmica, formada por duas pessoas de sexos diferentes, homem e mulher (Gn 2:24, ver Gn 16, 29:16-30:24). A Bíblia contém relatos históricos de famílias poligâmicas que, agindo segundo os costumes das nações, desprezavam as orientações divinas; todos estes porém, estão repletos de nuances dramáticas, disputas de poder e, por fim, tristeza, e não se igualam ao ideal proposto por Deus ao unir o primeiro casal no Éden (NICHOL, 2011). Em relação ao homossexualismo, embora existam movimentos periféricos dentro do cristianismo que defendam e apoiem este tipo de união, não há base bíblica para tal prática. Da mesma forma a Bíblia não faz ajustes para incluir relacionamentos homossexuais, estas práticas fora do círculo do casamento heterossexual estão proibidos (NICHOL, 2011, p. 817; Ver Lv 20:7-21, Rm 1:24-27 e 1 Co 6:9-11).

Por ser uma unidade formada por mais de uma pessoa, a família precisa funcionar de forma ordenada, onde seus membros tenham suas responsabilidades e papéis bem definidos e os cumpram para o bem-estar comum. Logo após o relato da queda, em Genesis 3, lemos o pronunciamento de Deus ao primeiro casal, estabelecendo ali a ligação do homem com a terra e o sustento, e da mulher com o homem e com os filhos (Gn 3:16-21). Aqui e em outras passagens (Ef 5) encontramos a ideia da submissão da mulher ao homem, principio bíblico que está diretamente relacionado ao amor e entrega do homem à mulher (ver Ef. 5:25).

Segundo Rock (2011), no modelo bíblico de família, o esposo e pai tem a responsabilidade de cabeça do lar e sacerdote da família (Cl. 3:18-21; I Pe. 3:18), devendo conduzir e prover as necessidades físicas e espirituais do lar. A mãe e esposa, por sua vez, assume a responsabilidade

pelo bem-estar dos membros da família (Pv.31), como geradora e educadora dos filhos (ver Gn 3:16, 1 Sm 1:21-28, Ex 2:1-10; Lc 2:40-52), além de ser uma companheira e parceira do esposo. Os filhos, segundo a Bíblia, são considerados herança do Senhor, estando associados diversas vezes com as bênçãos divinas (Sl 127). Os pais são responsáveis pelo cuidado, educação e provisão dos filhos, ao passo que estes devem respeitar, obedecer e honrar aqueles (Ef. 6:1, Ex. 20:12).

Dentro do modelo bíblico-cristão, a família constitui unidade social básica da humanidade formada por Deus para o bem-estar dos seres humanos e para a restauração da imagem de Deus neles. No círculo familiar pai, mãe e filhos podem expressar-se plenamente podendo completar as necessidades dos demais e vivenciar prerrogativas divinas como o amor e o cuidado mútuo.

208

## Fundamentos e Modelos Corânico-Islâmicos

Embora não haja no Alcorão um relato contínuo da criação do ser humano, esta crença se estabelece em alguns versículos espalhados por suas suratas<sup>7</sup>. ”Ó humanos, temei a vosso Senhor, que vos criou de um só ser, do qual criou a sua companheira e, de ambos fez descender inúmeros homens e mulheres” (4:1), e ainda “entre os Seus sinais está o de haver-vos criado companheiras da vossa mesma espécie, para que com elas convivais; e colocou amor e piedade entre vós” (30:21).

.....  
<sup>7</sup> Surata é o nome dado aos capítulos do Alcorão.

Segundo Al-Musauí (2006) Deus esclarece nestes versículos que criou o homem e a mulher e entre eles o amor e a piedade, como também criou o lar, que provê descanso, satisfação e o estabelecimento espiritual na vida matrimonial. O Alcorão e a tradição islâmica estabelecem que a formação de um núcleo familiar se dê através do casamento entre pessoas de sexos opostos, entre homem e mulher unicamente. Para o Islam, “o homossexualismo é considerado um desvio sexual [...] que contradiz as leis divinas e da natureza e é condenado brutalmente com as mais severas penas” (AL-KHAZRAJI, 2006, p. 121).

Por sua vez, embora pouco popular, o casamento, segundo o Alcorão pode ser estabelecido com mais de uma esposa, sendo aceito que um homem se case com até quatro mulheres (4:3). Contudo, segundo Ismail<sup>8</sup>, a poligamia não diz respeito a um direito do homem, mas sim a uma questão de resolução de um problema social e só pode ser aceita quando o homem assume a responsabilidade de sustentar de forma igual as mulheres e os filhos.

Ao compreender o casamento e a família como uma criação divina, o Islam se propõe a proteger esta instituição, através da legislação, pregando jurisprudências<sup>9</sup>, e obrigações morais, e a incentivar a sua formação entre seus adeptos (idem).

Neste sentido, segundo Al-Khazraji (2006, p. 108) “o erro na compreensão da compatibilidade é uma das causas das expectativas fúteis e das cerimônias formais errôneas”. O autor segue ressaltando que “a compatibilidade no Islam não é a igualdade na situação

<sup>8</sup> Disponível em <<http://bit.ly/2qbnN29>>. Acesso em: out/2014.

<sup>9</sup> Conjunto de tradições orais e escritas que adquiriram peso legal no Islam.

financeira, na posição social e nos demais aspectos materiais, ela é a afinidade religiosa e moral” (p. 109). Conforme indica Al-Musauí (2006, p. 81), “o Islam ordenou que um muçulmano seja suficiente para uma muçulmana”.

O Islam se propõe, através do casamento, prover um meio de controlar e direcionar de forma aparentemente estável os instintos sexuais naturais do ser humano. Levando-se em conta que estes instintos estão especialmente aflorados na idade juvenil, o casamento pode ser contraído por jovens, desde que ambos sejam *Balegh*<sup>10</sup>, ou seja, maiores de idade. Outra possibilidade considerada uma solução religiosa e temporária é o casamento provisório, que é a união entre um homem e uma mulher, previamente acertada, com tempo de duração determinado (AL-KHAZRAJI, 2006).

210

De acordo com a compreensão islâmica, a família e o casamento devem ser mantidos, pois “nada que foi construído no Islam é mais amado para Deus do que o casamento”<sup>11</sup> (AL-MUSAUI, 2006, p. 78), contudo, “o Islam permitiu o divórcio como solução de um problema familiar muito grande, igualmente o desaprovou, e aconselhou a não praticá-lo [...]” (AL-MUSAUI, 2006, p. 100).

Para que a vida familiar se mantenha em conformidade com os modelos propostos pelo Islam, a legislação e a ética islâmica organizaram o relacionamento entre a família a nível político, pregando para cada um deles direitos e obrigações rigidamente observados, em

.....  
<sup>10</sup> Idade cujo, quando atingida, o menino ou a menina, passam a ser compelidos a cumprir suas obrigações religiosas. Representam 15 anos lunares para homens e 9 anos lunares para mulheres

<sup>11</sup> Frase atribuída, segundo a tradição, ao profeta Mohammad.

geral sob penas e sanções pelo Estado (no caso de Estados confessionais). Entre eles, o esposo, tem o direito de ser obedecido, de ser o protetor, tanto da esposa, quanto dos filhos e dos bens do lar (4:34) e de ter boa convivência com a esposa. Os direitos da esposa envolvem ser mantida financeiramente pelo esposo e ter boa convivência com ele<sup>12</sup>. Os pais, por sua vez, têm o direito de receber dos filhos respeito e amor, além de serem sustentados por estes quando atingirem uma idade onde não mais o podem fazê-lo (17:23,24; 31:14). Por último, os filhos têm direito de serem sustentados e educados pelos pais, incluindo especialmente a educação espiritual (AL-MUSAUI, 2006).

De forma geral, o casamento, é tido em grande estima, e o manter-se solteiro é um comportamento fortemente reprovado (Idem, 2006), visto que o próprio Mohammad o qualificou como umas das mais grandiosas tradições da vida social islâmica, inclusive como uma forma de perpetuar a religião.

211

## Considerações Finais

Como apresentado, Cristianismo e Islamismo partilham aspectos semelhantes e diferentes em relação aos modelos familiares que deles emergem. Entre semelhanças, destacam-se a heterossexualidade e o casamento vitalício. Entre as diferenças, evidencia-se características da endogamia, a poligamia e o casamento temporário permitidos

<sup>12</sup> De forma geral os Estados sob lei islâmica proíbem o envolvimento da mulher em diversas atividades sociais, relegando-as, em alguns casos a companheiras vitalícias de seus esposos e donas de casa.

apenas pelo Islam. Dentro das duas religiões existem desdobramentos destes conceitos e muitas vezes o distanciamento dos princípios propostos. Percebe-se, contudo, dentro do Islam, especialmente em países de regime totalitário e alguns círculos de interpretação doutrinária, a prática do tolhimento de direitos civis e sociais da mulher, estando em visível contraste com o aparente ideal de igualdade e respeito. Nesta direção, cabe a reflexão a respeito da essência dos valores contidos nos livros que norteiam ambas as religiões, e suas ligações com questões políticas no estabelecimento de regras e normas.

Conclui-se, portanto, que as sociedades orientadas por tais religiões tenderão a estruturar-se sob núcleos familiares como apresentados acima. Estes fatores se desdobrarão nas relações sociais e culturais subsequentes indicando os benefícios e limitações dos modelos familiares adotados.

212

## Referências

AL-KHAZRAJI, S. T. H. **No caminho da verdade**. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2006.

AL-MUSAUI, S.H. **O sistema social no Islam**. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2006.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo da vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2013.

NICHOL, F. D. (org.) **Comentário bíblico adventista do sétimo dia**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

ROCK, C. B. Casamento e família. In: DEDEREN, R. **Tratado de teologia: adventista do sétimo dia**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

SCHOKEL, L. A. **Dicionário bíblico hebraico-português**. São Paulo: Pulus, 1997.

ZUCK, R. B. **A interpretação bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2005.



# Mudanças sociais: impacto sobre relacionamentos matrimoniais

Claiton Correia da Luz<sup>1</sup>  
Eliane Ester Stegmiller Paroschi<sup>2</sup>  
Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** As constantes mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas têm afetado os diversos sistemas de relacionamentos pessoais. Onde quer que o homem esteja o estilo de vida moderno de nossos dias tem o afetado. É nos ambientes mais íntimos do ser humano, casamento e família, que temos visto os maiores

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduando em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: claiton.luz.ff@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Andrews University. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: eliane.paroschi@ucb.org.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

reflexos dessas transformações. Este trabalho apresenta uma discussão teórica que pretende considerar o impacto dessas mudanças, sua influência negativa sobre os relacionamentos matrimoniais e uma possível relação com o alto índice de divórcios. Será discorrido sobre o individualismo com a sua auto-promoção; a suavização do preconceito relacionado a mulher sem marido; e o impacto poderoso da emancipação feminina e sua relação com a livre expressão sexual.

**Palavras-chave:** Mudanças sociais; Influência; Casamento; Divórcio.

216

**Abstract:** The constant social changes in recent decades have affected the various personal relationships systems. Wherever man is the modern lifestyle of today is affected. It is the most intimate environments of human beings, marriage and family, we have seen the greatest impacts of these changes. This paper presents a theoretical discussion that you want to consider the impact of these changes, their negative influence on marital relationships and a possible relationship with the high divorce rate. It will be spoken about individualism with its self-promotion; smoothing the related prejudice the woman without a husband; and the powerful impact of women's emancipation and its relation to free sexual expression.

**Keywords:** Social change; Influence; Marriage; Divorce.

## Introdução

A sociedade ao longo do seu percurso tem passado por inúmeras transformações. Aceleradas mudanças culturais e sociais vão ocorrendo e valores tradicionais existentes vão se moldando de acordo com o surgimento da modernidade. Neste palco de modificações está a instituição familiar que tem sido alvo das concomitantes mutações decorrentes dos tempos modernos (COUTINHO; MENANDRO, 2010).

O casamento tradicional segundo Féres-Carneiro (1998) é muito mais que satisfazer o amor de duas pessoas, tem o objetivo de unir duas famílias, permitindo assim a sua continuidade, transmitindo geração após geração os seus valores e princípios. Na contemporaneidade, o estilo de vida matrimonial apresenta características contrastantes com os ideais presentes nos relacionamentos matrimoniais clássicos, são peculiaridades que muitas vezes se mostram contraditórias e confrontadoras (PERLIN; DINIZ, 2005), e o ideal de família e casamento prezado na sociedade em meados do século XX, ensinado nas igrejas e escolas parece ser utópico em relação à atualidade.

Mesmo com as constantes mudanças da sociedade, Jabloski (1994) afirma que as pessoas ainda desejam se casar e constituir famílias tipo tradicional, fundamentadas na relação heterossexual, monogâmica, estável e permanente, com pai, mãe e filhos, no entanto, de acordo com o autor, essa realidade tem se tornado cada vez mais difícil; as mudanças tem transformado a instituição familiar em algo efêmero e momentâneo, um insolúvel quebra cabeças, antes felizes para sempre, agora que seja eterno enquanto dure. Essa avalanche de

transformações tem trazido para o casamento insatisfação e instabilidade e o resultado é perceptível no “crescente e atual número de separações” conjugais (JABLOSKI, 2010, p.263).

O número de divórcios tem crescido anualmente. De acordo com pesquisas os índices são bastante elevados tanto no Brasil como em outros países. Nos Estados Unidos os números chegam a 60% e na Inglaterra alcança 40%, algo realmente preocupante (SARDINHA et al., 2009). No Brasil, de acordo com Romaro e Oliveira (2008, p.783), no ano de 2000 foi constatado a ocorrência de “um divórcio a cada três casamentos realizados, e Jablonski (2010, p. 263) apresentando dados mais recentes mostra que “entre os anos de 1997 e 2007 o aumento de divórcios foi de 200%”.

218

Considerando os dados mencionados, na sociedade contemporânea permanecer casado é um desafio, não porque o casamento não seja mais importante, mas sim porque os indivíduos estão cada vez mais exigentes. Coutinho e Menandro (2010, p. 97) afirmaram que os futuros cônjuges acabam criando “expectativas conjugais difíceis de ser alcançadas”, gerando naturalmente insatisfação, possível divórcio e posteriormente recasamento. Segundo Jablonski (1994) isso é reflexo das constantes mudanças pelas quais a sociedade tem passado que acabam resultando em desafios e obstáculos enfrentados pelo casamento e família.

Afirmar que as transformações sociais são de um todo negativas não é coerente, pois algumas delas, quando sabiamente trabalhadas podem trazer benefícios aos vários tipos de relacionamentos, inclusive à união conjugal e a família, no entanto, este aspecto não é o foco deste material. Partindo de uma consideração unilateral, visualizando

uma das faces dessas alterações sociais e com base nas informações acima mencionadas. O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas dessas mudanças (o individualismo com a sua auto-promoção; a suavização do preconceito relacionado a mulher sem marido; o impacto da emancipação feminina e sua relação com a livre expressão sexual) e as possíveis influências sobre o matrimônio bem como sua relação com o alto índice de divórcios.

## Desenvolvimento

A busca pela felicidade é uma constante na vida dos cônjuges, contudo, fazer a distinção entre um casamento feliz e um infeliz não é tarefa fácil. De acordo com Perlin e Diniz (2005) nas pesquisas sobre relacionamentos essa distinção representa um problema antigo e polêmico, no entanto, importante para estudo, pois felicidade e infelicidade estão intimamente ligadas à satisfação conjugal. No matrimônio, estar satisfeito com o relacionamento e com o cônjuge é algo fundamental, todavia desafiador, pois o laço matrimonial envolve dois seres complexos com heranças de suas vivências anteriores e que agora terão de ser ajustadas e muitas vezes modificadas no estabelecimento da nova vida.

Na vida conjugal a satisfação é algo mutuamente esperado, e para que isso seja possível, inúmeros fatores precisam ser interconectados, todavia, numa sociedade marcada pelo individualismo essa interconexão irá demandar certo trabalho (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

De acordo com Jablonski (1994, p.67) o “individualismo faz com que as pessoas fiquem menos subordinadas à autoridade das instituições mais tradicionais de controle social: comunidade, igreja e a própria família”. O viver individual se contrasta a essas instituições, e até mesmo se contrapõe ao espírito do familismo, das obrigações do casamento, das renúncias de objetivos pessoais em função da família, de filhos e parentes. No individualismo o que conta é a satisfação da realização individual (JABLONSKI, 1994).

Conforme citado por Coutinho e Menandro (2010), os casamentos que nos dias de nossos pais e avós eram para toda a vida, na atualidade se mostram frágeis e breves, passíveis de finitude e recomeço a qualquer momento.

Essa brevidade pode estar relacionada aos ideais de relação conjugal que na contemporaneidade, segundo Féres-Carneiro (1998, p. 384) “ênfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles”. Zordan et al. (2012, p. 186) afirmam:

Os interesses pessoais tendem a ser mais valorizados que os conjugais na relação, isso é, observam-se relacionamentos marcados por demandas individuais, constatando-se uma tendência à sobreposição dos interesses individuais sobre os conjugais, havendo menos espaço e disponibilidade para compartilhar, dividir e socializar.

A preservação e supervalorização do individualismo refletem seus efeitos negativos na relação conjugal, pois manter um casamento na atualidade é viável enquanto o mesmo for prazeroso e útil para

ambos de forma individual. Nessa sociedade em que o eu se sobrepõe como valor e referência, a família será importante na medida em que ajuda cada integrante na constituição de sua autonomia e individualidade. Esta característica da família moderna segundo Féres-Carneiro (1998, p. 385) evidencia a seguinte contradição: “ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles são negados”.

As mudanças sociais mais marcantes que vão aparecendo pouco a pouco como o próprio individualismo, começaram apenas em esboços e foram tomando cada vez mais espaço. Como mencionado por Coutinho e Menandro “em meados do século XX, o casamento permanecia como objetivo primeiro das mulheres [...] O temor das moças era não se casar, pois não teriam cumprido o destino feminino e sofreriam com esse estigma” (COUTINHO; MENANDRO, 2010, p. 90). O casamento, por exemplo, que hoje faz parte dos projetos das mulheres, antes, representava o destino inevitável de toda moça de família, do qual as mulheres não poderiam escapar. A verdade é que nem toda mulher se subordinava a tal sina do casamento que era visto como a realização feminina tendo o poder de orientar comportamentos, definindo o que era apropriado ou não para as mulheres.

221

Uma mulher com mais de 20 anos de idade sem a perspectiva de um casamento corria o risco de ser vista como encalhada, candidata a ficar para titia. Aos 25 anos, considerada solteirona, já era fonte de constrangimento (BASSANEZI apud COUTINHO; MENANDRO, 2010, p. 90).

Havia um forte preconceito para com a mulher que não se casasse como também para aquelas que se separavam, “a realização da mulher

dependia do casamento, que deveria ser mantido a qualquer custo” (CONTINHO; MENANDRO, 2010, p. 93). Questões do dia-a-dia eram tidas como de pouca importância e uma esposa sábia e consciente não incomodaria o marido com qualquer coisa, também não deveriam queixar-se, falar de suas insatisfações ou cobrar atenção, a paz e tranquilidade do lar deveriam ser mantidas, pois do contrário o marido poderia ser estimulado a buscar tais coisas fora de casa. Os preconceitos sofridos pelas mulheres solteiras ou separadas aos poucos foram se dissipando, principalmente com o advento da emancipação e autonomia feminina, estas geraram e continuam gerando fortes pressões e modificações no relacionamento conjugal. De acordo com Jablonski (2010, p. 265):

222

O movimento de emancipação feminina veio transformar profundamente as relações de gênero, aliado à entrada maciça da mulher de todas as classes sociais no mercado de trabalho e de suas consequências — casamentos mais tardios, diminuição no número de filhos, maior independência por parte das mulheres e aumento de conflitos gerados pela busca da igualdade de direitos.

Os ideais do amor romântico presentes nos relacionamentos conjugais clássicos foram divididos e modificados devido a essas transformações sociais. Categorias antes existentes como “para sempre e único” não prevalecem na atualidade (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 384).

Casamentos idealizados como mil maravilhas, sem receios e inseguranças já não se mostram tão visíveis na realidade presente, e ainda que casar e constituir família faça parte dos ideais femininos não significa ser

o primeiro e principal, pois, a realização profissional e o sucesso pessoal ocupam lugar de destaque entre os objetivos femininos, e assim, projetos anteriormente tão priorizados como casar e ser mãe acabam sendo postergados ou ignorados por muitas mulheres (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

O movimento de emancipação feminina transformara de maneira significativa as diversas relações entre o sexo feminino e masculino marcando de forma mais acentuada os relacionamentos conjugais. Situações antes existentes como: tolerar traições do esposo, assumir posição de submissão, manter o casamento a qualquer custo etc., já não tem mais força entre as novas gerações, o ideal de liberdade de escolha e a busca pelo respeito mútuo é o que predomina nos relacionamentos (COUTINHO; MENANDRO, 2010).

Paralelo a emancipação feminina surge outra alteração social a qual também tem marcado os relacionamentos conjugais, a questão da livre expressão e permissividade sexual. Jabloski (1994) afirma que essa mudança tem levado a uma demanda ainda maior da igualdade entre homens e mulheres e uma diminuição gradativa da chamada “dupla moral”. A dupla moral é um “conjunto de atitudes e preceitos que confere ao homem amplas liberdades, e à mulher, muito pouco desta mesma liberdade. A mulher não quer mais ser a subserviente passiva e assexuada, mas também não é ainda a mulher livre” (JABLONSKI, 1994, p. 69-70).

Outro fator que tem contribuído de forma significativa para a divulgação da livre expressão e permissividade sexual, segundo o autor, é a mídia e as artes. Muitas das coisas que nos cercam diariamente como: propagandas, programas populares em canal aberto, filmes, novelas etc., estão envolvidos por um apelo sexual forte e desmedido.

“A impressão que fica é a de que há sempre uma maravilhosa festa ao lado, para a qual não fomos convidados” (JABLONSKI, 1994, p. 69). A sensualidade e a erotização, de forma geral têm feito parte do cotidiano de nossas vidas, divulgam e oferecem uma imagem de verdadeira folia e ausência de compromissos. Essas mudanças sociais apresentadas e muitas outras que surgem ou que são reforçadas pela modernidade presente estão diante de todos nós, dia após dia.

## Considerações finais

224

A constituição de uma sociedade é o resultado da união dos diversos tipos de relacionamentos, dos quais matrimônio e família estão em sua base. Muitas das mudanças ocorridas no ambiente social têm se apresentado como desafios para a satisfação, a felicidade e a sadia constituição dessas duas instituições. Estes dois tipos de relacionamentos (matrimônio e família) estão no centro das constantes mudanças e não há como viverem alienados dessas variações. Mesmo com tantos desafios, com o aumento evidente da insatisfação conjugal e o alto nível de divórcios ocorridos nos últimos anos, o unir-se em matrimônio e constituir uma família ainda é o grande desejo da maioria das pessoas (JABLOSKI, 1994; COUTINHO; MENANDRO, 2010). Isso pode ser devido ao fato de o casamento ser o laço mais forte existente entre duas pessoas e ser algo extremamente importante para o crescimento e desenvolvimento do ser e da sociedade.

O matrimônio desde o princípio sempre foi desafiador - o individualismo e o super empenho para a satisfação pessoal, os reflexos resultantes

do movimento de emancipação feminina, a suavização do preconceito relacionado a mulher sem marido e a livre permissividade em busca de satisfação sexual - são somente alguns dos vários problemas que precisam ser contornados. Os obstáculos a serem superados já começam antes mesmo da união matrimonial acontecer, pois mudanças não acontecem somente na sociedade, mas, ocorrem primariamente nas próprias pessoas.

O casamento é um constante ajuste, são duas pessoas, dois estilos de vida, dois grupos familiares, conjuntos de hábitos que muitas vezes são completamente diferentes. Portanto o grande desafio dos relacionamentos conjugais de nossos dias não é encarar as mudanças como algo sempre negativo e confrontador, pois essas variações, em muitos casos são necessárias e fundamentais para o desenvolvimento do ser e dos relacionamentos. O que deve ser buscado é sabedoria para os constantes e necessários ajustes, de modo que se vivam em meio às diferenças não as deixando deturpar ou tirar a originalidade do matrimônio, ajustes que bem trabalhado ao fim somarão para um bom casamento.

225

## Referências

COUTINHO, S. M. S; MENANDRO, P. R. M. Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: Que seja eterno enquanto dure. **Psicologia Clínica**, v. 22, n. 2, Rio de Janeiro, 2010.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia Reflexão Crítica**, v. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. PUC-RJ, **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 3, 2003.

JABLONSKI, B. Até que a vida nos separe: o enfoque psicossocial. **Temas em Psicologia**, v. 2, n.2, Ribeirão Preto, ago. 1994.

\_\_\_\_\_. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, 2010.

PERLIN, G; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005.

226

ROMARO, R. A; OLIVEIRA, P. E. C. L. Identificação das Queixas de Adultos Separados Atendidos em uma Clínica-escola de Psicologia. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 4, 2008.

SARDINHA, A.; FALCONE, E. M. O; FERREIRA, M. C. As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, jul./set. 2009.

ZORDAN, E. P.; WAGNER, A.; MOSMANN, C. O perfil de casais que vivenciam divórcios consensuais e litigiosos: uma análise das demandas judiciais. **Psicologia USE**, Bragança Paulista, v. 17, n. 2, maio-ago. 2012.

# O papel da nutrição e do exercício no tratamento da depressão

Karen Camila de Oliveira Pereira<sup>1</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A depressão é um dos maiores problemas de saúde pública do mundo, devido à sua alta morbidade e mortalidade. O tratamento, contudo, não deve se restringir a psicoterapia e aos psicotrópicos. Diante dos vários métodos antidepressivos, muitos aplicados em associação com a terapia psicológica e psicotrópica,

.....

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: karen.nutricionista@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

como o exercício físico e suplementação de ômega-3, esse estudo tem como objetivo revisar na literatura os efeitos do consumo e suplementação de ômega-3 e da prática de exercícios físicos na prevenção e tratamento da depressão. O exercício físico regular deve ser recomendado para todos os pacientes, cada um segundo a sua capacidade e a alimentação deve receber atenção especial para as fontes alimentares ou suplementares de ômega-3, visto que alterações fisiológicas e bioquímicas envolvidas na liberação de neurotransmissores e ativação de receptores específicos, auxiliam a redução dos escores indicativos de depressão. Conclui-se que a associação entre exercício físico e a suplementação de ômega-3 certamente promoverá efeitos terapêuticos significativamente positivos, associados ou não a psicoterapia e a farmacoterapia.

228

**Palavras-chave:** Depressão; Ômega-3; Exercício Físico.

**Abstract:** Depression is one of the greatest public health problems in the world because of its high morbidity and mortality. Nevertheless, the treatment for depression should not be restricted to psychotherapy and psychotropics. The objective of this study is to review literature studying the effect of omega-3 supplementation and the practice of physical exercise in the prevention and treatment of depression. Regular physical exercise needs to be recommended to all patients according to their ability. With respect to nutrition, special attention must be given to dietary sources or supplements of omega-3; the release of neurotransmitters and the activation of specific

receptors involve physiological and biochemical alteration that assists in the reduction of scores indicative of depression. The literature indicates that physical exercise and omega-3 supplementation offers significant therapeutic benefits, whether or not delivered in association with psychotherapy and pharmacotherapy.

**Keywords:** Depression; Omega-3, Physical exercise.

## Introdução

A depressão é um dos maiores problemas de saúde pública do mundo, devido à sua alta morbidade e mortalidade. Uma doença caracterizada por uma combinação de sintomas que interferem nas habilidades de estudar, dormir, comer e desfrutar de atividades prazerosas. Sua incidência tem aumentado nos últimos anos, tornando-se uma das principais causas de incapacidade e morte prematura. Os prejuízos trazidos pela doença têm extrapolado os aspectos emocionais e afetado a saúde social e física dos indivíduos depressivos e de suas famílias (DAVISON et al., 2012).

O tratamento, contudo, não deve se restringir a psicoterapia e aos psicotrópicos, visto que muitos dos pacientes depressivos não apresentam resposta aos fármacos. Uma alimentação adequada associada a prática de exercício físico, não apenas tratam comorbidades decorrentes ou não da depressão, como obesidade e síndrome metabólica, como também atuam na reabilitação do paciente depressivo.

Segundo Dog Low (2010), são muitos os nutrientes que auxiliam na prevenção e no tratamento da depressão: vitaminas do complexo B, ferro, zinco, magnésio, cromo, vitamina D e o ômega 3.

Já a prática regular de exercício físico, por sua vez, é benéfica para a preservação da função cognitiva, na melhoria de sintomas depressivos e comportamento, bem como no controle pessoal e auto eficácia, além de promover um efeito tranquilizante e analgésico. O exercício apresenta-se como uma ótima possibilidade de tratamento não farmacológico, visto que se trata de uma alternativa acessível e de baixo custo financeiro (MORAES, 2007).

Diante dos vários métodos antidepressivos, muitos aplicados em associação com a terapia psicológica e psicotrópica, e como o exercício físico e suplementação de ômega-3 (GUERRA et al., 2008), esse estudo tem como objetivo revisar na literatura os efeitos do consumo e suplementação de ômega-3 e da prática de exercícios físicos na prevenção e tratamento da depressão.

230

## Desenvolvimento

Vários são os fatores de contribuem para uma boa qualidade de vida e longevidade. No entanto, a alimentação saudável e a prática de atividade física são de suma importância. Esse estilo de vida também tem sido recomendado para a prevenção e tratamento de diversas patologias, dentre elas a depressão.

Os benefícios da dieta saudável e do exercício físico transcendem a regulações neuroquímicas procedentes das liberações hormonais do exercício físico e a ação dos micronutrientes na nutrição cerebral. Eles promovem saúde para todos os sistemas do organismo humano, associados ou não as terapias medicamentosas e psicoterapêuticas. As morbidades associadas a depressão também são tratadas, especialmente a obesidade e a síndrome metabólica tão comumente instaladas em pacientes deprimidos (SETHI, 2014).

O exercício físico é conhecido por fazer as pessoas se sentirem bem. Mecanismos cognitivos propostos para a ação antidepressiva dos exercícios incluem desvio de pensamentos negativos, contato social, e os sentimentos de controle sobre a própria saúde (NAHAS; SHEIKH, 2011). A atividade física e o exercício físico podem ser considerados eficazes no tratamento da depressão. Contribuem também para melhora no condicionamento físico, diminuição da perda de massa óssea e muscular, aumento da força, coordenação e equilíbrio, redução da incapacidade funcional, da intensidade dos pensamentos negativos e das doenças físicas, e promoção da melhoria do bem-estar e do humor.

O exercício físico reduz o cortisol, aumenta a ação dos neurotransmissores, e até promove o crescimento do hipocampo, um fenômeno também observado após uso prolongado de antidepressivo. Em estudos controlados, a eficácia do exercício foi equivalente a terapia cognitivo-comportamental e a antidepressivos, porém seus efeitos a longo prazo podem superar essas terapias convencionais (NAHAS; SHEIKH, 2011).

Os exercícios físicos utilizados nas intervenções seguem protocolos diversos. A maioria usa exercícios aeróbios, como hidroginástica,

caminhada, corrida leve e bicicleta. A sessão de exercícios precisa incluir aquecimento, parte principal e “volta à calma”, também chamado de desaquecimento. Por volta de 4 meses de atividade física frequente (3 vezes por semana com duração de no mínimo 30 minutos) é possível identificar adaptações orgânicas e principalmente diminuição no nível de depressão (ANDRADE, 2011).

232 Analisando a depressão e o nível de atividade física em idosos Moraes et al. (2007), fizeram relações entre causa e efeito e perceberam duas vertentes. Aqueles que reduziram as atividades físicas praticadas após oito anos apresentaram aumento nos sintomas de depressão, enquanto que os indivíduos que aumentaram ou mantiveram a intensidade das atividades físicas não apresentaram esse efeito. Por outro lado, pessoas com depressão tem maior tendência ao sedentarismo. Independentemente da ordem cronológica entre sedentarismo e depressão, rotinas de exercício que incluíram alongamento, equilíbrio, caminhada, força e coordenação mostraram ser eficientes na redução dos níveis de depressão.

O uso do exercício físico no tratamento da depressão tem justificativas psicológicas e fisiológicas. Fisiologicamente, foi visto que quanto maior o tempo gasto em exercício menores os níveis de depressão, melhor recuperação e efeito do medicamento, e menor o risco de recaídas. “Acontecem alterações fisiológicas e bioquímicas envolvidas na liberação de neurotransmissores e ativação de receptores específicos, auxiliando a redução dos escores indicativos de depressão” (ANDRADE, 2011).

Kohut et al. (2005) relacionaram a diminuição da depressão, após 10 meses de exercício físico, com alterações no sistema imunológico,

devido a liberação dos hormônios epinefrina, norepinefrina, somatotrofina, â-endorfina e cortisol, que atingem receptores específicos situados nos linfócitos e macrófagos, promovendo um aumento na concentração dessas células.

Outro efeito antidepressivo do exercício é o efeito psicológico, que se deve provavelmente a interação social e ao aumento da autoconfiança promovida pelo exercício. Comparando o efeito do exercício e da psicoterapia, Lai et al. (2006) perceberam que em apenas 3 meses houve redução nos níveis de depressão dos que apenas fizeram exercícios, o que não foi encontrado naqueles que apenas fizeram psicoterapia.

Segundo a neurobiologia e neuropsicologia da depressão,

são verificadas alterações no fluxo sanguíneo e no metabolismo do córtex pré-frontal (área relacionada com atenção, psicomotricidade, capacidade executiva e tomada de decisão); hiperatividade da região subgenual pré-frontal cortical (que gera pensamentos tristes); e aumento do metabolismo de glicose em várias regiões límbicas, com ênfase na amígdala (aprendizado emocional). Além disso, alterações na regulação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (hipersecreção de cortisol) estão relacionadas com o transtorno depressivo (ROZENTHAL; ENGELHARDT, 2004, p. 16).

As alterações neurocognitivas podem explicar a redução na memorização pela hipercortisolemia, redução na neurogênese e no fator neurotrófico derivado do cérebro (FDNC). O exercício físico contribui para o desenvolvimento da neurogênese no hipocampo através da potencialização de longa duração e do FDNC; aumenta a liberação de

monoaminas, como serotonina (devido a maior circulação de triptofano), dopamina (devido ao aumento nos níveis cerebrais de cálcio) e noradrenalina. O exercício tem efeito antidepressivo similar aos fármacos comumente utilizados (SUTOO; AKIYAMA, 2003).

Diferentes modalidades de exercício foram utilizadas em alguns estudos para comparar a eficácia dos resultados. Motl *et al.* (2005), compararam exercícios de resistência e flexibilidade com aeróbios, realizados com a mesma duração e frequência e, embora ambos tenham reduzido os sintomas depressivos, os exercícios aeróbios promoveram maiores resultados.

Atividades como caminhada e corrida são os tratamentos mais utilizados para níveis graves de depressão. A fim de obter redução efetiva dos sintomas, é necessária a prescrição de exercícios com duração mínima de 30 minutos e intensidade de 50 a 60% do  $VO_2$  máx, visto que as atividades longas e de baixa intensidade interrompem os pensamentos depressivos com maior eficiência. A Organização Mundial de Saúde recomenda para indivíduos que apresentam quadro depressivo a participação em atividades físicas leves e moderadas como mecanismo para retardar os declínios funcionais (OMS, 2008 apud ANGELO, 2012).

Quanto à intensidade dos exercícios, Singh *et al.* (apud ANDRADE, 2011) em seu estudo, tiveram um grupo que realizou exercícios de musculação com 80% da carga máxima, e outro com 20% da carga máxima. No primeiro grupo 61% dos participantes reduziram em 50% os escores para depressão, e no segundo 29% reduziram a depressão em 50%. Ou seja, percebe-se que exercícios com maiores intensidades tem maior efeito sobre a diminuição da depressão.

Assim como as práticas desportivas, a alimentação saudável se constitui um importante remédio para o tratamento da depressão. Vários estudos examinaram as relações entre os diferentes nutrientes e depressão. O baixo consumo de ácidos graxos ômega-3, afeta muitos os sistemas neurobiológicos implicados na patogênese do transtorno depressivo (LEVANT, 2013).

O ômega-3 tem um papel fundamental no tratamento da depressão visto que esses lipídios, que compõem cerca de 60% da massa sólida do cérebro, juntamente com o ômega-6, são essenciais para a estrutura e função cerebral normal (GUERRA, 2008). Tanto o ácido eicosapentenoico (EPA) quanto o ácido docosahexaenóico (DHA) tem importância no tratamento de desordens psicológicas e psiquiátricas, especialmente na depressão; podendo ser usados separadamente ou de forma combinada (MISCHOULON, 2009).

Quanto maior o consumo de alimentos fonte desse ácido graxo (mais de uma vez por semana), menor a incidência da depressão. A suplementação de 2g/dia de ômega-3 (DHA) associada ao tratamento farmacológico é capaz de diminuir os sintomas depressivos em quatro semanas (GUERRA, 2008).

O tratamento da depressão maior com o DHA e EPA é promissor, visto que são componentes importantes dos neurônios, influenciam na fluidez dos fosfolipídios as membranas, nas respostas dos receptores e canais iônicos celulares, na regulação neuro endócrina e na inflamação (NAHAS; SHEIKH, 2011). Os mecanismos propostos para a melhoria da depressão incluem um efeito sobre os receptores e enzimas envolvidas na regulação da sinalização de neurotransmissores

ligados à membrana, bem como a regulação do influxo de íons cálcio através dos canais de cálcio (MISCHOULON, 2009).

Hamazaki et al. (2005) descobriu que a administração de EPA e DHA combinados para indivíduos saudáveis resultou em diminuição dos níveis de norepinefrina plasmática em comparação com placebo, e os autores propuseram que o ômega-3 pode exercer seu efeito pela interação com as catecolaminas (norepinefrina, epinefrina e dopamina).

Segundo Duman (2004), a diminuição da atividade de neurotransmissores como a serotonina e noradrenalina têm a suposta capacidade de contribuir para a fisiopatologia da depressão. A dopamina desempenha um papel menor; mudanças importantes também foram observadas no sistema serotoninérgico na depressão, incluindo a baixa concentração encefálica de serotonina em depressivos que cometeram suicídio.

Da mesma forma, a diminuição da função dopaminérgica na depressão foi indicada por uma diminuição das concentrações de dopamina metabólica, no fluido cérebrospinal de depressivos que cometeram suicídio (LEVANT, 2011).

Os ácidos graxos ômega-3 podem também inibir a secreção de citocinas inflamatórias, levando a diminuição da liberação de corticosteróides da glândula adrenal e amortecendo os efeitos de alteração do humor associados ao cortisol. Por exemplo, o EPA inibe a síntese de prostaglandina E2, atenuando, assim, a síntese de p-glicoproteína (que está envolvida na resistência a antidepressivo). A este respeito, a EPA se assemelha a amitriptilina, que também inibe a

p-glicoproteína e é geralmente considerado como útil para a depressão resistente (MISCHOULON, 2009).

Peet e Horrobin (apud MISCHOULON, 2009) demonstrou a eficácia do ômega-3 no tratamento da depressão não responsiva a antidepressivo padrão. Com apenas 1g/dia de EPA por 12 semanas houve melhora do humor, ansiedade, insônia, libido e tentativa de suicídio. A 2 g/dia o grupo mostrou diferença pouco significativa em relação ao grupo controle e, a 4 g/dia grupo mostrou uma tendência não significativa para a melhoria. Estes resultados sugerem que pode haver uma dose ótima de ômega-3 que os seres humanos necessitam para um benefício máximo, e é possível que uma super correção na proporção entre ômega-6 e ômega-3 com elevadas doses de omega-3 podem limitar o efeito antidepressivo do EPA.

Cerca de 20 estudos controlados e alguns estudos abertos com EPA e/ou DHA sugerem que a suplementação com ácidos graxos ômega-3 em doses cerca de cinco ou mais vezes maior que a recomendação dietética pode produzir efeitos antidepressivos, estabilização do humor, ou os dois efeitos combinados (MISCHOULON, 2009). A princípio, apenas indivíduos com déficit desses ácidos graxos se beneficiariam da suplementação, contudo a depressão é multifatorial e esse tipo de desnutrição seria apenas uma das causas do desenvolvimento ou manutenção/agravamento do transtorno.

Estudos relacionam a melhora dos sintomas depressivos apenas em estados mais graves e ainda não há relação dose-resposta. O aumento da dose, acima de 1g/dia não promove efeitos responsivos proporcionas. A suplementação varia entre 0,5 a 9,6g/dia por

períodos que oscilam entre 4 e 28 semanas. O que está bem claro na literatura é que tais nutrientes são essenciais para o bom funcionamento neurocerebral e que seu consumo regular diminui a incidência da depressão e colabora e forma importante no tratamento (NAHAS; SHEIKH, 2011).

Os suplementos de ômega-3 têm-se demonstrados bem seguros. Os efeitos colaterais (distúrbio gastrointestinal e sabor de peixe) tendem a ocorrer com doses mais elevadas (acima de 5 g/dia) e com preparações menos puras. Nas doses mais típicos de 1 g/dia com o nutriente altamente purificado, estes efeitos adversos são menos comuns (MISCHOULON, 2009).

## Considerações finais

O exercício físico regular deve ser recomendado para todos os pacientes, cada um segundo a sua capacidade. A caminhada tem efeito mais pronunciado na interrupção dos pensamentos depressivos, mas é o exercitar-se por longo período ou em grande intensidade que promove alterações neuroquímicas e conseqüente efeito antidepressivo. A alimentação precisa também tem atenção especial no tratamento do paciente depressivo, com alimentos fontes de ômega-3 e suplementação adjuvante ao tratamento farmacológico por período determinado. Não haveria necessidade do uso profilático da suplementação após o término do tratamento, mas manutenção com os alimentos fontes desse ácido graxo.

A associação entre exercício físico e a suplementação de ômega-3 certamente promoverá efeitos terapêuticos significativamente positivos, associados ou não a psicoterapia e a farmacoterapia.

## Referências

ANGELO, F. D. A. Benefícios do exercício físico em idosos depressivos. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 6, n. 35, p. 422-427. Set/Out. 2012.

ANDRADE, T. R. **O exercício físico no tratamento da depressão: uma revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

239

DAVISON, K. M.; CAIRNS, J.; SELLY, C.; Ng, E.; CHANDRASEKERA, U.; SENGMUELLER, E.; JQUES, M.; PALMER, J. **Dietitians of Canada: the role of nutrition in mental health promotion and prevention (1)**. Toronto: Dietitians of Canada, 2012.

DUMAN, R. S. The neurochemistry of mood disorders: preclinical studies. In: CHARNEY, D. S.; NESTLER, E. J. **Neurobiology of Mental Illness**. New York: Oxford University Press; 2004.

DOG LOW, T. The role of nutrition in mental health. **Alternative Therapies in Health and Medicine**, Aliso Viejo, v. 16, n. 2, p. 42-46, Mar 2010.

GUERRA, A. P.; SANTIAGO, J. D.; SCUDELER, N. B.; NAVARRO F. Efeitos do consumo ou suplementação de ômega-3 e do exercício físico na prevenção e tratamento da depressão. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo v. 2, n. 9, p. 145-153, Maio/Junho, 2008.

HAMAZAKI, K.; ITOMURA, M.; HUAN, M.; HUAN, M.; NISHIZAWA, H.; SAWAZAKI, S.; TANOUCHI, M.; WATANABE, S.; HAMAZAKI, T.; TERASAWA, K.; YAZAWA, K. Effect of omega-3 fatty acid-containing phospholipids on blood catecholamine concentrations in healthy volunteers: a randomized, placebo-controlled, doubleblind trial. **Nutrition**, v. 21, n. 6, p. 705–710, June, 2005.

KOHUT, M. L.; LEE, W.; MARTIN, A.; ARNSTON, B.; RUSSELL, D. W.; EKKEKAKIS, P.; YOON, K. J.; BISHOP, A.; CUNNICK, J.E. The exercise-induced enhancement of influenza immunity is mediated in part by improvements in psychosocial factors in older adults. **Brain Behav Immun**, v. 19, n. 4, p. 357-366, 2005.

LAI, S. M.; STUDENSKI, S.; RICHARDS, L.; PERERA, S.; REKER, D.; RIGLER, S.; DUNCAN, P. W. Therapeutic exercise and depressive symptoms after stroke. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 54, n. 2, p. 240-7, 2006.

LEVANT, B. N-3 (Omega-3) polyunsaturated fatty acids in the pathophysiology and treatment of depression: pre-clinical evidence. **CNS Neurologic Disorders Drug Targets**, v. 12, n. 4, p. 450-459, June, 2013.

MISCHOULON, D. Update and critique of natural remedies as antidepressant treatments. **Obstet Gynecol Clin North American**. v. 36, n. 4, p. 789-807, December, 2009.

MOTL, R. W.; KONOPACK, J. F.; MCAULEY, E.; ELAVSKY, S.; JEROME, G. J.; MARQUEZ, D. X. Depressive symptoms among older adults: long-term reduction after physical activity intervention. **Journal of Behavioral Medicine**, v. 28, n. 4, p. 385-394, 2005.

MORAES, H.; DESLANDES, A.; FERREIRA, C.; POMPEU, F. A. M. S.; RIBEIRO, P.; LAKS, J. O exercício físico no tratamento da depressão em idosos: revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v. 29, n. 1, p. 70-79, 2007.

NAHAS, R.; SHEIKH, O. Complementary and alternative medicine for the treatment of major depressive disorder. *Canadian Family Physician*. **Le Médecin de famille canadien**, v. 57, 2011.

ROZENTHAL, M.; LAKS, J.; ENGELHARDT, E. Aspectos neuropsicológicos da depressão. **Revista de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 2, p. 204-212, 2004.

241

SETHI, E. **Healthy diet and physical exercise as adjunctive or alternatives to medications**: A grant proposal. (Order No. 1528045) - California State University, Long Beach: Ann Arbor, 2014.

SUTOO, D.; AKIYAMA, K. Regulation of brain function by exercise. **Neurobiology of Disease**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2003.



# O aconselhamento para adolescentes portadores de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade

Elizete Ferreira<sup>1</sup>

Valter Roberto Oliveira<sup>2</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo ocupa-se do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e a relação do adolescente com a psicodinâmica educacional e familiar ao longo do ciclo vital do desenvolvimento humano, sob a perspectiva teórica de Teoria Social

.....  
<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: elizete2011ferreira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: valterroberto.oliveira@bol.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

Cognitiva no auxílio da compreensão sobre a melhor ação família e escola frente ao TDAH. Alguns desafios normais da adolescência podem ser dramaticamente ampliados pelo TDAH. Como por exemplo: o insucesso acadêmico, isolamento social, depressão, baixa autoestima, envolvendo diversos membros da família. As comorbidades costumam vir associadas, tais como: Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno de Conduta, Transtornos de Humor, Transtornos de Ansiedade, Comportamento Antissocial, geralmente progressivo. Neste aspecto, o Aconselhamento torna-se uma ferramenta útil para este adolescente, o qual necessita de auxílio direto na organização comportamental e no controle de seus impulsos.

**Palavras-chave:** Adolescência; Família; Aconselhamento e TDAH.

244

**Abstract:** This article deals with the attention deficit disorder/Hyperactivity (ADHD) and their relationship with the family and the school. Some normal challenges of adolescence can be dramatically increased by ADHD. As for example: academic failure, social isolation, depression, low self-esteem, involving several members of the family. The Comorbidities often come attached, such as: Opponent Challenging Disorder, conduct disorder, mood disorders, anxiety disorders, Antisocial Behavior, usually progressive. In this regard, advice becomes a useful tool for this teenager, which requires direct aid in behavioral organization and in control of his impulses.

**Keywords:** Adolescence; Family; Counseling and TDAH.

## Introdução

Este artigo apresenta um estudo bibliográfico para um entendimento das dificuldades e desafios da fase do ciclo vital na adolescência e de como a teoria cognitiva da aprendizagem social pode contribuir para a compreensão das relações familiares e educacionais, assim como para o manejo em situações de conflito quando há um adolescente portador de TDAH no contexto socioeducacional.

O cenário educacional atual depara-se com desafios desde questões corriqueiras, às dificuldades de aprendizagem, relacionamento aluno/escola/família e também, transtornos de ordem mental.

É necessária uma atualização profissional para atender a demanda de estudantes potencialmente capazes que não se encaixam na metodologia tradicional aplicada, pois muitas vezes, falta preparo educacional, emocional, além do pessoal, devido a várias circunstâncias envolvidas com o profissional educacional.

Com fundamento na Teoria Social Cognitiva de Bandura (2008) é possível ampliar as formas de atuação, provocando criatividade e humanização coletiva, melhorando as relações interpessoais, trazendo assim benefícios para o adolescente com TDAH.

Destacam-se os seguintes objetivos: analisar a possibilidade de um trabalho de escuta reflexiva coletiva, uma proposta teórico-metodológica da aprendizagem social como suporte à família, escola e ao próprio adolescente.

A metodologia do presente artigo foi uma revisão bibliográfica, selecionada em sites de artigos acadêmicos, tais como: Scielo, Google

Acadêmico, Unasp.Org, e também em livros pessoais e de biblioteca, que deram o embasamento teórico para a temática.

## Desenvolvimento

De acordo com Ciasca et al. (2010) e Haddad (2013), o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade é um transtorno no desenvolvimento. Geralmente influi no comportamento refletindo no “sistema” de atenção, impulsividade e suas formas em lidar com frustrações. Este transtorno pode ter origem biopsicossocial, ou seja, não é possível separar a causa genética da psicológica e do meio no qual se vive. Estima-se que cerca de 3% a 5% das crianças na idade escolar apresentam o TDAH, podendo ser identificado, a partir dos seis ou sete anos, quando as exigências escolares aumentam pela rotina e horários. Antes desta idade o diagnóstico pode ser duvidoso, já que estas crianças ainda não são exigidas quanto à atenção.

246

Para Barkley e Murphy (2008) os resultados de pesquisas mostram que 10% a 35% dos familiares imediatos do portador com TDAH, também podem apresentar o transtorno, no entanto, para Ciasca (2010), a estimativa sobre casos herdados pode oscilar entre até 55% a 92% e a grande maioria apresenta alguns sintomas desde antes dos treze anos.

Segundo Olivier (2010) a maioria dos indivíduos com TDAH apresenta um conjunto de sintomas e características de desatenção, hiperatividade/impulsividade, assim destacadas: - desatenção: 1) parece

estar sempre no “mundo da lua” ou quase sempre ausente; 2) demora muito a encontrar uma resposta ou não chega a responder a uma pergunta; 3) parece não entender bem uma questão e não faz nenhum esforço para entendê-la; 4) pode dividir-se em duas tarefas que exigem atenção, como escrever enquanto escuta música ou TV comprometendo o resultado; - hiperatividade-impulsividade pode se detectar com os seguintes comportamentos: 1) costumam dar respostas precipitadas antes de terem sido completadas as perguntas; 2) tem dificuldade para aguardar a vez; 3) interrompe ou se mete em assuntos alheios; 4) toma decisão sem raciocinar; 5) precipita-se em atitudes e palavras; 6) envolvem-se em situações perigosas sem avaliar riscos e consequências; 7) tem reações infundadas diante de frustrações.

No entanto, de acordo com Barkley, Murphy (2008) e Ciasca, Rodrigues e Salgado (2010), o TDAH está relacionado com três subtipos:

247

Combinado: maior comprometimento nas funções executivas, erros em atividades que necessitam de atenção e organização, transtornos externalizados, apresenta maiores comorbidades, competitividade e menos cooperativas.

Predominantemente desatento: comportamento letárgico, falta de motivação, maior comprometimento em memória de trabalho, dificuldade em atividades de velocidade e de processamento, menor autoconfiança, baixo desempenho em leitura e compreensão; sintomas internalizantes, como depressão, ansiedades, dificuldades e flutuação na aprendizagem. Também apresentam dificuldades em tarefas percepto-motoras, desordem cognitiva e dificuldade em atenção focalizada.

Predominantemente hiperativo/impulsivo: dificuldade em completar tarefas sequenciais, maior tempo de reação, maior número de repetência escolar, agitação motora e/ou vocal, dificuldade de controlar impulso, inquietação, atividade excessiva; formam uma tríade que constitui o comportamento impulsivo ou desinibido.

Ciasca, Rodrigues e Salgado (2010) afirmam que menos de 20% das crianças com TDAH não apresentam outro diagnóstico psiquiátrico associado. A maioria apresenta outros quadros comórbidos, tais como: Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno de Conduta, Transtornos de Humor, Transtornos de Ansiedade, Comportamento antissocial.

De acordo Barkley, Murphy (2008) e Silva (2009) este período de passagem e transição possivelmente trará mais conflitos familiares e maiores possibilidades para transtornos de conduta; além de abusos de substâncias químicas. Destacam que para um adolescente TDAH este risco aumenta devido à forte característica da impulsividade.

Segundo pesquisas de Barkley (2008), 78% a 80% das crianças clinicamente diagnosticadas como portadoras de TDAH continuarão, provavelmente, a demonstrar sintomas e de 25% a 35% dos adolescentes demonstrarão comportamento antissocial ou transtorno de conduta. Até 30% podem experimentar ou abusar de drogas como álcool e maconha, 58% repetirão, no mínimo um ano na escola e serão suspensos ou expulsos da escola ao menos três vezes mais do que os não portadores de TDAH. Aproximadamente 35% das crianças com TDAH abandonam a escola antes de concluí-la. Seus níveis de conquistas acadêmicas nos testes padrão estão bem abaixo do normal em matemática, leitura e ortografia.

O embasamento teórico para o tema do presente artigo foi a Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. Para Lefrançois (2008), a teoria foca nos processos mentais e intelectuais como: o pensamento, a solução de problemas, percepção, *tomada* de decisão, processamento da informação, formação de conceitos, autoconsciência, memória, entre outros. Para Bandura e Polydoro (2008), este conceito adota a perspectiva de que as pessoas são auto-organizadas, proativas, autorreguladas e autorreflexivas, contribuindo com as circunstâncias de vida e não sendo apenas produto do meio.

Lefrancois (2008, p. 37); enfaticamente afirma:

“Aprendizagem Social” pode significar o tipo de aprendizagem envolvida na descoberta de quais comportamentos são socialmente esperados e aceitos nas situações sociais; em outras palavras, aprendizagem social, poderia se referir ao processo pelo qual aprendemos (um processo que envolve, especificamente, interação social) ou ao produto da aprendizagem, isto é, a aprendizagem de comportamentos socialmente adequados.

249

Bandura (2008) inicialmente se baseou na teoria do condicionamento operante de B. F. Skinner e mais tarde reconheceu a importância das atividades cognitivas como a imaginação e a antecipação, que é considerada hoje uma *teoria social cognitiva*.

Todavia, comportamentos socialmente aceitáveis são diferentes entre as culturas e uma das tarefas mais importantes no desenvolvimento humano é socializar com o intuito de ensinar comportamentos apropriados. Os principais agentes de socialização são: família, escola, igreja, parquinhos, meios de comunicação etc.

Bandura (2008) afirma que, por meio da imitação ocorre uma enorme variedade de comportamentos sociais, onde o essencial é a capacidade de pensar, simbolizar, perceber as implicações das relações de causa e efeito e antecipar as consequências do próprio comportamento e do outro. Além disso, pessoas se empenham para controlar os acontecimentos que a afetam quando desejados ou evitam os indesejados.

A tendência do indivíduo é modelar o próprio comportamento com base nas pessoas do mesmo sexo e idade, ou seja, dos semelhantes. A hostilidade e a agressividade tendem a ser muito imitadas, principalmente pelos adolescentes. Assim o que se vê na vida real ou na mídia, muitas vezes determina o comportamento social.

A teoria de Bandura tem importantes aplicações práticas para a educação familiar, para o ensino e a prática do Aconselhamento Familiar e Intervenção Psicossocial. De acordo com Schultz e Schultz (2013, p. 308), “a autoeficácia é a percepção que o indivíduo tem de sua autoestima e a competência em lidar com os problemas da vida”, como no caso do portador de TDAH, que percebe e permite-se passar pelo processo de intervenção numa visão sistêmica. O trabalho de Bandura demonstrou que as pessoas com grau elevado de autoeficácia acreditam ser capazes de lidar com os diversos acontecimentos da vida com o sentimento de adequação e competência. Assim, a partir de intervenções e aconselhamentos com base nesta teoria, o adolescente torna-se capaz de assimilar e acomodar novas aprendizagens com relação às dificuldades já conhecidas do quadro característico do TDAH.

Durante o Aconselhamento, o conhecimento e a atenção devem focar nas redes sistêmicas a qual o adolescente com TDAH está

inserido. Para Desiderio; Miyazaki (2007), Barkley e Murphy (2008) os problemas emocionais e comportamentais de adolescentes com TDAH, a forma como os pais são integrados ao tratamento dos filhos tem evoluído nas últimas décadas. Deste modo, Silva (2009), Barkley e Murphy (2008) acreditam que existam meios de melhorar e estimular bons comportamentos nos adolescentes com TDAH e apresentam dicas aos pais em relação ao manejo de comportamento de seus filhos; tais como:

- ◆ O passo inicial é o conhecimento e informações sobre o TDAH. Esclarecimento de causas do comportamento opositivo.
- ◆ Desenvolvimento de um repertório reforçador para comportamentos socialmente adequados e ignorar os inadequados.
- ◆ Dar ordens positivas de forma serena, pausada, e com tom de voz controlado, abaixo do normal, quase cochichado, não ameaçadora, reforço especial, com recompensa social imediata para atitudes acertadas, que podem ser elogios verbais, demonstrações de amor etc.
- ◆ Mudar o padrão antigo de valorizar atitudes negativas para um padrão de sempre incentivar, reforçar e promover o sucesso alcançado.
- ◆ Estabelecer regras claras e ser coerente em relação às normas estabelecidas.
- ◆ Evitar discussões ou gritos na frente dos filhos. *Os pais são modelos para os filhos, que tendem a imitá-los.*

- ♦ Manter um diálogo franco, perguntando o que pode ser feito para ajudar e que dificuldades o adolescente vê no dia-a-dia. O adolescente pode fornecer importantes dicas para o manejo adequado do problema e apontar dificuldades não percebidas pelos pais.
- ♦ Explicar claramente como o filho deve se comportar, esclarecendo as exigências de diferentes contextos. Embora pareça evidente, nem sempre está claro para o adolescente porque determinado comportamento é esperado dele.
- ♦ Evitar um estilo de educação muito permissivo. Impor limites e cumpri-los, dosando a liberdade para evitar exigências excessivas. Isto prepara o adolescente para enfrentar os limites que encontrará ao longo da vida, sem que sua liberdade seja tirada.

252

Segundo Lefrançois (2008), estímulos internos e externos estão amplamente envolvidos nos comportamentos humanos. Os estímulos externos são recebidos pelo ambiente físico, por ser um ser funcional, pessoas respondem ao ambiente, porém o cognitivismo lida com os eventos internos, na forma de imagens, memórias, sentimentos, orientações, verbalizações.

## Considerações finais

Os dois principais grupos afetados pelo TDAH na adolescência são indubitavelmente: a família e a escola. E estes grupos se

beneficiariam grandemente de uma maior participação no diálogo acadêmico e clínico sobre o TDAH; a família pelo restabelecimento dos vínculos afetivos e do relacionamento que podem e são muitas vezes rompidos pela incompreensão e inabilidade de lidar com um adolescente portador do distúrbio. A escola, por seu turno, recebe o benefício direto da melhora do rendimento escolar de seus alunos, bem como o conseqüente aumento do seu quadro discente.

Sob a perspectiva da teoria da aprendizagem social, existem elementos sensíveis e perceptíveis que unem os adolescentes com TDAH, família e a sociedade: a aprendizagem observacional ou modelação e imitação/condicionamento operante. Isto quer dizer que todo comportamento observado no contexto familiar e social, tem valor de modelação e imitação num processo de autorregulação e entendimento das múltiplas possibilidades de aplicação e aprendizagem do conhecimento do que é aceitável socialmente ligado ao comportamento humano.

Assim, o resultado que advém do presente artigo aponta como promissor o caminho apontado por Bandura, no qual o Aconselhamento junto à família e à escola, com a utilização de ferramentas da sua teoria social cognitiva, como autorregulação, autoeficácia, modelação, observação, exercem papel determinante na geração de conhecimento educacional transformador e que influenciará o aprimoramento do processo de desenvolvimento pessoal e mudança comportamental do portador do distúrbio com sua família e escola. É importante frisar que o adolescente portador de TDAH em raras ocasiões irá externalizar o resultado do trabalho, no entanto, sabe-se que todo manejo está

sendo internalizado e contribuirá na construção da identidade como pessoa na fase adulta.

## Referencias

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. **Teoria social cognitiva: Conceitos Básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARKLEY, R. A.; MURPHY, K. R. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: exercícios clínicos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

254

CIASCA, S. M.; RODRIGUES, S. D.; SALGADO, C. A. **TDAH: Transtorno de atenção e hiperatividade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

DESIDERIO, R. C. S.; MIYAZAKI, M. C. O. S. Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH): orientações para a família. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2pG8A97>>. Acessos em: 07 set. 2014.

HADDAD, J. P. **Cabeça nas nuvens: orientando pais e professores a lidar com o TDAH — Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

LEFRANÇOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVIER, L. **Distúrbios: de aprendizagem e de comportamento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, A. B. B. **Mentes inquietas: TDAH, desatenção, hiperatividade e impulsividade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.



# Método pilates como tratamento de doenças mentais no adulto: estudo de caso

Suélen Gomes dos Santos Marques<sup>1</sup>

Vandeni Clarice Kunz<sup>2</sup>

Francisca Pinheiro da Silveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Estudos tem comprovado que a atividade física tem um papel fundamental na qualidade de vida, e o método Pilates tem se mostrado uma modalidade eficaz no tratamento de doenças mentais no adulto, levando a uma melhora na qualidade de vida. **Objetivos:** O presente

.....

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Aconselhamento Familiar e Intervenção Pessoal do Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: suelen.gsm@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Paranaense. E-mail: vandeni.kunz@unasp.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ecologia Aplicada. Mestre em Agroecologia de Ecossistemas. Graduada em Licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: francisca.costa@unasp.edu.br.

estudo teve o objetivo de analisar a importância da atividade física, através do método Pilates, como forma de tratamento da saúde mental, consequentemente melhorando a qualidade de vida no adulto. Métodos: Foi realizado um estudo de caso com um voluntário diagnosticado com ansiedade e depressão, o qual foi submetido a 10 sessões de Pilates após avaliação através dos testes de força, sendo estes o teste de enrolamento repetitivo de tronco e o teste de resistência das costas de Sorenson. Foi avaliado também, o encurtamento da cadeia posterior através do teste do terceiro dedo ao solo, a expansão pulmonar através da Cirtometria. Finalmente foram aplicados questionários, sendo, WHOQOL abreviado (World Health Organization Quality of Life); Guia Alimentar (Ministério da Saúde); questionário SF-36 (Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey) e Baecke. Resultados: Pode-se notar melhora no padrão respiratório e musculoesquelético, além da satisfação com a qualidade de vida alcançada. Conclusão: O método Pilates mostrou-se eficaz na melhoria de qualidade de vida, necessitando de estudos mais aprofundados que corroborem com os resultados deste estudo.

**Palavras-chave:** Atividade física; Transtornos mentais; Método Pilates; Saúde;

**Abstract:** Studies have proven that physical activity plays a key role in quality of life and in particular, the Pilates method has been shown to be an effective modality in the treatment of mental illnesses in adults, leading to an improved quality of life. Objectives: This study aimed to analyze the importance of physical activity through the Pilates method,

as a form of mental health treatment, thereby improving the quality of life in adults. Methods: A case study was conducted with a volunteer diagnosed with anxiety and depression, which was submitted to 10 Pilates sessions after evaluation through strength tests, which are: the repetitive winding trunk test and the Sorenson endurance test of the back. Was also evaluated the shortening of the posterior chain through the third finger to the ground test and lung expansion through cirto-metry. Finally questionnaires were applied such as “WHOQOL” (World Health Organization Quality of Life); Food Guide (Ministry of Health); SF-36 (Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey) and Baecke. Results: It may be noted improvement in breathing and musculoskeletal patterns and satisfaction with the quality of life achieved. Conclusion: The Pilates method was effective in improving quality of life but further study is require to corroborate with the preliminary results of this study.

259

**Keywords:** Physical activity; Mental disorders; Pilates; health;

## Introdução

Estudos tem revelado que a população brasileira tem sido acometida cada vez mais por transtornos mentais que são caracterizados por diminuir o desempenho funcional dos mesmos.

Segundo a Classificação Internacional de Transtornos Mentais e de comportamento (CID-10 apud SANTOS; SIQUEIRA, 2010, p. 16)

os transtornos mentais se classificam como doença com manifestação psicológica associada a algum comprometimento funcional resultante de disfunção biológica, social, psicológica, genética, física ou química. Podem ser classificadas, ainda como alterações do modo de pensar e/ou do humor associadas a uma angústia expressiva, produzindo prejuízos no desempenho global da pessoa no âmbito pessoal, social, ocupacional e familiar.

Santos e Siqueira (2010) encontraram altos índices de prevalência geral de transtornos mentais na população adulta. Esses índices variaram entre 20% e 56%, sendo que afetaram principalmente mulheres e trabalhadores.

260

Os tratamentos convencionais para transtornos de ordem mental são os farmacológicos e psicoterápicos, porém, vários estudos têm sugerido novas abordagens de tratamentos para os transtornos mentais, como a depressão, síndrome do pânico, ansiedade, distúrbio bipolar, entre outros.

O exercício físico é uma das formas de prevenção e tratamento que pode ser utilizado na saúde mental, tanto a nível biológico quanto psicológico (RIBEIRO, 1998).

Estudos mostram que durante a realização de exercício físico, ocorre liberação da endorfina e da dopamina pelo organismo, propiciando um efeito tranquilizante e analgésico no praticante regular, que frequentemente se beneficia de um efeito relaxante pós-esforço e, em geral, consegue manter-se um estado de equilíbrio psicossocial mais estável frente às ameaças do meio externo (MARIN-NETO, 1995).

Diferentes modalidades de exercício físico podem ser empregadas, com o objetivo de melhora dos quadros depressivos. Dentre esses, podemos citar o Pilates, que Segundo Sacco et al. (2005), é um programa de condicionamento físico e mental, uma técnica dinâmica que visa trabalhar força, alongamento, flexibilidade, equilíbrio, preocupando-se em manter as curvaturas fisiológicas do corpo e tendo o abdome como centro de força, o qual trabalha constantemente em todos os exercícios da técnica, realizada com poucas repetições

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo verificar os efeitos do método Pilates no tratamento de transtornos mentais no adulto, a partir da análise de um caso clínico.

## **Desenvolvimento**

O presente estudo baseou-se na análise de um caso clínico, e foi realizado num estúdio de Pilates localizado em Engenheiro Coelho - SP. Para isso, o estudo foi conduzido com uma paciente do sexo feminino, branca, 39 anos de idade, casada, sedentária, peso de 67kg e estatura de 1,57m, professora de educação especial, moradora do município de Engenheiro Coelho — SP, diagnosticada por médico psiquiatra com depressão e ansiedade há aproximadamente dois anos, e com histórico de síndrome do pânico. Uma vez que o diagnóstico foi definido, iniciou-se a coleta toda história clínica da mesma, procedeu-se a avaliação

fisioterapêutica, com preenchimento de questionários e avaliação física e respiratória.

Os questionários utilizados foram os seguintes: WHOQOL abreviado (World Health Organization Quality of Life), para avaliar a qualidade de vida no âmbito físico, psicológico, social e ambiental; Guia Alimentar (Ministério da Saúde) para avaliar a conduta alimentar da paciente e questionário SF-36 (Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey) e Baecke, para avaliar a atividade física realizada como esporte, lazer e trabalho.

Depois de preenchidos os questionários, a paciente foi submetida a testes de força muscular, de acordo com as orientações de Cox (1999) dos músculos abdominais (Teste de enrolamento repetitivo de tronco) onde a paciente ficou deitada em decúbito dorsal, com as pernas fletidas, e os braços estendidos realizando flexões de tronco, até tocar as patelas.

Foram contadas quantas flexões a paciente realizou no período de um minuto; também foi realizado o teste de força da musculatura paravertebral (Teste de resistência das costas de Sorenson), onde a paciente ficou deitada em decúbito ventral com as mãos cruzadas no tórax, com as cristas ilíacas antero-superiores apoiadas na extremidade do Cadillac, e uma cinta estabilizando os membros inferiores, enquanto a paciente procurava manter-se ereta. Foi orientado à paciente que mantivesse a coluna ereta, sem se inclinar o máximo de tempo possível, sendo que o tempo seria pausado quando ela deixasse o tronco baixar ou quando sentisse dor na coluna e tocasse o solo.

Além dos testes de força, foi avaliado o encurtamento da cadeia posterior através do teste do terceiro dedo ao solo, onde a paciente inicia o teste em pé, e realiza flexão de tronco sem flexionar os joelhos, com os dedos das mãos estendidos. Com uma fita métrica, foi medido quantos centímetros se deram de distância entre o terceiro dedo da paciente e o solo.

Para avaliar a expansibilidade torácica, foi realizada a cirto-metria. Borgui-Silva et al, (2006), sendo utilizada uma fita métrica escalonada em centímetros (cm), que era colocada em três pontos anatômicos horizontalmente: prega axilar, processo xifoide e linha umbilical em dois momentos distintos: inspiração máxima e expiração máxima. Foi considerado para cada ponto, o valor prevalente depois de o teste ter sido reproduzido três vezes (BORGUI et al., 2006).

Após todas as avaliações realizadas, a paciente foi submetida a dez sessões de pilates, numa frequência de 2 vezes por semana, durante o período de 5 semanas e ao final, respondeu novamente os questionários de qualidade de vida, exceto o guia alimentar, e realizou novamente os testes físicos.

263

## Resultados e discussão

O questionário SF-36 foi aplicado e avaliado mediante a atribuição de escores para cada domínio, sendo oito (capacidade funcional, aspectos físicos, aspectos emocionais, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, saúde mental) os quais foram

transformados numa escala de zero a 100, onde zero correspondeu a uma pior qualidade de vida e 100 a uma melhor qualidade de vida (CICONELLI et al., 1999).

**Tabela 1:** Dados obtidos por meio do SF-36

Domínios	Avaliação	Reavaliação
Capacidade funcional	92	100
Aspecto físico	0	0
Dor	51	41
Estado Geral da saúde	62	67
Vitalidade	60	65
Aspectos sociais	25	50
Aspectos emocionais	0	0
Saúde mental	44	52

264

O WHOQOL abreviado (World Health Organization Quality of Life), para avaliar a qualidade de vida dividida em 4 domínios: físico, psicológico, social e ambiental, constituído de 26 perguntas, onde 1 e

2 se referem à qualidade de vida geral. As respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida) (FLECK et al., 2000).

**Tabela 2:** Dados obtidos por meio do WHOQOL abreviado

Domínios	Avaliação	Reavaliação
Físico	3,42	3,71
Psicológico	2,83	3,16
Relações sociais	2,33	3,33
Meio ambiente	2,62	2,37
1-Percepção da qualidade de vida	3	4
2-Satisfação com a saúde	4	4

265

O Questionário de Atividade Física Basal (Baecke), para avaliar a atividade física realizada, composto por 16 questões relacionadas a três domínios (esporte, lazer e trabalho). O primeiro domínio consiste, em 10 questões fechadas, nos quais as respostas são avaliadas de 0 a 3, onde 0 significa “nunca faz a tarefa” e 3 “sempre realiza a tarefa”. No segundo e terceiro domínios, foram avaliadas as atividades esportivas e atividades de lazer e por serem questões abertas, as avaliações foram de acordo com o

código que classifica a intensidade relacionada ao gasto energético da mesma. Ambos consistem de três itens que compõe a pontuação, que aparece no final do questionário: - Intensidade (Mínimo de 0,028 correspondente a uma atividade basal, ou seja, quando o indivíduo fica deitado e máximo de 1,809 que corresponde à caminhada, ciclismo, natação etc.). -Horas por semana: (Mínimo de 0,5 que corresponde a menos que 1 hora por semana e finaliza com 8,5 na qual corresponde a 8 ou mais horas por semana de uma dada atividade). - Meses por ano: (Mínimo de 0,04 que corresponde a menos que 1 mês por ano e máximo de 0,92 na qual corresponde a mais que 9 meses que o indivíduo realiza uma dada atividade).

Em relação à classificação, os indivíduos são considerados sedentários quando a pontuação se encontra inferior a 9; ativos com a pontuação entre 9 e 16 e atletas quando a pontuação está acima de 16 (AINSWORTH, 2009).

266

**Tabela 3:** Dados obtidos por meio do BAECKE

Domínios	Avaliação	Reavaliação
Ocupacional	3,25	2,5
Esportiva	2	2
Lazer	2,25	2,75
Total absoluto	7,5	7,25
Total médio	2,5	2,4

O Guia Alimentar (MINISTÉRIO DA SAÚDE) para avaliar a conduta alimentar da paciente. O Guia considera que até 28 pontos, os hábitos alimentares do paciente são ruins, de 29 à 42 pontos, são moderados e à partir de 43 pontos, são satisfatórios.

A voluntária do presente estudo preencheu este questionário apenas uma vez, obtendo 43,2 pontos, que indicam que seus hábitos alimentares são satisfatórios. Também foram aplicados os testes de capacidades físicas, sendo o teste do terceiro dedo ao solo, o Teste de Enrolamento Repetitivo de Tronco e o Teste de Resistência das costas de Sorenson (COX,1999).

**Tabela 4:** Dados obtidos por meio dos testes de capacidade física

	Terceiro dedo ao solo	Enrolamento repetitivo de tronco	Resistência das costas de Sorenson
Avaliação	10 cm	21 repetições em 42 segundos	18 segundos
Reavaliação	0 cm	32 repetições em 60 segundos	33 segundos

267

A avaliação da expansibilidade torácica da voluntária foi realizada antes e depois da intervenção através da cirtometria (BORGUI *et al.*, 2006).

**Tabela 5:** Dados obtidos por meio da CIRTOMETRIA

Ponto anatômico	Avaliação inspiração máxima	Avaliação expiração máxima	Reavaliação inspiração máxima	Reavaliação expiração máxima
Prega axilar	112 cm	109 cm	114 cm	108 cm
Processo xifoide	82 cm	81 cm	84 cm	80 cm
Linha umbilical	89 cm	88 cm	89 cm	87 cm

De acordo com os scores dos questionários de qualidade de vida, houve uma melhora sutil da qualidade de vida.

Os testes físicos relataram melhora no padrão músculo esquelético, com aumento de resistência e elasticidade, e leve melhora no padrão respiratório.

Os resultados positivos obtidos neste estudo se explicam pelo fato de que o pilates se baseia em seis princípios básicos, sendo estas concentração, consciência, controle, “centramento”, respiração, movimento harmônico (SACCO et al., 2005). Dentre esses princípios, a respiração é um dos fatores que apresentam um grande diferencial para se obter resultados eficientes, pois ela está diretamente ligada à saúde, já que estimula as células, aumenta a oxigenação do sangue e, junto com os exercícios, ajuda no relaxamento muscular, diminuindo o nível de tensão e ajudando no controle dos movimentos (CAMARÃO, 2004).

268

## Considerações finais

O presente estudo apresentou resultados positivos, podendo ser notado melhora na qualidade de vida, no padrão respiratório e musculoesquelético, porém, foi limitado pela escassez de referências bibliográficas pela quantidade reduzida de amostra e sessões de Pilates.

É sugerido que se desenvolva novos estudos relacionados à intervenção do Método Pilates na saúde mental no adulto com um número maior de sessões e de amostra.

## Referências

AINSWORTH, B. E. How do I measure physical activity in my patients? Questionnaires and objective methods. **British journal of sports medicine**. v. 1, n. 43, p. 6-9, [S.I] 2009.

BORGUI, S. A.; MENDES, R. G.; SILVA, E. S.; PAULUCCI, H. L.; PICCHI, P. C.; DI LORENZO, V. A. P. Medida da amplitude tóraco-abdominal como método de avaliação dos movimentos do tórax e abdômen em indivíduos jovens saudáveis. **Fisioterapia Brasil**, v. 7, p. 25-29, 2006.

CICONELLI, R. M.; FERRA, M. B.; SANTOS, W.; MEINÃO, I.; QUARESMA, R. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Revista Brasileira de Reumatologia**, n. 39, v. 3, p. 143-50, 1999.

COX, J. M. **Low back pain: mechanism, diagnosis, and treatment**. 6th ed. Philadelphia: Williams & Wilkins, 1999.

FLECK, M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de saúde pública**, v. 2, n. 34, p. 178-183, 2000.

CAMARÃO, T. **Pilates no Brasil: corpo e movimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARIN-NETO, J. A.; MARCIEL, B. C.; GOLFETTI, R.; MARTINS, L. E. B.; CHACON-MIKAHIL, M. P. T. Atividades físicas: “remédio” cientificamente comprovado? **A Terceira Idade**, São Paulo, v.6, n. 10, p.34-43, jul. 1995.

RIBEIRO, S. N. P. Atividade física e sua intervenção junto a depressão. **Revista Brasileira atividade física e saúde**, v. 3, n. 2, p. 73-79, 1998.

SACCO, I. C. N.; ANDRADE, M. S.; SOUZA, P. S.; NISYAMA, M.; CANTUÁRIA, A. L.; MAEDA, F. Y. I.; PIKEL, M. Método pilates em revista: aspectos biomecânicos de movimentos específicos para reestruturação postural — Estudos de caso. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 13, n. 4, p. 65-78, 2005.

SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. D. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 59, n. 3, Rio de Janeiro, 2010.